

Avante!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 13 de Março de 1997 • Preço: 180\$00 (IVA incluído) • N.º 1215 • Director: Carlos Brito

No que deu a «consciência» do eng. Guterres

Esta política não pode deixar de continuar a gerar justos protestos e nisso o eng. Guterres não está sozinho.



■ Domingos Abrantes Pág. 18

O PS à direita, novo espaço à esquerda

A evolução do PS não tem só consequências no plano interno. Consolida-se uma nova arrumação de forças políticas que coloca novos desafios.

■ João Amaral Pág. 19

O acordo de revisão constitucional PS/PSD

• Roteiro das principais questões

Págs. 20 e 21

Macau nas relações Portugal-China

■ Carlos Brito Págs. 22 e 23

Carlos Carvalho no 76.º aniversário do PCP

Não nos calam!



Alegria, entusiasmo, determinação e confiança marcaram o comício da passada sexta-feira, em Lisboa, que encheu o Pavilhão Carlos Lopes, engalanado de vermelho para a festa do 76.º aniversário do PCP, promovida pelas organizações regionais de Lisboa e Setúbal. Carlos Carvalho discursou no comício.

Págs. 5, 6 e 7

O 76.º aniversário do PCP comemorado no Seixal com ÁLVARO GUNHAL

Págs. 7 e 8



MULHERES MANIFESTAM-SE



PELA IGUALDADE

Centrais

EDITORIAL

Acção comum



Os 76 anos do PCP comemorados em Lisboa

RESUMO

5
Quarta-feira

O PCP contesta a lei das forças armadas proposta pelo Governo ■ O Conselho Nacional de Educação aconselha a revisão total da Lei de Bases do Sistema Educativo ■ O Caso Max é encerrado com a sentença do tribunal absolvendo os arguidos ■ Na Alemanha, os contentores de resíduos nucleares, alvos da contestação de milhares de ecologistas, chegam ao seu destino ■ O Governo albanês reduz as horas de recolher obrigatório, enquanto a rebelião prossegue em quatro cidades ■ John Major propõe suprimir o sistema público de reforma ■ O primeiro-ministro turco assina uma série de medidas impostas pelos militares com o objectivo de travar a influência dos islamitas radicais ■ O Zaire aceita o plano de paz para a região aprovado pela ONU.

6
Quinta-feira

Continua o bloqueio dos alunos da Universidade Católica de Viseu ■ O presidente albanês decide suspender a actividade militar contra as cidades insurrectas no sul do país e declarar amnistia à população sublevada ■ A OSCE confirma que as eleições autárquicas da Bósnia-Herzegovina vão ser adiadas para Setembro ■ Boris Ieltsin discursa sobre o estado da nação russa.

7
Sexta-feira

Realiza-se o comício-festa comemorativo do 76º aniversário do PCP no Pavilhão dos Desportos, em Lisboa ■ O PS e o PSD assinam o acordo para a revisão constitucional, na Assembleia da República ■ Os ferroviários entram em greve ■ O Tribunal de Instrução Criminal de Lisboa manda arquivar o processo dos hemofílicos contaminados com o vírus da SIDA ■ A Bélgica fica de novo em estado de choque com a descoberta de mais um corpo de uma menina vítima de pedofilia ■ O presidente albanês volta a recusar realizar eleições antecipadas ■ Dois mil palestinianos protestam contra a construção de mais um colono israelita em Jerusalém oriental ■ No País Basco, em Espanha, é cumprida uma greve geral contra as prisões de independentistas.

8
Sábado

Carlos Carvalhas desloca-se a Coimbra para participar na IV Assembleia da Organização Concelhia de Coimbra do PCP ■ O MDM e a CGTP-IN promovem uma manifestação pela igualdade entre mulheres e homens, em Lisboa ■ O concelho de Góis, em

Coimbra, é assolado por vários incêndios ■ Na Albânia, o presidente Sali Berisha afirma-se disposto a realizar eleições nos próximos 45 dias, mas os rebeldes de Vlora recusam esta hipótese ■ No Conselho de Segurança da ONU, os EUA vetam o projecto de resolução que criticava o prosseguimento da colonização israelita em Jerusalém oriental ■ As autoridades chinesas confirmam que a explosão que ocorreu em Pequim na sexta-feira teve origem criminosa ■ Nos Mundiais de Atletismo de Pista Coberta, Fernanda Ribeiro conquista a medalha de bronze nos 3000 metros.

9
Domingo

O secretário-geral do PCP participa num almoço-convívio em Vila Franca de Xira... ■ ... e Álvaro Cunhal almoça com os candidatos da CDU à AM e CM do Seixal ■ António Guterres inicia uma visita ao Luxemburgo ■ O secretário-geral da NATO chega a Moscovo para novas negociações sobre o alargamento da organização à Europa de Leste ■ Cientistas belgas divulgam que já foi feita uma experiência de clonagem humana.

10
Segunda-feira

Continuam os incêndios no distrito de Coimbra ■ Na Albânia, o presidente Berisha e os rebeldes iniciam conversações sobre a formação de um novo Governo ■ A propósito do alargamento da NATO, a Rússia exige que sejam instaladas armas nucleares nos novos países aderentes ■ O Tribunal Penal Internacional para a ex-Jugoslávia inicia o julgamento de três muçulmanos e um croata por crimes de guerra.

11
Terça-feira

Uma delegação do PCP, dirigida por Carlos Carvalhas, é recebida pelo Presidente da República ■ O almirante Ribeiro Pacheco demite-se da chefia do Estado-Maior da Armada, por discordar da forma como estava a ser conduzido o processo da sua substituição ■ Maria Carrilho substitui Francisco Assis como porta-voz do PS ■ Cerca de 300 alunos da Escola de Arte e Design de Caldas da Rainha marcham em silêncio pelas ruas da cidade, como protesto pelas condições de funcionamento da escola ■ Explode em Tokai, Japão, uma fábrica de reprocessamento de combustível nuclear ■ ETA mata psicólogo prisional, elevando para sete o número de pessoas mortas por esta organização desde o princípio do ano.

Quase no termo da sua intervenção no comício comemorativo do 76º aniversário do PCP, do passado dia 7, Carlos Carvalhas apontou algumas grandes direcções para a actividade dos comunistas.

Salientou com um especial sublinhado: «torna-se necessário fazer um grande esforço para virar o Partido para fora, para aprofundar e desenvolver, com grande abertura, o debate e a acção comum com outros democratas e outros sectores democráticos e dar uma atenção redobrada às inquietações dos portugueses, às lutas de massas, aos problemas mais sentidos pelos trabalhadores e pela população».

O Secretário-Geral do PCP indicava esta necessidade depois de ter referido que há portugueses desencantados que caem na passividade, mas revelando que há muitos que procuram o apoio dos comunistas e que vencendo preconceitos manifestam a sua simpatia pela intervenção séria e responsável do PCP.

Não podiam ser mais actuais e oportunas estas orientações a favor da acção comum.

A decepção com a Governação de Guterres, da parte de largas zonas do eleitorado que votou PS, atingiu nos últimos dias as mais vastas proporções.

Aos trabalhadores desiludidos pela vigarice das 40 horas e pelas concertações a favor do grande patronato, juntam-se as mulheres decepcionadas pelo não cumprimento da promessa da reposição da idade da reforma aos 62 anos e pelo voto contra a despenalização da interrupção voluntária da gravidez, juntam-se os jovens defraudados pelo não cumprimento das reformas de qualidade prometidas para a educação e pela não eliminação do «numerus clausus», como fora prometido, juntam-se todos aqueles que se sentem traídos pelo «acordo» de revisão da Constituição, pela corrida para a moeda única, enfim, por uma política de direita que continua, no essencial, a do PSD que quiseram derrotar com o seu voto.

A grande novidade da situação é que o descontentamento provocado por esta nefasta actuação governativa que não respeita as promessas se está a traduzir em firmes movimentos de protesto e luta e na tomada de posições públicas desassombradas.

Não é de mais salientar entre os primeiros, pela sua exemplaridade, o persistente e combativo processo de luta dos trabalhadores no caso das 40 horas, com destaque para os trabalhadores da têxtil do Vale do Ave, e a manifestação do passado dia 8 de Março com uma larga e aguerrida participação de mulheres vindas de várias regiões do país.

De repente, muitos que consideravam exageradas e até sectárias as críticas do PCP à governação de Guterres, especialmente quando os comunistas denunciava a semelhança da política por ele seguida com a anteriormente praticada por Cavaco Silva, vêm agora a ter o seu próprio testemunho comprovativo dessa semelhança.

As sucessivas rebeliões na bancada parlamentar do PS, especialmente, as últimas, nos casos do aborto e da revisão da Constituição, têm pela natureza das matérias e pelo número de deputados envolvidos um enorme significado político e traduzem uma sintomatologia de contestação em relação à direcção que não se reduz com certeza aos depu-

tados. Aliás, vários textos que aparecem na imprensa de conhecidas personalidades socialistas confirmam amplamente esta suposição.

O recente desabafo do Prof. Jorge Miranda ao considerar-se traído pelo PS no acordo de revisão da Constituição, porque embora independente lhe deu o seu voto nas últimas eleições, é também significativo do que se passará nos meios da chamada «nova maioria».

A pergunta de «para onde vai o PS de Guterres?», a que certos meios de esquerda mais complacentes com as posições do Primeiro-Ministro não queriam encontrar resposta, está agora inequivocamente respondida com o acordo de revisão da Constituição feito com o PSD, que noutra peça desta edição do «Avante!» detalhadamente se analisa.

Não se estranha por isso que aos olhos de muitos que sustentaram a «nova maioria» ela apareça agora, dando razão aos alertas dos comunistas, como uma espécie de cavalo de Tróia que colocou no poder um neoliberalismo tão radical como o de Cavaco Silva, apenas disfarçado com o rótulo de socialista, mas mais depende do grande capital, mais apoiado e condicionado por alguns sectores da Igreja e também mais fresco e operativo.

Urge então juntar forças para resistir nas diferentes frentes a esta nova ofensiva desfiguradora do regime democrático nascido do 25 de Abril no que ele tem de mais característico, nos domínios dos direitos dos trabalhadores, da organização económica, do sistema político, na unidade do Estado, da defesa da soberania nacional.

A acção comum contra o vergonhoso acordo PS-PSD de revisão da Constituição pode ainda impedir que sejam consumados novos atentados ao texto constitucional, verdadeiramente desastrosos para o futuro do país.

A acção comum contra o vergonhoso acordo PS-PSD de revisão da Constituição pode ainda impedir que sejam consumados novos atentados ao texto constitucional, verdadeiramente desastrosos para o futuro do País.

É neste quadro que se avança para a preparação da manifestação do próximo de 22 de Março.

São da máxima importância para os trabalhadores as reivindicações adiantadas:

40 horas de horário normal de trabalho; criação de emprego; justiça na distribuição do rendimento; protecção e justiça fiscal; respeito pelos direitos.

Na situação nacional e internacional em que se realiza a manifestação do dia 22 de Março ganha uma muito especial relevância política.

No plano nacional é uma oportunidade excelente para o movimento dos trabalhadores e todos aqueles que se reclamam nas posições da esquerda patentear a condenação da política de direita do Governo de Guterres e de contribuírem para que se criem as condições para o avanço para nova política.

No plano internacional é uma excelente ocasião para os trabalhadores e os democratas portugueses convergirem na acção com as grandes lutas e movimentos sociais que alastram nos outros países da União Europeia contra a ofensiva da direita e as políticas de Maastricht, com destaque neste momento para a luta paneuropeia dos trabalhadores da Renault e para o maciço e combativo movimento social dos mineiros alemães.

Por toda a parte a acção comum se apresenta como a grande resposta à ofensiva do capital. Nas condições do nosso país ela é a base sólida para a construção de uma alternativa democrática, de que o PCP se apresenta, pelas condições objectivas, pela força organizada e pelo projecto político, como o verdadeiro pólo aglutinador.

Avante!

Proprietários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português
Rua Soeiro Pereira Gomes
— 1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:
Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX.
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90,
7º-A, 1100 Lisboa.
Capital social: 15 000 000\$00. CRC matriculada: 47058.
NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:
DISTRIBUIÇÃO ADE'S
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis, 90, 7º-A,
— 1100 Lisboa
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:
Até às 17 horas de cada sexta-feira.
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTA PRESS

Delegação Lisboa:
Tapada Nova
Capa Rota — Linho — 2710 Sintra
Telef. (01) 924 04 47

Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B Lt. 227 — 4470 Maia
Telef. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7º-A 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90-7º-A 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e Impressão
Heska Portuguesa, SA
R. Elias Garcia, 27
Venda Nova — 2700 Amadora
Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS*

PORTUGAL (Contínente e Regiões Autónomas)	EXTRA-EUROPA
50 números: 8 100\$00; 25 números: 4 200\$00	50 números: 46 100\$00
EUROPA	GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE e MACAU
50 números: 28 600\$00	50 números: 33 850\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____
Morada _____
Código Postal _____
Telef. _____
Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

ACTUAL

O «program» de Monteiro

A afirmação feita por Manuel Monteiro de que o primeiro ponto do seu «program», perdoar o programa, para acabar com o problema da droga consiste em prender todos os consumidores e interná-los compulsivamente para tratamento comprova que o monstrozinho de dedo espetado voltou a atacar.

A este respeito, Torcato Sepúlveda escreveu no «Público» que «se o ridículo matasse, haveria políticos que nunca tinham nascido» e, no «DN», António Ribeiro Ferreira afirmou que «o que é triste é ver um partido de direita liderado pelo campeão da asneira».

Pela nossa parte, consideramos que tratar um caso de pura barbárie como se tratasse apenas de um caso de «ridículo» e «asneira», já é uma inaceitável benevolência. Mas além disso, alguns dos que agora se indignam deviam era meter a mão na consciência e reflectir sobre quem, ao longo dos anos, tem promovido tão generosamente o sr. Manuel Monteiro e o seu PP.

É que não estamos esquecidos das vezes sem conta em que qualquer espirro de

Manuel Monteiro era convertido numa genial prova de «liderança da oposição» e de sensacional «marcação da agenda política».

Não estamos esquecidos que alguns dos que, anos a fio, crucificaram o PCP pelas suas posições sobre a integração europeia, viriam depois a subverter e confundir a cronologia e a soterrar a verdade dos factos, quase atribuindo ao CDS-PP a novidade e o exclusivo da oposição a Maastricht e da denúncia das consequências desse rumo desastroso.

Assim como, entre tantas outras coisas, não estamos esquecidos de como os «media» rapidamente esqueceram e perdoaram a cena do pequeno gauleiter do PP a chamar «hipócritas» e «cobardes» aos deputados do seu partido; a cena do abandono de um Congresso, para tomar café, por causa de uma pretensa conspiração; as cenas de faca, alguidar e ciúme entre o criador e a criação e respectivos apaniguados; a cena de uma definitiva e irrevogável renúncia de funções logo seguida de um não menos definitivo e irre-

vogável regresso às mesmas funções; a cena de um delegado ao Congresso do PP a ser removido de charola da tribuna; as proclamações de «oposição» à moeda única logo seguidas de duas viabilizações de Orçamentos milimetricamente inspirados pela marcha para a moeda única.

E sobretudo não estamos esquecidos que este verdadeiro campeão nacional da política mais rasteira e que este partido que explora demagógica e reaccionariamente todos os problemas reais, todos os medos, todas as inseguranças e todas as derivas emocionais, têm sido sistematicamente apresentados pelo PS e especialmente por António Guterres como tendo uma postura muito «responsável».

Tudo visto, ficamos agora à espera que a Dra. Maria José Nogueira Pinto - que tanto gosta de alardear uma aguda sensibilidade para as problemáticas sociais - diga ao País o que pensa desta humaníssima proposta de Manuel Monteiro.

■ Vítor Dias

Pela estrada aberta

Numa semana densa em acontecimentos políticos, as comemorações do aniversário do PCP merecem também menção própria e actual. Testemunharam a militância dos comunistas. Reafirmaram as grandes linhas das nossas análises e propostas para uma alternativa democrática. Em contraste com as crises que têm assolado as outras forças políticas, marcaram a coerência, coesão e especificidade histórica do nosso posicionamento no quadro político português.

Numa conjuntura em que se registam novos fluxos de luta social, popular e política, reaviva-se o reconhecimento do papel do PCP na vida nacional e alargam-se as suas possibilidades de intervenção.

Clarifica-se uma perspectiva em que as propostas e o combate dos comunistas apresentam acrescido interesse para a busca das saídas possíveis e dos rumos necessários para a sociedade portuguesa.

Com o acordo PS/PSD sobre a revisão constitucional consumou-se, de certo modo, uma viragem no quadro político nacional.

Depois de ter pretendido justificar a sua política económica e laboral como «exigências da lógica da integração europeia» e da mundialização neoliberal da economia, o PS passou a decalcar também abertamente pela direita a sua actuação no plano político e institucional. Negociando sem escrúpulos a bipolarização da partilha do poder, concedeu ao partido de Cavaco Silva o que ele não conseguira nem se atrevera a impor em dez anos de maioria absoluta (apesar da «arrogância governativa» que Guterres lhe reconhecia). Ganhou contornos um sub-reptício golpe de Estado constitucional em curso, para a desfiguração do regime democrático.

Tudo isto ocorre quando na Europa e no mundo se reconhecem já os efeitos devastadores da cruzada do grande capital especulativo internacional designada por «neoliberalismo».

«O nível de vida na Europa está a descer desde 1990» - gritava esta semana o «Público» a toda a largura da primeira página (10/3). Veio também agora a lume que são já mais de dois milhões os trabalhadores por-

tugueses (metade da população activa) que vivem diariamente os dramas do trabalho precário. Mas Guterres, falando em França, considerou friamente isso como coisa «normal» numa «política de modernidade evolutiva». Mereceu bem a garrafa de «Chateau Lafitte» no valor de mil contos com a qual o barão de Rostchild o obsequiou (Expresso, 8/3).

No nosso Partido temos, como comunistas, o objectivo inalienável de pôr fim à exploração do homem pelo homem. Isto, hoje, significa também o fim do desemprego, da pobreza e da exclusão social de milhões de seres humanos deixados à beira e à bermã do mundo. Significa saúde, protecção à infância e à velhice, cultura, trabalho condigno. Significa uma política de direitos humanos e sociais que não existe neste Governo PS com o PSD encapotado, nem com ele pode existir e coexistir.

Depois de tantos anos de luta, não renunciamos ao direitos a todos estes direitos.

O poeta americano Walt Whitman dizia num dos seus versos: «Vamos pela estrada aberta».

E temos que a abrir, mais e mais, a quantos se nos queiram juntar no caminho que vamos percorrendo com esforço, coragem e determinação. Por todo o espaço de estrada à nossa frente.

Agostinho Neto, num poema que evocava o trabalho duro nas estradas, escrevia:

«Britar pedra,
acarretar pedra;
britar pedra,
acarretar pedra;
...»

Parafrazeando: todas as pedras que britamos e acarretamos pelo caminho são alicerces do futuro.

Continuaremos pela estrada aberta.

■ Aurélio Santos

Exemplar VILVORDE

O fecho da fábrica da Renault em Vilvorde, junto a Bruxelas, é apenas mais um caso entre tantos outros. Mas é um caso a vários títulos exemplar. Antes de mais porque é o crime social mais recente, a dar brado, do mundo cão que a Europa das transnacionais e da finança, de Maastricht e da corrida à moeda única, está a querer impor como lei aos seus povos. Uma Europa bárbara para a qual o trabalho é um «custo» a abater no altar do Lucro, deus único a servir.

O grupo Renault (9º construtor mundial do automóvel, com fábricas em 15 países de 4 continentes, hoje com menos de 140.000 trabalhadores que lhe asseguraram em 1995 um volume de vendas de mais de 5.500 milhões de contos) de 1985 a 1995 injectou-se de avultados subsídios estatais e comunitários, sangrou-se de 1/4 dos seus trabalhadores, flexibilizou empregos e horários, acelerou cadências - e assim acumulou vultosos lucros dez anos consecutivos. Mas ao prever para o seu balanço de 1996 um prejuízo de uns 130 milhões de contos (na realidade menos de metade, porque mais de metade são provisões para novas «restruturações»), o patronato da transnacional francesa de imediato despachou um seu administrador a Bruxelas e pronunciou a sentença de morte da fábrica de Vilvorde. Em cuja modernização acabara de investir em 4 anos 270 milhões de contos para a linha de montagem do seu último modelo, o tão publicitado *Mégane* ... Desperdício de equipamentos ultramodernos - e mais de 3000 trabalhadores altamente qualificados para a rua! Mais despedimentos se anunciam já em França, como ontem em Portugal, como amanhã onde quer que estes eficientes padrões decidam reduzir custos (do trabalho, claro) para elevar os lucros (do capital, claro). Nas 48 horas seguintes, entretanto, a cotação das acções da Renault treparam +13% na Bolsa de Paris... As Bolsas, com «B» grande, rejubilam; as nossas bolsas, com «b» cada vez mais pequeno, esvaziam-se. O grupo Renault foi ao longo dos anos liquidando progressivamente os seus ramos de produção de máquinas agrícolas, de veículos pesados, de máquinas-ferramentas. Mas simultaneamente promoveu espectacularmente o ramo financeiro do grupo que, só de 1993 a 1995, lhe propiciou quase 150 milhões de contos de lucros. Diminui a actividade produtiva, empola a finança especulativa. Exemplares, estas políticas suicidárias da busca do lucro fácil a curto prazo, em detrimento da produção e do emprego.

OPDG da Renault declara peremptório: «É uma decisão incontestável no plano estratégico.» E o ministro da Indústria francês apressa-se a secundá-lo: «Há um objectivo incontornável: reduzir os custos.» Estratégia de quem e para quê? Objectivo de quem e para quê? Não dos nem para os trabalhadores e as populações, que vêem cada dia e por todo o lado do desemprego a aumentar, o poder de compra a diminuir, as condições de trabalho e de vida a precarizarem-se mais ainda. Por isso, exemplarmente, os trabalhadores de Vilvorde ocuparam a sua fábrica, invadiram as ruas com as suas famílias e a população, marcharam até ao quartel-general da Comissão de Bruxelas a protestar contra esta Europa anti-social. Por isso, exemplarmente também, um largo movimento solidário se põe em movimento, na Bélgica, em França, em Espanha - e em Portugal, já antes duramente atingido e de novo ameaçado. Para os trabalhadores e os povos, o trabalho não é um «custo», mas a condição mesma da sua vida, da sua dignidade humana, do progresso social. O incontestável pode e deve ser contestado.

E o que é cada vez mais incontornável é a exigência e a urgência duma viragem radical nesta «construção europeia» - da Europa dos monopólios, das transnacionais, da finança especulativa, da regressão social, para a Europa dos trabalhadores, dos povos, da produção e do progresso social; da Europa do desemprego e da precariedade, para a Europa do Emprego com Direitos. Esta exigência também se fará ouvir com força em Lisboa, no grande Comício Internacional de 24 de Maio, no Campo Pequeno.

■ Carlos Aboim Inglez



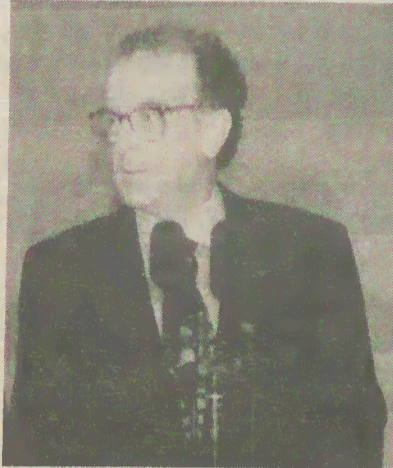
Foto: Jorge Caria

SEMANA

Presidente da República condecora 32 mulheres

O Presidente da República, Jorge Sampaio, condecorou 32 mulheres portuguesas por ocasião do Dia Internacional da Mulher, entre as quais as comunistas Alice Vieira e Maria do Carmo Tavares. Na cerimónia, que decorreu no Palácio da Ajuda, o Chefe de Estado afirmou que «por condecorar apenas mulheres esta é uma cerimónia discriminatória» mas «é assumidamente discriminatória porque essa discriminação é ainda necessária», considerando que a celebração anual do Dia da Mulher é apenas «um recurso», porque se exige mais, na luta pela emancipação da mulher. «Em boa verdade, temos de reconhecer que há ainda um longo caminho a percorrer»,

acentuou Jorge Sampaio. No mesmo dia desfilou uma manifestação entre o Marquês de Pombal e os Restauradores, promovido pela CGTP-IN e o MDM, tendo por lema «Afirmar a igualdade - garantir vida melhor», na qual participaram numerosas mulheres, muitas delas figuras públicas dos mais diversos quadrantes políticos e culturais.



Os dinheiros das Forças Armadas

Em entrevista ao *Diário de Notícias*, o chefe do Estado-Maior da Força Aérea, General Aleixo Corbal, afirma que o orçamento anual atribuído às Forças Armadas não é insuficiente, mas

necessita de ser rentabilizado. «Com cerca de um quarto de um bilião de contos por ano, que provavelmente é o limite daquilo que o País pode gastar com a defesa, talvez se consiga obter um produ-

to operacional melhor», afirmou o general, acrescentando que esta verba «permitiria ter umas Forças Armadas com grande prontidão», defendendo «uma reestruturação profunda». Instado a

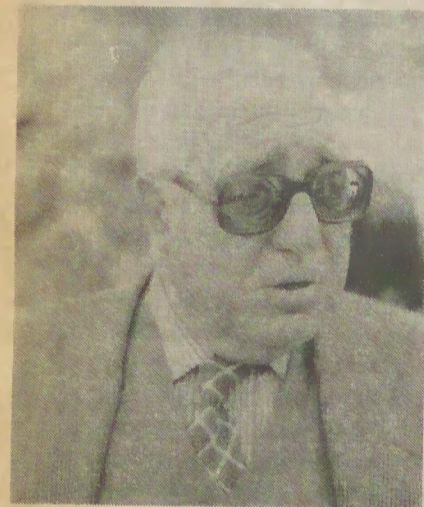
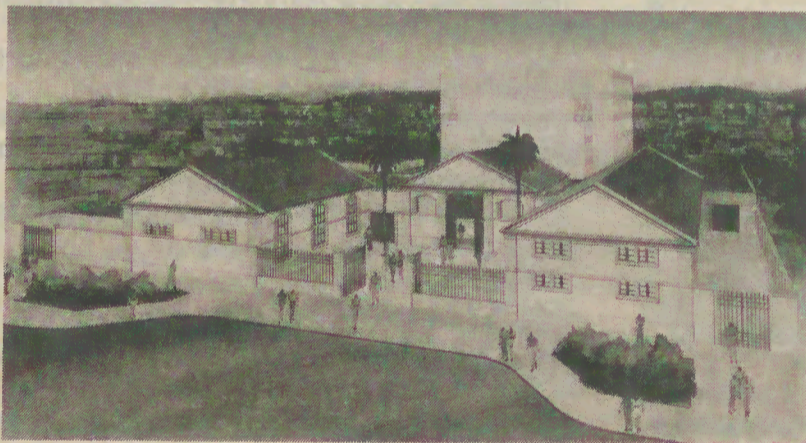
dizer qual, o chefe do Estado-Maior da Força Aérea respondeu que «não me cabe a mim definir quais são as suas linhas. Essa é uma tarefa que compete essencialmente ao poder político».

Filme Tons de Cultura no Centro da Malaposta

Tons de Cultura, filme sobre a realidade multicultural do Concelho de Loures, será apresentado depois de amanhã, sábado, dia 15, às 15 horas, no Centro Cultural da Malaposta, em Loures, seguido de um debate que contará com a participação do presidente da Câmara de Loures, Demétrio Alves, do Alto Comissário para os Imigrantes e Comunidades Étnicas, José Leitão, associações de comunidades étnicas, universidades, escolas e outras associações. A iniciativa enquadra-se no Ano Europeu Contra o Racismo, que este ano se comemora.

O filme teve a participação da Associação Moçambique, Associação Unida e Cultural da Quinta do Mocho, Associação de Solidariedade Social Templo de Shiva, Comunidade

Islâmica, União da Juventude Angolana em Portugal, Comunidade Cigana do Barro, entre muitos outros. *Tons de Cultura* «é um olhar sobre diferentes modos de estar na sociedade, e o contributo que cada uma das várias comunidades pode dar no enriquecimento do todo, para o convívio intercultural e para a constituição de uma sociedade responsável», afirmam os promotores da iniciativa.



Lançamento de livro de Alberto Vilaça

O lançamento do último livro de Alberto Vilaça - «Para a história remota do PCP em Coimbra 1921-1946» - constituiu um importante acontecimento cultural e político na cidade de Coimbra.

Um público numeroso, onde se reconheciam figuras destacadas da vida académica, intelectual e política coimbrã e muitos amigos do autor e seus camaradas no PCP, superlotou a sala da Casa Municipal da Cultura escolhida para a apresentação.

Durante mais de uma hora e meia falou-se do PCP e de Coimbra e do papel influente dos comunistas na vida da cidade. Interveio primeiro o Prof. Reis Torgal que, referindo as suas divergências ideológicas com Vilaça, salientou a importância e a seriedade da sua obra, que considerou uma verdadeira obra de história. Falou depois o director do nosso jornal, Carlos Brito, que saudou o trabalho de Alberto Vilaça como um exemplo que outros comunistas devem seguir e salientando que este livro repõe a verdade sobre muitos factos adulterados por aqueles que escrevem a história do PCP contra o PCP. Finalmente, o autor, recebido com grande simpatia pela assistência, contou das razões e dos caminhos que o levaram a escrever este livro e que se podem traduzir numa história de dois amores - o amor ao PCP e o amor a Coimbra. Mas o amor não impede a objectividade e por isso Vilaça lembrou as fontes consultadas na busca do maior rigor. O interesse pelo livro teve imediata expressão no grande número de exemplares vendido.

Nível de vida desce na Europa

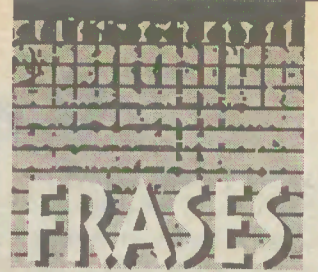
Segundo os resultados de um estudo da Comissão Europeia sobre a «Competitividade na Indústria Europeia», o nível de vida está a diminuir na Europa desde 1990. Os postos de

trabalho criados na União Europeia aumentaram apenas 8% nos últimos 35 anos (10 milhões de postos de trabalho entre 1960 e 1995), o que é manifestamente pouco comparado com os 84%

nos EUA e os 44% no Japão durante o mesmo período. Outras conclusões apuradas pelo estudo explicam este desequilíbrio através de factos como as empresas europeias terem preferido

investir em negócios onde pudessem substituir pessoas por máquinas, os impostos tornarem o emprego muito caro ou os europeus carregarem uma carga fiscal 50% superior à dos americanos, o

que além do mais faz com que em cada actualização salarial o trabalhador da Comunidade Europeia leve para casa apenas 40% do aumento, sendo o resto «comido» pelos impostos.



“Antes do 25 de Abril, o PS era um casulo do qual não se sabia o que sairia (...) Com o exercício do Poder, transformou-se numa crisálida feia e titubeante, que acabou por desagradar a gregos e a troianos, que é como quem diz, à esquerda e à direita.”

(Manuel Vilaverde Cabral, «As metamorfoses do Partido Socialista» - *Diário de Notícias*, 10.3.97)

“A verdade é que o PS nunca foi bem socialista. Nem quanto à base social, nem quanto à estrutura organizativa, nem quanto à prática política. Basta comparar com qualquer Partido Socialista Europeu (...) O PS português não é anterior ao PC, mas muito posterior e, de algum modo, concebido contra ele.”

(idem, ibidem)

“Com a sapatada que o 25 de Abril deu nas estruturas socioeconómicas do País, o PS viu-se na ingrata contingência de “desfazer a revolução”.”

(idem, ibidem)

“A verdade é que o PS não teve oportunidade de fazer uma única reforma de esquerda. As reformas sociais que ainda subsistem no País foram todas feitas durante a revolução. O PS fez as contra-reformas.”

(idem, ibidem)

“O caso mais paradigmático foi o da contra-reforma agrária. Por isso é que o PCP continua a dominar no Alentejo.”

(idem, ibidem)

“Ao contrário do PSOE, o PS nunca chegou a evoluir para um autêntico partido de massas. Metamorfoseou-se prematuramente em partido de eleitores sem identidade própria.”

(idem, ibidem)

“Com o eng. Guterres e a deliberada extroversão partidária dos Estados Gerais, metamorfoseou-se definitivamente em “partido moderno”. Isto é, uma espécie de partido agarra tudo, onde os grandes e pequenos lobbies piscam o olho em todas as direcções sem se fixarem em nenhuma.”

(idem, ibidem)

“O acordo de revisão constitucional cozinhado entre o primeiro-ministro e o líder do PSD - além de ser francamente mau, pois muda o que estava bem e deixa ficar o que estava mal - é sobretudo uma provocação destinada a domesticar definitivamente o grupo parlamentar depois da bofetada sem luva da Lei do Aborto.”

(idem, ibidem)

“Além destes favores, que o PSD não pagará, o acordo de revisão constitucional tem um segundo objectivo para além da capitulação do “velho PS”. Trata-se, obviamente, de consumir a bipolarização do sistema partidário.”

(idem, ibidem)

“É o regresso ao rotativismo oligárquico e clientelar do século passado. Quanto às consequências disto para a legitimação do sistema político, logo se verá.”

(idem, ibidem)

“Nunca esperei que tal viesse a acontecer, espanta-me que numa altura em que o PS está a três deputados da maioria absoluta tenha cedido tanto ao PSD.”

(Jorge Miranda, *Diário de Notícias*, 10.3.97)

“[Há modificações que] vão projectar-se negativamente na vida democrática do País.”

(idem, ibidem)

“Não quero substituir Guterres, quero é que ele mude.”

(Manuel Alegre em entrevista ao *Expresso*, 8.3.97)

“Por que é que vamos dar ao PSD o que ele, por si só, não conseguiu? Tem havido uma deriva ao centro e à direita. É preciso uma recentragem à esquerda.”

(idem, ibidem)

“Por vezes tenho a impressão de que alguns camaradas meus no Governo acham que o PS atrapalha.”

(idem, ibidem)

“Ninguém dava nada por este grupo parlamentar [do PS], mas ele tem demonstrado pensar pela sua cabeça. Se estivesse cá a “nomenclatura”, estava tudo muito alinhadinho.”

(idem, ibidem)

Comício no Pavilhão dos Desportos assinala 76 anos do PCP

Alegria, entusiasmo, determinação e confiança marcaram o comício da passada sexta-feira, no Pavilhão Carlos Lopes, engalanado de vermelho-vivo para a festa do 76º aniversário do PCP, promovida pelas organizações regionais de Lisboa e Setúbal.

À chegada, entre os abraços dos que já não se encontravam havia algum tempo, pregões de militantes ofereciam o «Avante!». No hall, repartia-se num sem-número de fatias um grande bolo de anos, com sugestão de ser acompanhado por um moscatel de Setúbal. A concorrência era forte, mas ainda sobravam clientes para a banca da JCP (onde reinava o espírito da solidariedade com Cuba) e para uma micro-feira de livros e discos.

«Com licença, com licença, camarada...», lá se ia entrando para o vasto recinto onde a festa já ia alta, animada pela música do povo e da Brigada Victor Jara, acompanhada pelas palmas de um público, que continuava a alastrar para as poucas clareiras que ainda se vislumbravam. O relógio estava antes das nove e meia, quando os aplausos subiram de tom e gritos de «PCP! PCP!» responderam à saudação de Manuel Rocha que, em nome dos músicos, manifestou o contentamento da Brigada por tocar ali, naquela ocasião, num palco vermelho e numa sala decorada a vermelho, «sobretudo quando querem fazer de Portugal um País a duas cores».

Mal a música popular deixou o palco, este foi invadido por um grupo de jovens, agitando bandeiras do Partido. Um enorme coro respondeu «é», quando o actor Carlos Santos, antes de dar nota das saudações recebidas, perguntou se «este é ou não um grande comício». Neste entretanto, foram retirados os instrumentos musicais, os jovens recuaram até ao pano de fundo e Carlos Santos passou o microfone a Adelaide Alves, do Comité Central do Partido e da direcção regional de Lisboa, que deu por aberto o comício e chamou ao palco os membros dos executivos da DORL e da DORS, da direcção da JCP, os camaradas António Abreu, António Andrez, Jorge Pires e Virgílio Azevedo, membros dos organismos executivos do Comité Central, e o secretário-geral do Partido.

Fernando Ramalho, dirigente lisboeta da JCP e membro da DORL do PCP, apontou os grandes traços que distinguem hoje a realidade da política do PS para a juventude, face às promessas eleitorais que ainda estavam frescas nas memórias há um ano. Depois de acusar o executivo de Guterres de conduzir uma política semelhante à do PSD e não dar resposta aos problemas dos jovens, o jovem dirigente comunista falou sobre as linhas de intervenção da JCP nos próximos tempos, com destaque para as próximas eleições autárquicas, valorizando o bom trabalho levado a cabo pelos eleitos da CDU e do PCP nas áreas que toca a juventude.

Jorge Pires, da Comissão Política do Partido, registou o momento particularmente difícil que vivem os trabalhadores e as populações dos distritos de Lisboa e Setúbal, que têm hoje muitos motivos para estarem descontentes devido às promessas eleitorais do PS que o Governo de António Guterres não cumpriu.

Ao salientar a importância de reforçar a influência e capacidade de intervenção do PCP, revelou que estão em andamento diversas medidas de direcção nas estruturas partidárias das duas organizações regionais. Foi especialmente aplaudido quando anunciou que, na campanha nacional de recrutamento, 1400 novos militantes aumentaram e rejuvenesceram as fileiras do PCP em Lisboa e Setúbal, resultado que constitui um estímulo ao empenhamento nesta tarefa de todos os dias.

Jorge Pires destacou que, para as eleições autárquicas, os comunistas partem com um património invejável de trabalho e obra realizada, que coloca os concelhos de maioria CDU no topo dos índices nacionais de qualidade de vida. Apontou como objectivos eleitorais consolidar e reforçar as posições da Coligação e do Partido onde já está conquistada a maioria, lutar para ganhar as presidências das câmaras de Setúbal e Sintra, conquistar mais presidências de juntas de freguesia e aumentar o número global de eleitos.

Antes da intervenção de Carlos Carvalhas (que publicamos na íntegra), camaradas de várias células de empresa, organizações de freguesia e concelhias, e organismos de sectores profissionais fizeram entrega de ofertas que, a partir deste aniversário, enriquecem o património do Partido.



Festa de casa cheia em tons de vermelho vivo

Intervenção de Carlos Carvalhas

Comemoramos hoje com alegria e em ambiente fraterno e caloroso o 76º aniversário do nosso Partido, alguns meses após a realização do nosso XV Congresso, onde afirmámos com clareza a nossa identidade, a nossa base teórica, os nossos objectivos.

São 76 anos de vida e de luta de um Partido cuja história foi construída pela generosidade, pela inteligência, pela coragem e pelos sacrifícios sem conta de gerações de comunistas.

São 76 anos de um Partido que se orgulha do seu passado de luta e resistência antifascista, da sua inigualável contribuição para a conquista da liberdade e a fundação e construção do regime democrático nascido da Revolução do 25 de Abril, de um Partido voltado para o futuro, cuja estreita ligação à classe operária, aos trabalhadores e às massas populares é não só um dos seus elementos constitutivos mas também razão da sua força, da sua capacidade de influência e de intervenção.

São 76 anos de um Partido que deu uma contribuição inigualável para o enraizamento e a consolidação de direitos, valores e ideais que hoje são património natural da vivência democrática, mas que custaram trabalho, sangue, golpes de audácia e luta permanente.

São 76 anos de um Partido "mil vezes" condenado à morte, à extinção, ao desaparecimento, anatemizado, silenciado, deturpado e que aqui está de cabeça levantada, acumulando forças e alargando a sua influência, sereno, combativo e com uma grande confiança no futuro, o grande Partido da esquerda, o grande Partido da esperança, o Partido Comunista Português.



São 76 anos de um Partido que pelo seu projecto, pelas suas propostas, pela sua coerência, pela sua fidelidade aos princípios e às convicções, pela sua firmeza no combate à política de direita, pela sua generosidade e tolerância suscita o interesse, o apoio e adesão de novas gerações que trazem sangue novo e novas energias indispensáveis ao rejuvenescimento, à renovação e à continuação da luta ao serviço do povo e de Portugal.

A ideologia dominante, expressão dos interesses das classes dominantes erigida em pensamento único com os seus teólogos, as suas bíblias, os seus escribas e os seus dogmas, vai procurando semear a resignação, a passividade e a ideia de que é o capitalismo e nomeadamente, a sua fórmula neoliberal que resolve os problemas da humanidade.

Mas o que a realidade nos mostra é que se alarga o fosso entre as potencialidades científicas e técnicas e os recursos disponíveis para satisfazer as necessidades das populações e a lógica das escolhas das decisões e das políticas de concentração da riqueza que pervertem e limitam essas potencialidades.

A expressão desta contradição encontramos-la nos mais diversos domínios: habitação, saúde, ensino, emprego, formação profissional, urbanização, ambiente...

A polarização da riqueza é tal que os 358 multimilionários recenseados no Mundo pelas Nações Unidas têm um rendimento equivalente ao de 45% da Humanidade. E esta é que é uma questão essencial.

Estamos numa época em que se verifica, por um lado, o desenvolvimento extraordinário das capacidades humanas e, por outro, a acentuação das desigualdades, o aumento dos excluídos, a intensificação da ofensiva contra os salários e os direitos dos trabalhadores, a consolidação do desemprego como fenómeno de massas.

Enquanto uma pequena fracção da população do Globo vive na maior opulência, milhares de seres humanos são condenados à pobreza mais extrema ou são obrigados a migrar para sobreviver e milhões de crianças são submetidas a uma exploração revoltante.

Esta é a verdadeira face do capitalismo, mesmo nos países mais desenvolvidos. Basta lembrar que só na União Europeia estão contabilizados oficialmente 55 milhões de pobres!

Isto não é uma fatalidade. A Humanidade não está condenada a viver na "lei da selva", nem a regressar às relações sociais que caracterizam o princípio deste século. A exploração, a dominação e a alienação são entraves objectivos ao desenvolvimento da humanidade.

A necessidade deste Partido, o Partido Comunista Português, a actualidade e modernidade do seu Projecto e valores e as razões da sua luta têm cada vez mais fundamento e sustentação.

Como temos afirmado várias vezes o que é moderno e actual não é entrar no século XXI com os flagelos das chagas sociais do princípio do século XX, mas lutar por um projecto renovado que organize a sociedade em novas bases, que tenha as necessidades e aspirações do Homem e o seu trabalho como objectivo fundamental.

O que corresponde a avanços de civilização não é a liquidação de conquistas e marcas da Revolução de Abril, não é a submissão na "União Europeia" a um Directório de grandes potências, não é a regressão social e a regressão democrática, mas o aprofundamento da democracia política, económica, social e cultural, ou seja, a construção em Portugal de uma sociedade de maior progresso, de maior justiça, de maior fraternidade, uma sociedade mais humana, uma sociedade socialista.

As palavras e os actos

Na última campanha eleitoral, o PS, entre outros compromissos, prometeu aumentar os salários e as reformas, diminuir o desemprego, aumentar a segurança das populações, repor a idade da reforma das mulheres dos 65 para os 62 anos, instituir a semana de 40 horas, modificar a política fiscal, diminuir substancialmente os benefícios ao capital financeiro, combater a desertificação e o envelhecimento do interior, concretizar a regionalização... Foi com estas e outras promessas que o PS obteve nas eleições a maioria relativa.

Hoje, perante os factos, são muitos e muitos os portugueses que se sentem enganados, desencantados e frustrados. Ninguém gosta de ver os seus votos usados para que as promessas não se cumpram ou para que se mantenha uma política que quiseram ver derrotada.

Quantos reformados não pensaram que com o PS a sua situação iria melhorar e que as suas pensões iriam ter aumentos reais condignos?

Quantos trabalhadores da têxtil, do vestuário, do calçado e da metalurgia não acreditaram que o PS iria instituir a semana das 40 horas? E agora o que vêem é a artimanha do Governo que consagrando formalmente a semana das 40 horas os obriga, na prática, a trabalhar ainda mais tempo que no passado.

Intervenção de Carlos Carvalhas

Quantos sindicalistas não ficaram chocados com as declarações do Primeiro-Ministro em Santa Maria da Feira de que as pausas não contavam para as 40 horas, contrariando o que lhes tinha sido dito e contrariando, inclusivamente, o parecer do Provedor da Justiça?

A fria exclamação na semana passada de um deputado do PS perante a ministra do Emprego, «afinal enganámos os trabalhadores!», diz tudo acerca da ética e da política social deste Governo.

As inscrições e a palavra de ordem gritada pelos trabalhadores, “40 horas sim, vigarice não!” caracterizam bem a situação. É de facto de uma vigarice que se trata.

Daqui saudamos a magnífica marcha do último fim-de-semana dos trabalhadores da zona do Vale do Ave e felicitamos todos aqueles e aquelas que nas suas empresas, com a sua luta, já obtiveram esta conquista.

A diferença entre as palavras e os actos, entre a retórica social dos discursos e as medidas concretas são uma constante. Mas não é por o Governo ser socialista que disfarça a sua política neoliberal, a sua política de direita.

Ainda agora na recente visita do Secretário-Geral do PS a Paris um jornal (Jornal de Notícias de 4/3/97) noticiava: «perante os representantes do patronato francês, o Primeiro-Ministro fez uma defesa tão sólida dos valores da economia de mercado e da moeda única como cimento do processo da construção europeia que, diga-se a verdade, grande parte da plateia ficou confusa sobre o real enquadramento político de António Guterres» e acrescentava: «Afinal interrogavam-se alguns empresários do país de Jacques Chirac, ele é mesmo líder de um partido socialista? E se, na realidade, ele é socialista, então que diferenças apresenta em relação a qualquer outro político do centro ou da direita democrática?»

Como se vê até os representantes do grande capital francês se espantam perante esta espécie de socialista português!...

Mas não são só os representantes do grande capital francês que o dizem. Vários são os analistas e as personalidades que afirmam que este Governo, no essencial, prossegue a política cavaquista...

De facto, o que separa o PS e o PSD não é o essencial da política, mas sim os tachos, o poder, isto é, quem se senta à mesa do Orçamento e quem fica com a parte principal do bolo.

Para se ter uma ideia de como têm evoluído os “jobs” basta dizer que consultando o Diário da República se pode ver que até Fevereiro o Governo socialista só em relação ao pessoal dos gabinetes ministeriais já nomeou entre assessores e outros 4090 cidadãos, 490 na educação, 330 na agricultura, 317 no emprego... e assim por diante. E depois falam da redução do número de deputados... É preciso ter des-caramento.

Mas as contradições entre o que o PS faz hoje e o que disse ontem, não se situam somente no plano económico.

Em campanha eleitoral o PS também encheu a boca com promessas de, enquanto governo, dar prioridade na sua acção política à segurança dos cidadãos. O eng. Guterres falava então de «restabelecer a autoridade do Estado» e de «combater com firmeza o tráfico de droga, a criminalidade e a insegurança nas ruas». Mas a insegurança mantém-se. As poucas Esquadras de bairro que foram reabertas, foram-no pela pressão da população.

Os hipermercados da droga aí continuam à luz do dia, um pouco por todo o país, autênticas zonas de tráfico livre de drogas e de expansão violenta de toxicodependência, ghettos onde se acumulam enormes conflitualidades, a marginalidade e a criminalidade.

E não se conhece do Governo nenhuma acção consistente com vista a conter e inverter a expansão destes autênticos hipermercados. Nem medidas de fundo para dar resposta aos milhares de jovens toxicodependentes.

Os Centros de Atendimento e de desintoxicação e as comunidades terapêuticas são escassas.

A droga continua a ser um grande negócio e a destruir a vida de milhares de jovens e suas famílias.

Pela nossa parte, insistimos que são necessárias novas soluções que aproximem a polícia dos cidadãos. Que é necessário pôr fim à continuidade das políticas de segurança interna do PSD e sair do “pântano” das indecisões em que navega nesta matéria a política do Governo.

São necessárias medidas, meios, estruturas, vontade política, coordenação e eficácia na prevenção e combate à droga para que ela deixe de ser uma das mais graves preocupações dos portugueses e um dos mais dramáticos factores de delapidação de recursos humanos do país. Aonde é que estão as medidas que mostram que para este Governo a droga é o “inimigo público número 1”, tal como o eng. Guterres acenava ao país? Infelizmente do que se tratou foi de marketing político!

Como marketing político foi a confissão acerca da “paixão pela educação” apregoada pelo PS antes das eleições e que se transformou, em pouco mais de um ano, numa generalizada desilusão.

As frases pomposas, às promessas de “criação de escolas aprazíveis”, do “turno único”, de uma “educação de elevada qualidade para todos os cidadãos”, da “justiça e (da) igualdade de oportunidades”, sucedeu a mais baixa continuidade da política que o PSD realizou na área educativa, e que conduziu à profunda crise em que todo o sector continua mergulhado.

Vimos o que foi o descalabro dos exames nacionais do 12º ano realizados no passado ano lectivo e as peripécias que então caracterizaram o acesso ao ensino superior.

Não é de excluir, dentro de poucos meses que os problemas se repitam. É conhecido que o Governo, certamente preocupado com o resultado do PS nas próximas eleições autárquicas, tem vindo à boca pequena a recomendar provas mais fáceis. E já reduziu, à cautela, o peso dos exames nacionais na finalização do secundário. Mas ninguém viu nem vê o Ministério da Educação realmente preocupado com a qualidade da educação, com o efectivo sucesso escolar dos alunos, e a adoptar medidas concretas que os promovam.

Quem não recorda, em relação ao ensino superior, as promessas relativas à necessidade de “ampliar o esforço nacional” neste sector, de “garantir a sua qualidade” e de reforçar o “apoio social aos (seus) estudantes”? Mas o Governo, verdadeiramente, nada fez.

Como nada fez para honrar os compromissos do PS de “eliminar progressivamente o *numerus clausus*” e de “expandir decididamente as capacidades de acolhimento da rede pública, de forma a garantir efectiva liberdade de escolha entre ensino superior público e privado”. Foi exactamente o contrário o que aconteceu no presente ano lectivo, ao ponto do número total de vagas do privado ter sido superior às autorizadas para o ensino público.

É por isso inteiramente justo o movimento lançado pela JCP “Por uma educação pública gratuita e de qualidade”. Daqui saudamos a juventude e a JCP, a juventude do PCP pela sua combatividade e entusiasmo e pela continuação da sua luta em prol de um ensino público de qualidade.

Na verdade, em relação ao próximo ano lectivo, já surgem informações de que o Governo se prepara novamente para aumentar ainda mais as vagas do ensino privado em relação às do ensino público.

No que respeita à educação pré-escolar é altamente revelador que o PS, no recente debate realizado na Assembleia da República sobre a Lei Quadro do sector, tenha votado — felizmente vencido — contra a gratuitidade desse primeiro e fundamental patamar de acesso à escolaridade obrigatória. Como é igualmente revelador o facto do Governo, em sede de regulamentação dessa Lei Quadro, estar agora a tentar pôr em causa o teor da legislação aprovada pela Assembleia da República.

Outro aspecto da política educativa do Governo que não pode deixar de ser apontado como extremamente grave — e em que o PS está de longe a ultrapassar os projectos mais retintamente neoliberais do PSD — diz respeito à desvalorização do ensino público e ao financiamento público do ensino privado.

Essa linha privatizadora está patente na proposta do Governo sobre o financiamento do ensino superior, em que o Ministério da Educação adianta a ideia de celebração de “contratos de associação” com instituições privadas, com vista a sentá-las à mesa do Orçamento do Estado. Mas ela é já uma realidade concreta ao nível da educação pré-escolar, em que o Governo, ao mesmo tempo que procura travar a indispensável e urgente expansão da rede pública, já acordou a transferência de uma verba da ordem dos 20 milhões de contos por ano para instituições de natureza privada.

A luta é o caminho

É a vida, são os problemas com que hoje se confrontam centenas de milhares de trabalhadores que estão a confirmar e a validar uma das Teses centrais do nosso Congresso sobre a necessidade do desenvolvimento da acção e da luta das massas para travar e impedir a política anti-social e antilaboral do Governo PS.

A grande mistificação do Governo dialogante já não é sustentável depois da aprovação da lei da Flexibilidade e Polivalência e da cobertura dada pelo executivo de Guterres à interpretação e aplicação da Lei feita pela CIP; já não é sustentável quando por exemplo, e como já referimos, na sua viagem a França e perante o grande capital francês deu como garantia a contenção salarial; quando a par do crescimento do desemprego são revelados, confirmando o que há muito afirmamos, números inquietantes sobre a existência de cerca de 2 milhões de trabalhadores e trabalhadores com vínculos laborais precários; quando na concertação estratégica deixa em gestação um novo pacote laboral; quando no Acordo “cozinhado” com o PSD para a revisão constitucional aceita constitucionalizar os serviços mínimos para condicionar o direito à greve e a possibilidade de eliminação do direito ao controlo de gestão pelas Comissões de Trabalhadores.

Vai-se esgotando o tempo do Governo PS desfrutar de “sol na eira e chuva no nabal”, de querer o apoio social e o voto dos trabalhadores enquanto no concreto serve os interesses e os privilégios do capital financeiro.

Com esta nova consciência milhares de trabalhadores resistem e lutam pelas 40 horas, pelos seus direitos, pelo emprego, por melhores salários e pela liberdade de negociação da contratação colectiva.

Nesse sentido camaradas, daqui lançamos uma palavra de confiança e a nossa solidariedade combativa a todos os trabalhadores e às suas organizações que no Distrito de Lisboa, nos Caminhos-de-Ferro, na Função Pública e na Administração Local, Construção Civil, no Sector Químico, nas Indústrias Eléctricas, em empresas da Metalurgia e da Têxtil, no Casino Estoril, na EPAC, no Chiado, na Olaio, lutaram e lutam com grande determinação, alargam a unidade em torno dos seus interesses e direitos, dizendo não a esta política.

E se falamos de confiança e solidariedade combativa é porque o PCP, o seu colectivo militante, seja nas empresas, nas estruturas unitárias, na Assembleia da República, continua determinado na defesa e na identificação com as grandes causas sociais. Lá estaremos amanhã com a manifestação do dia 8 de Março, no dia 22 de Março, no 25 de Abril e no 1º de Maio com a profunda convicção que vale a pena lutar com todos aqueles que anseiam por uma vida melhor e acabarão por alicerçar e protagonizar a mudança.

Uma Revisão Constitucional ao serviço da direita

A continuação da política de direita e a marcha acelerada e forçada para a moeda única tem vindo a fragilizar o aparelho produtivo nacional,



a entrar o normal crescimento da economia, a travar o investimento, a promover as actividades meramente financeiras e especulativas e a agravar a situação de largas camadas da população.

Antes o PSD dizia que Portugal tinha de estar no “pelotão da frente” agora o PS diz que temos de integrar o núcleo central de decisões... Isto é, diferenças semânticas entre dois partidos que no fundo defendem a mesma política.

Mas a verdade é que quem vai determinar a política monetária e cambial é o Banco Central Europeu, em que Portugal pouco ou nada riscará. Com um “Euro” forte à imagem e semelhança do marco as nossas exportações sofrerão graves consequências na sua capacidade competitiva. Depois e como já começam a dizer alguns defensores da moeda única, a defesa da capacidade competitiva das empresas e da economia terá de ser feita à custa dos salários e dos direitos dos trabalhadores. Mais exploração, mais precarização, mais desemprego.

Aliás os recentes dados sobre o trabalho precário a que já nos referimos são, só por si, um libelo acusatório ao Governo e ao Secretário-Geral do PS que agora os acha normais, quando no passado recente se indignava afirmando que os trabalhadores não eram números estatísticos...

Querendo-se pôr ao abrigo da condenação popular, PS e PSD “cozinham” agora uma revisão constitucional para administrativamente favorecer a bipolarização. Isto é, para através da redução do número de deputados e dos círculos uninominais elegerem mais deputados com menos votos, obterem maiorias absolutas através da engenharia de leis eleitorais e diminuir a representação parlamentar do PCP, o único partido que lhes faz frente, que os combate e que se apresenta com medidas e propostas alternativas.

Querem comprometer na prática a concretização da regionalização. Querem impedir a realização de um referendo sobre a moeda única. E querem abrir caminho para acabar com um direito que os portugueses exercem há 20 anos: o direito de elegerem directamente as Câmaras Municipais e determinarem pelo seu voto quem são os vereadores que os representam nos executivos municipais.

Querem também retirar da Constituição conquistas e marcas do 25 de Abril. Por isso o Acordo foi desde logo saudado por Marcelo Rebelo de Sousa e pelo PP que o caracterizou como uma vitória da direita portuguesa. Mais claro não se poderia ser. Mas o PS e o PSD querem mais. Querem ainda que a Revisão se processe rapidamente para não aparecerem nas eleições autárquicas de braço dado. Querem que tudo corra rapidamente para poderem chegar à campanha eleitoral e encenarem grandes diferenças, grandes oposições, grandes conflitualidades. E querem também, que rapidamente entre no esquecimento o conteúdo deste Acordo. Um Acordo com entendimentos secretos, hoje indecorosamente celebrado no Salão Nobre da Assembleia da República, por dois partidos clones.

Este é de facto um Acordo vergonhoso para o PS e para o Secretário-Geral do PS, que só os “zorrinhos” e as “vozes do dono” classificam de bom. Tão bom que já provocou várias demissões e o protesto de dezenas de deputados do Partido do Governo!

É um Acordo cor de laranja, “cozinhado” à margem da Assembleia da República, da CERC e mesmo da maioria dos deputados do PS. Para aqueles que dizem tanto se preocuparem com o prestígio da Assembleia da República aqui está um exemplo dessa sinceridade de propósitos.

Recordamos que precisamente nas vésperas do 25 de Abril do ano passado (ver “Público” de 15 de Abril de 96) António Guterres garantia que nada seria feito em matéria de Revisão nas costas do Parlamento e J.Lacão respondendo a um convite de Marques Mendes (“Público” de 15 de Abril de 96) para um entendimento de cúpulas dizia peremptoriamente «com isso o senhor deputado passa um atestado de incompetência à sua própria bancada. Nós queremos um debate em sede própria, que é a Assembleia da República e não entramos em negócios a nível dos directórios partidários...»

Afinal, quem passou um atestado de incompetência ao seu grupo parlamentar foi o próprio deputado Lacão, que, tal como o Primeiro-Ministro mais uma vez mandou a sua palavra às “urtigas”, para entrar na negociata a dois...

Nós continuamos a combater este Acordo que é uma ofensa à esquerda e ao 25 de Abril e fazemos um apelo à consciência democrática dos portugueses para que o condenem.

Pela nossa parte, continuaremos a lutar nas instituições e fora delas e não abdicamos de nenhum dos direitos que a Constituição em vigor nos confere. Não nos calarão.

CDU: um projecto humanista

Conforme a Constituição determina, isto é, no fim do mandato quadrienal, irão ter lugar em Dezembro as eleições para as autarquias locais.

Encaramos esta nova batalha eleitoral com reforçado empenhamento e grande confiança.

Empenhamento, que é fruto da consciência da importância destas eleições para a Vida futura do País e das suas populações.

Confiança, que se fundamenta na conhecida Obra que os eleitos comunistas e seus aliados desenvolveram ao longo de mais de vinte anos de Poder Local Democrático.

Trabalho, Honestidade e Competência é o lema de uma prática de permanente preocupação na resolução dos problemas e carências das populações e de um contributo inestimável para a integração na sociedade de critérios de maior equidade, solidariedade e justiça social. O projecto da CDU distingue-se dos outros desde logo porque os seus eleitos não vão para os cargos para se governarem, mas para servirem as populações.

O PCP construiu com base nos seus princípios e na ampla experiência dos seus eleitos uma sólida concepção de gestão colectiva e de participação.

As populações e muitos portugueses, conhecem que nos principais índices e tarefas do Poder Local a CDU vai à frente e tem uma obra notável.

Sabem, ainda, que o PCP defende e leva à prática orientações no quadro das possibilidades do Poder Local, necessárias para promover fórmulas sustentáveis de desenvolvimento.

As autarquias CDU são também as que mais se preocupam e que mais eficazmente tentam resolver os problemas ambientais e da qualidade de vida dos portugueses.

Inquéritos e análises promovidas por revistas especializadas em Ambiente indicam-no, inequivocamente.

Na análise do desempenho ambiental dos municípios portugueses e relativamente aos 275 municípios do Continente, 80% das câmaras CDU foram classificadas positivamente, contra 51% das câmaras PS, 35% PSD e 31% PP. Com desempenho excelente ou bom foram consideradas 23 autarquias das quais 11 CDU, 1 PCP/PS, 6 PS, 4 PSD e 1 PP.

Não somos nós que o afirmamos. Mais de metade dos municípios com desempenho ambiental excelente ou bom têm a marca da gestão CDU.

É, também, por tudo isto, que enfrentamos com grande confiança a próxima batalha eleitoral. E é por ser prestigiada a obra da CDU no Poder Local que o PS imitando os piores tiques do cavaquismo anda numa desenfadada campanha utilizando os governadores civis, os sacos azuis, as CCR's, o aparelho de Estado, atrasando obras e projectos comunitários e adiantando outros, em função de critérios eleitorais. São as práticas cavaquistas ainda mais refinadas, agora continuadas com outros rostos e com outros executores.

Isto é inaceitável. Alguns governadores civis, como o de Setúbal e de Beja, mais parecem os caciques e os governadores civis do 24 de Abril. É uma vergonha.

O sr. Primeiro-Ministro que prometeu isenção, não pode dizer que desconhece esta situação... se fosse coerente já os tinha demitido.

O reforço do nosso Partido é fundamental para que Portugal venha a ter uma nova política.

Há milhares e milhares de portugueses que se sentem desencantados e que tendem a refugiar-se na passividade, na abstenção e a aceitar a ideia de que os partidos são todos iguais. Não. Não são.

O Partido Comunista Português, que celebra o 76.º aniversário afirmando a sua identidade e o seu património político e ideológico, orgulha-se de honrar os seus compromissos, de dar voz a quem não tem voz, de estar ao lado do povo, nas pequenas e nas grandes lutas, de incentivar e promover a intervenção e a participação dos cidadãos, de ser um intransigente defensor da liberdade, da democracia e da soberania e independência de Portugal.

Mas não basta termos uma concepção elevada e diferenciada de estar na vida política. É necessário combater os preconceitos e é necessário que mais e mais portugueses e portuguesas conheçam com verdade as nossas propostas, a nossa prática e a nossa intervenção nas mais diversas esferas da vida nacional.

Numa altura em que muitos procuram o nosso apoio e nos olham com novos olhos, numa altura em que muitos vencendo preconceitos manifestam a sua simpatia e o reconhecimento pela nossa seriedade e pela nossa intervenção, torna-se necessário fazer um grande esforço para virar o Partido para fora, para aprofundar e desenvolver, com grande abertura, o debate e a acção comum com outros democratas e outros sectores democráticos e dar uma atenção redobrada às inquietações dos portugueses, às lutas de massas, aos problemas mais sentidos pelos trabalhadores e pela população.

Também aos que por esta ou por aquela razão se afastaram, mas que de novo manifestam a sua solidariedade e desejam dar a sua contribuição, a todos dizemos, com modéstia, que precisamos das suas ajudas e da sua militância.

Uma atenção especial deve ser dada ao trabalho com a juventude, às suas aspirações e reivindicações e ao recrutamento de jovens e de jovens trabalhadores, renovando e rejuvenescendo as fileiras do Partido.

O PCP é, pelas suas raízes populares, pelas suas propostas, pela sua prática, pela sua influência, pela sua dinâmica e pela sua força o grande Partido da esquerda, que sem ambiguidades ou mistificações levanta bem alto os valores de Abril e os valores da esquerda.

E, hoje, ao celebrarmos o 76.º aniversário profundamente empenhados na luta presente, continuamos também activamente decididos em honrar para hoje e para amanhã esse grande compromisso com a causa do progresso social, da liberdade, da democracia e do socialismo, que são o mais forte, o mais marcante e mais permanente fio condutor da história ao longo destes 76 anos de vida e de luta do Partido Comunista Português.

Viva o povo de Lisboa!

Viva Portugal!

Viva o Partido Comunista Português!



Comunistas do Seixal comemoram 76.º aniversário

Com a presença de Álvaro Cunhal, um milhar e meio de comunistas do Seixal e amigos do Partido reuniram-se no passado domingo, num almoço comemorativo do 76.º aniversário do PCP.

Esta grande jornada de confraternização serviu também para anunciar publicamente os cabeças de lista da CDU à Câmara e Assembleia Municipal do Seixal, respectivamente Alfredo Monteiro, actual responsável pelo pelouro da Cultura, Educação, Desporto e Juventude da Câmara, e Eufrazio Filipe que durante vinte e três anos presidiu ao executivo camarário.

Foi num ambiente de sólida confiança nos ideais comunistas e nas possibilidades eleitorais da CDU que Álvaro Cunhal, calorosamente aplaudido, falou aos presentes, chamando designadamente a atenção para a importância das próximas eleições autárquicas e as tarefas gerais que os comunistas enfrentam no sentido de inverter a situação criada pelos governos do PS e do PSD (ver intervenção nesta página).

A seguir, interveio Eufrazio Filipe que se congratulou com «a presença expressiva, a participação natural e entusiasta de tantos militantes do Partido», e em particular com os «muitos amigos de todas as condições sociais, que, não sendo filiados no PCP, entenderam por bem e sem complexos partilhar connosco este momento de convívio e de grande significado político».

«É neste Partido que reconhecemos o caminho certo da justiça social, o chão arável, a terra repartida, o mar sem fronteiras nem cor de pele,

a família, o país no corpo universal e as ideias em debate sem idade», frisou o autarca. «É neste Partido sem dogmas, nem musas, onde todos podemos construir poemas de carne e osso - e lutar por um mundo melhor e ser felizes - é neste Partido que não cultiva a utopia mas o sonho acordado que temos esperança».

Alfredo Monteiro, por sua vez, referiu-se às tarefas que o esperam como futuro presidente da Câmara. «Trata-se de um novo e importante desafio a que irei dar todo o meu empenhamento e onde colocarei a experiência adquirida» prometeu. «Trata-se da responsabilidade de assumir a presidência da Câmara Municipal, logo, a representação institucional do município e a coordenação do próximo executivo, com o objectivo de dar continuidade à gestão autárquica da CDU num concelho que tem contribuído para a defesa e consolidação do Poder Local Democrático e é hoje uma referência nacional em muitas áreas do desenvolvimento económico, social, cultural e ambiental.

«Trata-se de dar continuidade a um projecto profundamente democrático, ao serviço das transformações, e que transformou qualitativamente, nestes 23 anos de Abril, o concelho do Seixal, colocando-o nos mais elevados níveis de desenvolvimento do país.»

Manuel Valente, membro do Comité Central do PCP, referiu o trabalho da CDU que é forte no concelho porque «é reconhecida a honestidade, a competência, a dedicação e capacidade dos seus quadros, mas também por força das suas convicções, por força do trabalho colectivo, elemento essencial para o êxito da CDU nas autarquias.»

Álvaro Cunhal acusa «É a direita que está no poder»

No almoço comemorativo do 76.º aniversário do PCP, que os comunistas seixalenses realizaram no passado domingo, Álvaro Cunhal, numa intervenção atentamente acompanhada pelos cerca de dois mil militantes e simpatizantes do PCP que se associaram à iniciativa, proferiu um discurso, onde para além da situação política actual e de aspectos ligados às próximas eleições autárquicas, abordou a importância e o papel do PCP na criação de uma alternativa democrática para o nosso país.

(...)

Tarefas imediatas

Os camaradas que me antecederam falaram da situação que o país atravessa e apontaram as tarefas que se nos colocam.

A política de um governo não pode definir-se pelo nome dos partidos que nele participam, mas pela realidade das suas orientações e medidas. O PS de socialista só tem o nome tal como o PSD só o nome tem de social-democrata. **A realidade é que é a direita que está no poder.**

Concentrar capacidades, energias, recursos na luta contra a política de direita que prossegue o governo PS, de parceria com o PSD e o CDS-PP. Na frente política, na frente económica, na frente social, na frente cultural, e na frente da defesa da soberania e interesses nacionais. (...)

A par da valiosa acção nas instituições - nomeadamente na Assembleia da República, nas Autarquias, no Parlamento Europeu - a luta dos trabalhadores e dos mais diversos sectores sociais gravemente atingidos pela política de direita (...), a iniciativa combativa e confiante das organizações unitárias de massas, nomeadamente da CGTP-IN (...), a dinamização dessa grande força social plena de potencialidades que é a juventude, com o papel acrescido da JCP, - são direcções essenciais da nossa actividade actual.

No quadro político nacional, o PCP é o único grande partido que se opõe à política de direita, o único que apresenta uma política demo-

crática, uma política de esquerda, capaz de resolver os problemas nacionais, o único em condições de ser o dinamizador das forças sociais e políticas que assegurem uma viragem na política nacional, uma política democrática alternativa (...).

(...)

Eleições autárquicas

As próximas eleições autárquicas adquirem uma importância que pode ser determinante, não só para a vida das populações, mas também para o desenvolvimento ulterior da vida nacional.

A direita não se conforma com o facto de que, por vontade das populações e com o reconhecimento geral da obra realizada, os comunistas com outros democratas, continuam a exercer o poder local democrático numa grande parte do país. Não recuarão a processos e meios antidemocráticos para tentar modificar tal situação. Há, porém, razões para confiar em que não o conseguirão.

Nas últimas eleições autárquicas aqui no Seixal alcançou-se um reforço da CDU. Havia já uma maioria absoluta: 5 / 4. Trabalhou-se para a reforçar. Propôs-se mais uma jovem e a maioria passou a ser 6 / 3.

A confiança que existia e se confirmou então nas eleições baseava-se

Álvaro Cunhal no Seixal

na magnífica obra realizada. Na transformação da vida das populações. No trabalho, honestidade e competência dos eleitos comunistas e outros democratas da CDU. No justo prestígio e capacidade de Eufrásio Filipe, Presidente da Câmara, e do colectivo em que se inseria.

As mesmas razões existem para confiar em que nas próximas eleições a CDU sairá reforçada, numa vitória que não será só sua, mas da população do Seixal e da democracia portuguesa.

(...)

A revisão da Constituição

Muito justamente se tem chamado "um atentado" à democracia a revisão da Constituição que PSD e PS juntos pretendem impor ao país.

Chamar-lhe "atentado" é justo, mas insuficiente. Porque, se uma tal revisão da Constituição fosse por diante representaria uma efectiva subversão do regime democrático, a eliminação no texto constitucional de princípios democráticos básicos, a institucionalização, por consagração na lei fundamental do país, de um sistema de efectiva monopolização do poder político pelo PS e PSD coligados e irmãos gémeos na política de direita.

Tem-se justamente apontado o facto de PSD e PS terem assinado um acordo e imposto um acordo desprezando as competências da Assembleia da República e o facto de os dirigentes dos dois partidos, à margem dos grupos parlamentares, terem escolhido a própria Assembleia para assinarem o Acordo e o difundirem pela comunicação social, como um arrogante e insultuoso desrespeito pela Assembleia. Mais ainda porém que essa característica atitude de abuso do poder, o que já se conhece do conteúdo do acordo, ou seja das alterações que pretendem introduzir à Constituição da República representa um perigo para a democracia e o futuro de que é necessário que todos os democratas, todos os portugueses tomem plena consciência.

Tem-se desmascarado justamente a contradição entre a actual posição imposta pelo Primeiro-Ministro ao seu partido e o que dizia sobre a matéria quando o PS estava na Oposição. É necessário ter consciência de que a palhaçada de desafios e confrontos verbais que precederam a assinatura do acordo não traduziu desacordo de fundo, pois de há muito não só o PSD mas o actual Primeiro-Ministro e outros dirigentes do PS revelavam em questões fundamentais objectivos idênticos aos proclamados pelo PSD.

Leis eleitorais

Um dos aspectos mais graves do propósito antidemocrático da revisão da Constituição é o propósito de alteração das leis eleitorais.

Também a este respeito de há muito eram conhecidas ideias centrais desse propósito. Da lei eleitoral para a Presidência da República, com o voto dos emigrantes concebido em tais termos que poderia impedir de facto a livre escolha dos portugueses. Da lei eleitoral para a Assembleia da República que a par da diminuição do número de deputados, que pretendem com a revisão da Constituição, feriria gravemente o princípio da proporcionalidade, visando diminuir a representação do PCP e de outros partidos além do PS, PSD e PP. Da lei eleitoral para as Autarquias, com abandono da eleição directa e proporcional para as Câmaras, a escolha do Presidente por maiorias cozinhadas nas Assembleias e não a eleição, mas a escolha pelo Presidente do total da vereação.

São gravíssimas ameaças de subversão do regime democrático. É imperioso continuar a acusar e a desmascarar o Governo, o PS e o PSD.

É imperativo também que, ao acusar e desmascarar o Governo, o PS e o PSD, se tenha em conta que, também nestes partidos, há quem se insurja contra a revisão da Constituição pretendida. Que, particularmente no PS, há membros do partido que não se reconhecem numa tal revisão, nem na política de direita do governo PS igual à do governo PSD. (...)

A luta contra tal revisão da Constituição e contra tais leis eleitorais constitui uma das mais importantes e determinantes frentes de batalha política dos tempos próximos.

(...)

O 76º aniversário do PCP

As intervenções do camarada Eufrásio Filipe, do camarada Alfredo Monteiro, do camarada Valente, e da camarada Teresa Rubim, em nome da JCP, deram justo relevo ao que representam para os trabalhadores, para o povo português, para Portugal, 76 anos de luta dedicada, coerente e corajosa do nosso grande e heróico Partido.

Ao comemorarmos o 76º aniversário do Partido, damos justo relevo à situação e problemas do presente, à conjuntura que atravessamos, às nossas tarefas imediatas, aos objectivos a curto prazo.

Mas não nos limitamos naturalmente à abordagem da nossa acção na actual conjuntura e às tarefas imediatas para a concretização das quais sempre em estreita ligação com as massas trabalhadoras e populares, muito justamente concentramos os nossos esforços e energias.

O presente do PCP está indissolúvelmente ligado ao seu passado de luta sem paralelo no nosso país, e a perspectiva da luta do PCP no futuro não se limita aos objectivos a curto e a médio prazo, mas a um objectivo que foi uma das determinantes da criação e da identidade do Partido na sua fundação, na sua luta pela liberdade e a democracia nos 48 anos de ditadura, na Revolução de Abril e nas conquistas revolucionárias, na resistência ao processo contra-revolucionário: a luta por uma sociedade libertada da exploração, desigualdades, injustiças e flagelos sociais do sistema capitalista - a luta por uma sociedade socialista.

Comemorar o 76º aniversário do PCP é, a par do desenvolvimento da acção e a concentração de energias, capacidades e recurso na luta com objectivos imediatos e a curto e a médio prazo, a reafirmação convicta da identidade do Partido, por esse seu grande e supremo objectivo como partido da classe operária e de todos os trabalhadores, com uma teoria revolucionária que responde às transformações da vida, - o marxismo-leninismo -, por uma democracia interna tendo como valores a direcção colectiva, o trabalho colectivo e o partido concebido como um grande colectivo de militantes que decidem do destino do seu Partido, pelo seu patriotismo inseparável do seu internacionalismo.

Comemorar o aniversário do PCP é também trabalhar para o reforço do Partido em todos os aspectos da sua vida e acção, para se multiplicar o número daqueles, particularmente os jovens, que, como tem sucedido e já sucedeu aqui nesta iniciativa, decidem entrar no Partido, pois a vida cada vez mais claramente demonstra que o PCP, este grande partido nacional, é não só necessário, mas indispensável e insubstituível aos trabalhadores, ao povo, à democracia, a Portugal.

(...)

Convívio com Joaquim Gomes

No passado sábado, na Quinta da Atalaia, mais de 200 camaradas e amigos participaram num almoço de homenagem a Joaquim Gomes, pela passagem do seu 80º aniversário.

Dirigente do PCP ao longo de décadas, Joaquim Gomes teve nesse dia a seu lado, para além dos camaradas que actualmente consigo trabalham, mais de 60 camaradas da Marinha Grande - de onde é natural -, e numerosos militantes e antifascistas de várias regiões, designadamente de Alpiarça e Couço e dirigentes do Partido.

Antecedido de uma entrada de presunto e azeitonas, do almoço-confraternização que decorreu de forma muito animada no Pátio da Adega, constou um gostoso cozido à portuguesa - carinhosamente confeccionado por uma equipa de Oeiras -, um bom vinho de Alpiarça e, de sobremesa, laranjas da Ata-

laia e um enorme e belíssimo bolo oferecido por camaradas de Oeiras.

Octávio Pato, do Secretariado do CC, nas breves palavras que proferiu, prestou a Joaquim Gomes uma pequena homenagem pelo seu passado de luta e vida inteiramente dedicada ao Partido, oferecendo-lhe, no fim, um charuto cubano.

A propósito desta oferta, o camarada Manuel Pedro lembrou qua a receita daquele almoço seria para entregar para a Campanha Nacional de Fundos em curso, o que levou a que se procedesse ao leilão do charuto. E a verdade é que do almoço resultou uma receita de cerca de 120 contos!

Uma bela tarde passada na Quinta da Atalaia, onde um sol extemporâneo, fazendo realçar os verdes das árvores, juntava-se à homenagem que ali decorria.

Por todo o País Organizações comemoram aniversário



Em Vila Franca de Xira, num almoço-convívio com a presença do Secretário-geral, Carlos Carvalhas, centenas de militantes comemoraram, no Pavilhão do Cevadeiro, o aniversário do PCP

Açores

Em Angra do Heroísmo, os comunistas assinalaram o aniversário do PCP com um convívio no Centro de Trabalho que contou com a participação de António Nunes, do Secretariado da DORAA. Uma sardinhada e a actuação do cantor Kit e do Grupo de Teatro Forja animaram a comemoração.

Em Ponta Delgada, o Centro de Trabalho foi pequeno para albergar as largas dezenas de participantes do jantar volante que aí decorreu e que os comunistas aproveitaram para homenagear os militantes que em 1974 iniciaram a actividade do Partido em São Miguel. Em nome desses camaradas, usou da palavra o camarada António Lemos.

Emigração

Num ambiente de muita alegria e entusiasmo realizou-se em Champigny, França, um jantar de comemoração dos 76 anos do PCP que contou com 150 pessoas. O camarada Raimundo Cabral, membro do Comité Central, realçou a importância do reforço do PCP, "como factor essencial para a intensificação da luta contra a política de direita do Governo PS" e alertou para os perigos do "vergonhoso acordo entre o PS e PSD para a revisão da Constituição, contra o qual os comunistas não pouparão esforços em lutar".

Um outro orador, José Roussado, deu uma informação sobre as eleições para o Conselho das Comunidades Portuguesas que se realizam no dia 27 de Abril, apelando aos presentes para a sua participação activa para uma forte votação na lista "Unidade em defesa dos emigrantes".

Também no dia 8 se realizou em Neuchâtel, Suíça, um jantar-convívio, com a presença de 70 pessoas, onde São Belo, dirigente associativa, fez uma intervenção sobre as eleições para o Conselho das Comunidades. A militante comunista, que faz parte da lista "Em defesa dos emigrantes" composta por sindicalistas e activistas no movimento associativo, apresentou as razões da candidatura tendo nomeadamente referido o facto de serem emigrantes que vivem "há muitos anos na Suíça, conhecemos em profundidade os reais problemas da comunidade portuguesa. Temos contribuído nas mudanças favoráveis à comunidade, iremos continuar, com o mesmo espírito de luta e dedicação, porque muito existe ainda para alcançar".

A actualidade política nacional esteve a cargo de João Armando, membro do Comité Central, que também abordou os 76 anos do PCP que representam um "património em defesa da liberdade e da luta pela democracia e por melhores condições de vida do nosso povo".

Em Hamburgo e Colónia, Alemanha, realizaram-se tam-

bém no passado fim-de-semana diversas iniciativas para assinalar o 76º aniversário do PCP. Várias dezenas de emigrantes juntaram-se numa jornada de convívio onde foram feitas alocações alusivas à efeméride.

Porto

No Porto, várias iniciativas locais assinalaram o evento. No próprio dia do aniversário, o sector intelectual realizou um jantar volante com quase centena e meia de convivas, entre os quais muitos amigos do PCP. No decurso do jantar interveio o escritor Urbano Tavares Rodrigues.

Vila do Conde, por sua vez, realizou no dia 7, com a intervenção do deputado João Amaral, um jantar com a participação de 120 pessoas. No sábado, por iniciativa da Comissão Concelhia de Gondomar, reuniram-se em S. Pedro da Cova cerca de 150 pessoas e, na Sede da Boavista, um jantar volante da cidade do Porto juntou cerca de 300 pessoas. No sábado ainda, 70 pessoas participaram num jantar na Maia. Também Santo Tirso assinalou a efeméride com um almoço que juntou cerca de 50 participantes.

Viseu

Por iniciativa da Direcção da Organização Regional de Viseu do PCP, realizou-se no domingo passado um almoço comemorativo com a participação de muitos militantes e simpatizantes.

Durante o almoço, para além de Manuel Rodrigues, membro do Secretariado da DORV, que na oportunidade lembrou alguns comunistas viseenses desaparecidos, interveio Maria da Piedade Morgadinho, da Comissão Central de Quadros.

Depois de saudar especialmente as mulheres pela passagem do 8 de Março - Dia Internacional da Mulher -, a dirigente comunista recordou a fundação do PCP e alguns momentos da luta democrática e antifascista ocorridos no distrito e evocou a Grande Revolução Socialista de Outubro.

Maria da Piedade Morgadinho teve ainda ocasião de caracterizar a política social e económica do Governo do PS, salientando por fim a importância das próximas eleições autárquicas.



Maria Piedade Morgadinho recordou em Viseu a fundação do PCP e algumas das principais lutas ocorridas no distrito





6ª Assembleia de Coimbra Renovar e crescer

Os comunistas de Coimbra reuniram no passado sábado a sua 6ª Assembleia Concelhia em cujos trabalhos participou Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP.

Sob o lema «Iniciativa e Organização - Renovar e Crescer», os delegados discutiram e aprovaram uma resolução sobre o trabalho do Partido no Concelho e elegeram o novo órgão de direcção, composto por 45 membros. A nova Comissão Concelhia, com uma composição alargada, tem como tarefa dirigir o trabalho político do Partido, melhorar a reflexão e o debate dos grandes temas que preocupam a população coimbrã. Para tal será aliviada de funções executivas que passam a ser asseguradas por um organismo mais restrito constituído pelos responsáveis das principais organizações. A Assembleia apontou ainda para a constituição de grupos de trabalho específicos em várias áreas de intervenção.

O documento aprovado analisa a situação económica e social do concelho responsabilizando a política neoliberal da última década pela fragilização e desarticulação do tecido industrial, que se traduz nomeadamente no encerramento de empresas, redução de postos de trabalho, atraso no pagamento de salários, retirada de direitos laborais e generalização do trabalho precário. O incumprimento da lei das 40 horas em várias empresas é outro traço da situação criada que ameaça o futuro dos trabalhadores. A Assembleia assinalou ainda a luta dos trabalhadores da Administração Pública, central e local, e elencou as numerosas lutas desencadeadas pelas populações do concelho pela satisfação de necessidades saneamento básico, transportes públicos, construção e arranjo de vias de comunicação, equipamentos sociais e melhoria da qualidade de vida e do ambiente. As lutas estudantis e dos agricultores do Mondego são outros temas abordados na resolução.

Os delegados presentes debateram igualmente a preparação das próximas autárquicas definindo como objectivos reforçar as posições da CDU nos órgãos municipais, vencer e reforçar as posições nas freguesias de Arzila, Souselas e Torres do Mondego, onde a coligação é maioritária, reconquistar a Freguesia de S. João do Campo e disputar as presidências das freguesias de Antuzede, Ameal e Almedina.

Os comunistas apostam forte no aumento significativo do número de votos em todas as freguesias, particularmente nas grandes urbanas de Santo António dos Olivais, Eiras, Santa Clara, S. Martinho do Bispo e Santa Cruz.

Carvalhas no jantar CDU/Setúbal

Para apresentação da candidatura às eleições autárquicas, a CDU de Setúbal promove na próxima quarta-feira, 19, um jantar no Restaurante «Quinta», pelas 20 horas, com a participação do secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas.

Na iniciativa está prevista a divulgação do terceiro número do Jornal CDU dedicado à temática do Ordenamento do Território e Urbanismo.

Na publicação, a CDU questiona-se sobre a não realização desde 1994 do Prémio de Arquitectura, instituído em 1993 (ano de eleições) e que então foi atribuído a um prédio situado a poente da Avenida Luísa Todi, «em circunstâncias pouco claras».

A CDU observa que «o presidente da Câmara tem guardado silêncio ou dado respostas evasivas» e interroga-se sobre as razões de tal atitude: «Não há obras de qualidade construídas a partir daquela data? Nenhuma obra foi assinada por arquitectos, como pede o regulamento? Não há dinheiro para pagar os prémios?» O Jornal da Coligação considera que a cidade de «Setúbal merece construções de boa qualidade e que a atribuição do prémio seria uma boa contribuição para esse objectivo».

Rogério Rodrigues é mandatário na Amadora

Rogério Rodrigues, actual director do jornal GrandAmadora, é o mandatário concelhio da CDU na Amadora. Jornalista desde 1974, pertenceu aos conselhos de Redacção do «Diário de Lisboa», de «O Jornal» e do «Público», e em escrito na revista «Visão».

Ganhou o Prémio de Jornalismo da Associação 25 de Abril em 1984, e em 1970 o Prémio de Poesia António Boto, sendo o autor de «Livro de Visitas», «História da Educação em Portugal», e «A Outra Face da Morte».

PCP

Autárquicas/97

CDU divulga cabeças de lista

A apresentação de cabeças de lista da CDU às próximas eleições autárquicas prossegue a bom ritmo em todo o País. Nos últimos dias, no decorrer de sessões públicas da Coligação ou de iniciativas comemorativas do 76º aniversário do PCP, foram divulgados candidatos em diversos concelhos.

Alfredo Monteiro tem 41 anos de idade, é militante do PCP desde 1974 e professor no ensino secundário. Para além da sua actividade como vereador, pertence ainda ao Conselho de Administração da Associação dos Municípios de Setúbal e é membro da DORS do PCP.

Eufrazio Filipe tem 48 anos de idade, milita no PCP há 30 anos e é membro do Comité Central. Formado em gestão de recursos humanos, Eufrazio Filipe foi fundador da Associação dos Eleitos

Alpiarça

A recandidatura de Raul Figueiredo à presidência da CM de Alpiarça foi divulgada no passado domingo, 9, no decorrer dos trabalhos da 8ª Assembleia Concelhia. Raul Figueiredo tem 52 anos, é engenheiro químico e é membro do PCP.

Mafra

No sábado, em Mafra, a CDU apresentou as candidaturas de Olga Pires à presidência da Câmara e de José João Costa à Assembleia Municipal. Na sessão pública realizada num hotel da cidade, participou o deputado e vice-presidente da Assembleia da República, João Amaral. Na sua intervenção realçou que a eleição de um vereador e o reforço da bancada da CDU na Assembleia Municipal serão um contributo não apenas para uma gestão ao serviço da população como também para a batalha mais geral pelo reforço de regime democrático.

Moura

A coordenadora da CDU do concelho de Moura apresentou na passada sexta-feira, José Maria Pós-de-Mina como o cabeça de lista à Câmara. José Maria Pós-de-Mina tem 38 anos e é membro do PCP. Foi vereador em regime de permanência em Moura no mandato de 80-82 e é eleito na Assembleia Municipal desde 1986, tendo sido presidente deste órgão no mandato 1986-89. O candidato é bacharel em gestão de empresas e está presentemente a concluir a licenciatura em gestão financeira.

Redondo

No Redondo, a recandidatura de Alfredo Falamino Barroso foi divulgada no jantar comemorativo do aniversário do PCP, onde participaram cerca de 150 pessoas, incluindo vários independentes, e que contou com a presença José Soeiro, membro da Comissão Política do PCP. Alfredo Barroso, presidente da Câmara do Redondo desde 1983, tem 47 anos e é engenheiro e militante do PCP. É actualmente presidente da Associação de Municípios do Distrito de Évora desde 1987 e foi entre 1989 e 1990 presidente da Comissão Instaladora da Região de Turismo de Évora

Seixal

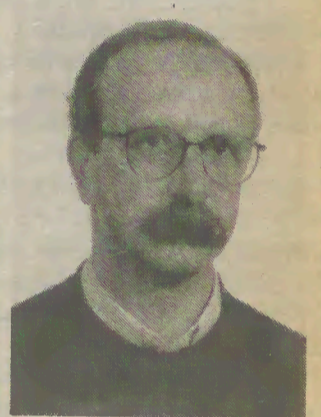
O mega-almoço realizado na Quinta da Valenciana (ver peça) que juntou no passado domingo cerca de mil e quinhentas pessoas, foi aproveitado para anunciar as cabeças de lista da CDU no concelho do Seixal. Eufrazio Filipe, que durante 23 anos esteve à frente do executivo camarário, surge agora como primeiro candidato à Assembleia Municipal, enquanto Alfredo Monteiro, actual responsável pelo pelouro da Cultura, Educação, Desporto e Juventude, é o número um à Câmara.



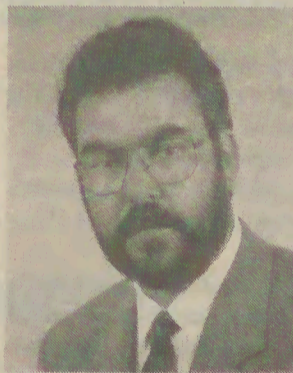
Raul Figueiredo



Olga Pires



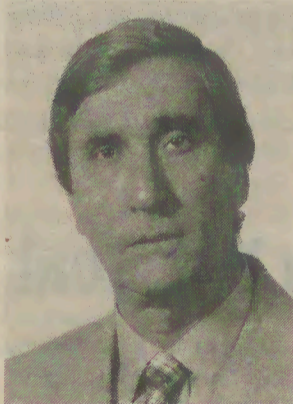
José Maria Pós-de-Mina



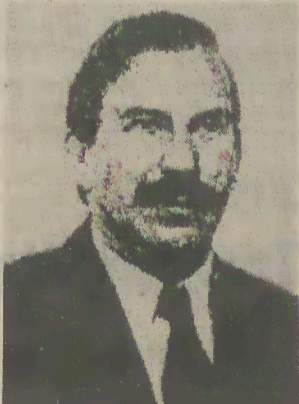
António Bogalho



Alfredo Monteiro



Caetano Dinis



Alfredo Barroso

Comunistas e Outros Democratas (AECOD), foi presidente da Associação de Municípios do Distrito de Setúbal e vice-presidente da Junta Metropolitana de Lisboa. Actualmente é vice-presidente da Associação ZLAN - Zonas Livres de Armas Nucleares e vice-presidente da Associação Nacional de Municípios.

Sobral de Monte Agraço

António Bogalho e Egídio Ribeiro encabeçam a lista em Sobral de Monte Agraço, respectivamente à Câmara e Assembleia Municipais, cargos que já hoje ocupam. O anúncio foi feito durante um almoço-convívio que assinalou o 76º aniversário do PCP, realizado no passado domingo que reuniu 250 pessoas. Na iniciativa estiveram José Casanova, da Comissão Política, José Cordeiro e Adelaide Alves, do Comité Central do PCP.

António Bogalho tem 39 anos e para além de estar à frente do executivo camarário é secretário da Assembleia Intermunicipal da Associação dos Municípios do Oeste, secretário da Assembleia Distrital de Lisboa e membro do Conselho Geral da Associação Nacional de Municípios Portugueses entre outros cargos que ocupa.

Torres Vedras

Com a participação de José Casanova, membro da Comissão Política do PCP, realizou-se no sábado, em Torres Vedras, um almoço comemorativo do 76º aniversário do PCP, momento que foi aproveitado para fazer o lançamento das candidaturas da CDU. Perante cerca de 200 pessoas, foram apresentados Caetano Dinis e Francisco Costa Fernandes, respectivamente, cabeças de lista à Câmara e Assembleia Municipais.

Caetano Dinis, de 55 anos, é empregado de escritório e membro do PCP. Francisco Costa Fernandes tem 47 anos, é militante comunista, professor e presidente adjunto da Federação Portuguesa de Ciclismo. Ambos desempenham actualmente funções como vereadores no município de Torres Vedras.

Forum em Viseu

Regionalização e manipulação genética

"A existência de um mundo rural vivo depende, em primeiro lugar, da manutenção de um tecido denso de numerosas explorações agrícolas familiares diversificadas e *polivalentes*", afirmou a Confederação Nacional de Agricultura (CNA), no Forum "Agricultura, Desenvolvimento e Regionalização", promovido o passado fim-de-semana, em Viseu, pela ARP - Aliança para a Defesa do Mundo Rural Português.

Uma associação que engloba, entre outros, vários sindicatos, a Quercus, a CNA, a ANAFRE e a Juventude Agrícola Rural Católica.

A CNA tomou posição sobre a Regionalização "como uma das condições fundamentais ao desenvolvimento de uma agricultura sustentada com produções regionais de boa qualidade alimentar" e defendeu a regionalização das políticas agrícolas e de mercados como "factores de defesa nacional perante as ameaças, internas e externas" - nomeadamente concentração industrial da produção, PAC, moeda única - que pairam sobre a produção agrícola.

A manipulação genética foi outra das questões abordadas em Viseu, tendo a ARP alertado para os riscos de um "total atrofamento da biodiversidade, incluindo o Homem".

Maria João Pacheco, coordenadora desta associação, afirmou à Agência Lusa que "o mundo rural pode ser posto em perigo com a manipulação genética", devido a interesses económicos e por "poder significar o fim das espécies agrícolas regionais".

"As grandes multinacionais fazem a manipulação genética para a criação de novos produtos híbridos apenas com o intuito de venderem logo a seguir os herbicidas e outros químicos que correspondem a esta nova espécie", considerou.

Uma realidade que "pode conduzir ao fim das espécies regionais como o milho regional", pois "os subsídios só são atribuídos com o certificado de compra dos milhos híbridos". O mesmo acontecendo com "outros tipos de produtos agrícolas".

Neste debate, a CNA defendeu que "a manipulação genética e em particular a *clonagem* em seres vivos não podem ser encaradas apenas do ponto de vista científico mas também têm que ser analisadas mediante as consequências previsíveis aos níveis socioeconómico e ambiental".

A CNA propõe: "a introdução de uma *mora-tória* na utilização de produtos geneticamente manipulados ao nível da chamada *transgenética*

ou, pelo menos, a obrigatoriedade da sua clara identificação; a democratização do debate sobre a manipulação genética; a proibição da clonagem em seres vivos; a criação de um *Comité Ético-Social* para pressionar os órgãos de soberania e esclarecer a opinião pública, com a participação de representantes de organizações agrícolas, de outras organizações e de cidadãos individualmente".

Por outro lado, e na sequência de uma reunião, que em Fevereiro reuniu no Fundão dirigentes de associações de agricultores, a CNA manifestou a sua disponibilidade para participar na criação de uma *Câmara de Agricultura das Beiras*.

Do encontro do Fundão saiu o esboço de um documento que apresenta quatro propostas para a agricultura da Beira Interior: definir se se pretende uma agricultura produtiva ou "apenas para lazer e para receber subsídios"; fazer um ordenamento cultural que identifique quais as culturas com vantagens comparativas; afectar os fundos comunitários a quem siga esse ordenamento; reescalonar as dívidas a longo prazo.

O calvário das candidaturas

A Associação Regional dos Agricultores de Viseu - Aravis, membro da CNA, denuncia, em nota à imprensa, a teia burocrático-administrativa que envolve todo o processo de atribuição de subsídios, o que, é "por si só um factor de desmotivação e de desinteresse de muitos agricultores em relação a todo este calvário", pelo que "os que mais necessitam acabam por ser os que nada ou pouco recebem".

Em causa está o período de campanha de candidatura aos prémios e subsídios destinados à agricultura - a decorrer entre 20 de Janeiro e 21 de Março - que compreende os pedidos de ajudas às superfícies, indemnizações compensatórias e os prémios aos produtores de carnes de ovinos, caprinos e bovinos.

A Aravis refere que os levantamentos dos dados necessários para as candidaturas ainda não chegaram às mãos dos agricultores, não sendo tão-pouco fácil o adequado preenchimento e tratamento dos formulários de candidatura, e exige uma rápida resposta do Ministério da Agricultura para este problema, "que está a pôr em causa todo o processo de candidaturas".

Mulheres em debate

Conselho de Ministros alternativo

A Segurança Social, a idade da reforma e as mulheres; a alteração da lei da IVG e a aplicação das leis do Planeamento Familiar e Educação Sexual; a regulamentação da lei de protecção às mulheres vítimas de violência; o reconhecimento do estatuto de *parceiro social* às organizações femininas, com direito a Tempo de Antena; e ainda a análise do parecer do Procurador com vista à alteração da *lei das 40 horas* - foram os temas constantes na agenda de trabalhos de um *conselho de ministros* muito especial.

Por iniciativa do Movimento Democrático das Mulheres (MDM) e da Comissão Nacional de Mulheres da CGTP-IN, realizou-se no passado dia 6 - em véspera do debate sobre a problemática feminina, pelo Conselho de Ministros - um Conselho de Ministros Alternativo, que analisou alguns dos *muitos* problemas com que hoje se defrontam as mulheres portuguesas, e avançou propostas concretas.

Do debate - em que se cruzaram críticas à política do governo PS, na continuidade da "política de direita do anterior governo PSD" - resultaram algumas propostas, apresentadas pela dirigente do MDM, Rosa Xisto, como "contributo para a agenda do Conselho de Ministros do governo PS":

- O reconhecimento do estatuto de parceiro social às organizações femininas, com direito a tempo de antena;
- Adopção de políticas que fomentem o emprego femini-

no em termos quantitativos e qualitativos e garantam a aplicação efectiva dos direitos específicos das mulheres e assegurem a sua participação em todas as áreas da vida nacional;

- A melhoria do poder de compra dos salários e das pensões, de modo a fazer face ao aumento dos preços, melhorar a qualidade de vida e potenciar a aproximação aos níveis

redução dos horários de trabalho;

- A alteração da lei que permite a IVG, no sentido de incluir razões de ordem social e económica, articulada com a aplicação efectiva das disposições legais sobre o planeamento familiar e a educação sexual, pressupondo a obrigatoriedade das temáticas da igualdade e da educação sexual tanto na formação inicial contínua



Conselho de Ministros alternativo

médios dos salários comunitários;

- A garantia da universalidade dos direitos à Segurança Social e à saúde e consagração da idade de reforma aos 62 anos para mulheres e homens;

- A concretização das 40 horas semanais, no máximo, como horário normal de trabalho, pondo termo à violação de direitos na definição e

dos professores como ainda a revisão dos planos escolares no mesmo sentido;

- A criação de estruturas sociais de apoio à família, por forma a contribuir para a eliminação das diferenças no trabalho, na vida política, social, económica e cultural;

- O regulamento da lei 61/91 que garante protecção às mulheres vítimas de violência.

A ponta do iceberg

A "ponta do iceberg de violência que se abate sobre as mulheres portuguesas" foi denunciada, no passado dia 6, por Odete Santos, deputada do PCP, na reunião plenária comemorativa do Dia Internacional da Mulher na Assembleia da República.

Reportando-se a um estudo da Universidade Nova, a deputada comunista considerou que a realidade é brutal: "52,2% das mulheres inquiridas foram alvo de um ou de mais actos de violência".

Exercida, concretamente, "com actos de discriminação sociocultural - discriminação face ao homem quanto ao salário e ao acesso ao emprego, nomeadamente quando as mulheres são mães ou estão grávidas; com actos de violência psicológica e física; com actos de violência sexual".

Desta violência são vítimas "mulheres de todos os estratos sociais", disse Odete Santos, sublinhando ainda que "na discriminação sociocultural, a que tem a ver com o acesso ao emprego e com níveis de remuneração, são as profissionais liberais e os quadros superiores e as empregadas de escritórios e serviços, as classes percentualmente mais representadas na vitimização. Aquelas com uma percentagem de 28,3% e estas de 27,6%".

Relativamente à violência física, "são as mulheres de níveis de instrução mais baixos que representam um maior peso na taxa de vitimização".

A concluir, Odete Santos afirma a necessidade de modificar esta situação e salienta que o que está em causa é também "uma questão de Democracia".

«Para cá do Marão»

Movimento lançado em Vila Real

O Movimento para cá do Marão com a Regionalização foi lançado publicamente no passado dia 4 de Março, em conferência de imprensa realizada no Centro Cultural de Vila Real.

É objectivo do Movimento, que tem como base impulsora um conjunto de personalidades da Região, a criação da Região de Trás-os-Montes e Alto Douro.

No abaixo-assinado entretanto a circular, alinham-se as razões deste movimento.

Começando por referir as "particularidades, necessidades e potencialidades, muito próprias", da região, o abaixo-assinado

sublinha que o processo de regionalização "pode contribuir para a correcção das desigualdades", "reforçar a democracia e a descentralização, abrir caminho a uma reforma democrática da Administração Pública".

O documento salienta que o "processo de regionalização não é um fim em si mesmo", mas antes uma *ferramenta* "para uma eficaz e integrada política de desenvolvimento regional".

Nesta perspectiva, a criação de uma região polinucleada contribuiria para um "desenvolvimento mais harmonioso" e a existência da autarquia Região "dará mais força aos municípios e freguesias e poderá ser o lugar da convergência das forças capazes de afirmar e lutar pela defesa dos interesses e direitos de todos os Transmontanos e Durienses".

Subscrevem este abaixo-assinado diferentes personalidades, nomeadamente: Adérito Branco, Professor de História e Presidente do *Forum Nordeste*; Afonso Praça, Jornalista; Albino Mendo, Arquitecto; António Borges Coelho, Historiador; António Cabral, Escritor; António Lourenço Fontes, Padre; Ernesto Rodrigues, Prof. Universitário e Escritor; Francisco Terroso Cepeda, Economista; Joaquim Melo, Inspector do Ensino Secundário; Manuel Veiga, Jurista e Presidente da Assembleia Municipal de Loures; Maria do Loreto, Eng^a Silvicultora; Mesquita Montes, Engenheiro e Presidente da Casa do Douro; Modesto Navarro, Escritor; Paulo Vaz de Carvalho, Prof. Universitário e Músico; Rui Tadeu, Arquitecto de Interiores, Professor e Empresário; Virgílio Alves, Eng^o Dr. Zootécnico da UTAD.



Conferência de imprensa, para lançamento do Movimento. Na mesa, Mário Costa, Gabriela Figueiredo e José Brinquete

TRABALHADORES

Rotura
na Unacel

Os cerca de 75 trabalhadores da Unacel em Coimbra e na Figueira da Foz estão seriamente ameaçados de serem lançados no desemprego. Ao alertar para as graves consequências dos desentendimentos entre os sócios da distribuidora exclusiva dos produtos da Central de Cervejas, a União dos Sindicatos de Coimbra adianta que, juntamente com os sindicatos do Comércio e dos Rodoviários, alertou terça-feira o governador civil para os problemas sociais que poderão ser despoletados a partir da assembleia de accionistas da Unacel, marcada para a próxima segunda-feira. Também foram contactadas a Câmara Municipal de Coimbra e a Inspeção do Trabalho. Para terça-feira está convocado um plenário de trabalhadores.

Kansas ia cumprir

No momento em que a gerência da Kansas Confecções e a comissão sindical já tinham acordado a revisão do acordo de empresa para este ano, a delegação de Almada da Inspeção do Trabalho, através do delegado José António Oliveira Tavares, veio introduzir a sua interpretação sobre horários de trabalho e, com isso, levantar obstáculos à aplicação do acordo livremente negociado - protesta o sindicato dos Têxteis do Sul. Exigindo à gerência que não arraste por mais tempo a aplicação do acordo firmado com os representantes dos trabalhadores, o sindicato - que convocou para a passada segunda-feira um plenário na empresa com Carvalho da Silva - reclama da IGT que fiscalize e faça cumprir a Lei 21/96 e que não introduza factores de instabilidade nas empresas.

Misericórdia
de Lisboa

Um prazo de uma semana, que terminava ontem, foi dado à administração da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa para receber o sindicato da Função Pública e apresentar propostas concretas para os problemas dos trabalhadores do Departamento de Jogos. A decisão foi tomada em plenário, no dia 5, face à falta de resposta às propostas sindicais (a par de medidas que contrariam reivindicações já apresentadas), face a uma gestão que transmite suspeição sobre os trabalhadores e perante a falta de informação sobre a implementação do sistema on-line, com implicações na estabilidade do emprego e nos vencimentos.

Promessas não cumpridas
indignam funcionários públicosAdministração Local vai parar
na segunda-feira

Não estão a ser respeitados compromissos assumidos pelo Governo quando subscreveu, em Janeiro de 1996, o acordo com os sindicatos da Administração Pública. Especialmente prejudicados mostram-se os trabalhadores com vínculo precário e o pessoal das autarquias.

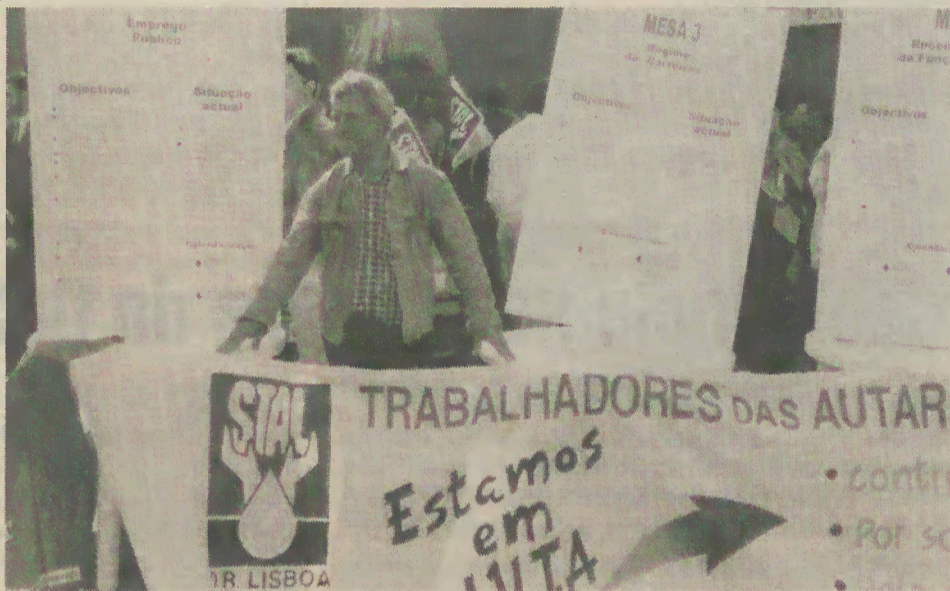
Mais de cinco centenas de delegados, dirigentes e activistas do Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local, dos vários distritos e regiões autónomas,

estiveram na passada quinta-feira em Lisboa, com o objectivo de entregar a Jorge Coelho as resoluções aprovadas nos conselhos regionais, desde o início da semana. Em

especial, queriam expressar o seu protesto por não serem satisfeitas reivindicações justas e antigas (como a regulamentação do subsídio de insalubridade, penosidade e risco, a valorização das carreiras profissionais, o nivelamento do nível 100 pelo salário mínimo nacional, a estabilidade de emprego) e por assistirem ao arrastamento dos trabalhos das mesas parcelares, resultantes do acordo de 1996.

Para o meio-dia, estava marcada uma audiência com o ministro Adjunto e da Presidência, no edifício governamental da Rua Teixeira Gomes. No entanto, nem Jorge Coelho recebeu os sindicalistas nem o Conselho de Ministros estava ali reunido, pelo que os trabalhadores decidiram deslocar-se até ao palácio de S. Bento, onde estava reunido o Governo. Antes, recebera-os um assessor do ministro; aqui recebeu-os um assessor do primeiro-ministro. Insatisfeitos com esta forma de «diálogo» com os governantes por interposta pessoa, os activistas do STAL reafirmaram a disposição de levar avante a greve nacional convocada para o próximo dia 17, segunda-feira.

No dia 5, em Lisboa, a assembleia de delegados sindicais da Função Pública do Sul e Açores aprovou uma moção com fortes críticas aos «atrasos, protelamento das soluções e indefinição» que caracterizam o andamento das mesas parcelares de negociação, acusando o Governo de ainda não ter procedido às diligências formais necessárias para verter em diplomas legais as conclusões já alcançadas. «Comprova-se que o novo Governo apenas celebrou o "acordo de compromissos" para ganhar tempo, obter credibilidade e mostrar uma face dialogante», acusa-se na moção. Admitindo o recurso a nova greve por parte dos trabalhadores com vínculo precário, os delegados apoiaram a decisão da federação da Função Pública de promover plenários nacionais por carreiras e grupos profissionais, em Abril.



Frente à Presidência do Conselho de Ministros, os sindicalistas denunciaram os escandalosos atrasos nos trabalhos das mesas parcelares

Alguns socialistas votaram contra
AM de Guimarães exige
redução efectiva nos horários

Por maioria, apenas com os votos contra de 27 deputados do PS, foi aprovada na Assembleia Municipal de Guimarães uma moção expressando solidariedade aos mais de 15 mil trabalhadores do concelho que, há 15 semanas, lutam pela redução dos horários de trabalho. O documento, proposto pela CDU e aprovado também pelos eleitos do PSD, PP e por cerca de 60 por cento dos deputados socialistas, expressa «preocupação pela não resolução deste problema, chamando a atenção do sr. primeiro-ministro e da sr. ministra para a Qualificação e o Emprego para a necessidade de se tomarem medidas que obriguem a cumprir a legalidade, contribuindo assim para que os trabalhadores vejam efectivamente reduzido em duas horas o seu período normal de trabalho».

Os deputados que votaram contra a moção pretendiam que apenas fossem solicitadas à AR «medidas para esclarecer quem tem razão, os trabalhadores ou os patrões».

Na mesma sessão, sexta-feira passada, a CDU fez aprovar, por unanimidade, outra resolução «em defesa do sector têxtil», questionando o Governo acerca dos motivos e fundamentos que levaram a Comissão Europeia a, sem consultar o Parlamento Europeu, alterar o regulamento sobre os acordos comerciais (introduzindo maior

flexibilidade na fixação de quotas de importação de têxteis) e sobre as medidas que o executivo português pretende tomar para travar tais alterações e defender o sector têxtil.

Os deputados municipais vimaranenses acusam a Comissão de querer mãos livres para usar o sector como «moeda de troca para o estabelecimento de futuros acordos» e «criar os suportes legais necessários para impedir a sustentação jurídica de eventuais processos movidos por estados-membros», como Portugal fez relativamente aos acordos da UE com o Paquistão e a Índia.

Nova greve dos ferroviários
dias 18, 20 e 21

«Nem com o recurso à polícia, o Governo e o CG evitaram forte adesão à greve» de sexta-feira, dia 7, nas empresas do grupo CP - afirma a Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Ferroviários Portugueses, que já apresentou novo pré-aviso para paralisações parciais nos dias 18, 20 e 21.

A meio da manhã de sexta-feira, a federação anunciava índices de adesão entre 70 por cento, nos sectores directamente ligados à circulação ferroviária, 90 por cento nos chamados sectores fixos, e ainda mais elevados na EMEF.

Já nessa altura era denunciada a presença de polícia de choque, em clara manobra de intimidação dos trabalhadores, a par de diversas ilegalidades do conselho de gerência para tentar minorar os efeitos da greve. Ao fim da tarde, confirmando a

forte adesão dos trabalhadores à greve, a FSTFP/CGTP apontava a presença da polícia nas estações entre Campanhã e Ermesinde, em Pinhal Novo, no Barreiro e no Rossio; entre as manobras do CG, eram referidas a substituição de ferroviários em greve, feita até utilizando quadros superiores (um engenheiro chegou ao ponto de se deslocar de automóvel para fechar passagens de nível, de modo a permitir a circulação de comboios na área do Barreiro!).

Mantendo os objectivos - lutar contra a continuação do desmembramento da CP, exigir garantias de manutenção dos postos de trabalho e dos direitos conquistados, e reclamar o cumprimento dos acordos e a resolução dos problemas laborais -, a federação convocou novas paralisações para terça, quinta e sexta-feira da próxima semana.

Congresso
amanhã

A União dos Sindicatos de Setúbal reúne amanhã, a partir das 9.30, no Cine-Teatro S. João, em Palmela, o seu 5º Congresso, sob o lema «Emprego, direitos, progresso social». Os delegados vão debater e votar alterações aos estatutos e regulamento da USS/CGTP, o relatório de actividades do conselho distrital e o programa de acção para o próximo triénio, uma carta reivindicativa, moções e resoluções sobre a intervenção do movimento sindical do distrito no actual quadro político, social e laboral. Vão também eleger a direcção da União.

Mobilizar
para o dia 22

A manifestação convocada para Lisboa, no sábado da próxima semana, e que desfilará a partir das 15 horas do Marquês de Pombal para os Restauradores, está a mobilizar os esforços de dirigentes e activistas aos diversos níveis das estruturas do movimento sindical unitário dos distritos de Lisboa e Setúbal. A jornada foi convocada pela CGTP (USS e USL), como forma de expressão conjunta de reivindicações que estão na base de diversas movimentações laborais, nos últimos tempos, exigindo a redução dos horários de trabalho, a defesa do emprego existente e a criação de novos postos de trabalho, o aumento dos salários e o respeito pelos direitos conquistados.

Leiria
mais grave

Largas centenas de trabalhadores poderão ficar sem emprego nos próximos tempos, por várias empresas se encontrarem à beira da falência, alertou a União dos Sindicatos de Leiria. Na nota em que são divulgadas as conclusões do plenário distrital de sindicatos, realizado dia 4, chama-se a atenção para o agravamento da situação social no distrito, afirmando-se a necessidade de continuar a luta pela redução do horário de trabalho e condena-se o acordo PS/PSD de revisão constitucional como «mais uma manobra de engenharia eleitoral, que não tem em conta os problemas sociais do País e os direitos dos trabalhadores». Os dirigentes sindicais repudiaram também o acordo de concertação estratégica, que «não pretende resolver nenhum dos problemas do mundo laboral» e visa alterar para pior os regimes legais dos horários de trabalho, de férias e de contratação a prazo, subverte o conceito de retribuição, permite ao patronato participar na elaboração de leis laborais, passa recibos verdes apenas para contratos a prazo, cede aos patrões dinheiros da Segurança Social, provoca o encerramento de empresas, privatizações e contenção salarial.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Urge nova política agrícola



O deputado comunista Lino de Carvalho acusou o Governo de não ter nenhuma proposta global para o futuro da

PAC e da agricultura portuguesa. Foi no debate de urgência realizado numa das sessões plenárias da semana transacta por iniciativa do PSD, a quem disse faltar "coerência e credibilidade" para questionar estas matérias, porquanto, observou, é também ele co-autor das orientações estratégicas da política agrícola nacional e fiel adepto da PAC. Preocupante, no entender de Lino de Carvalho, tal como sucedeu em 1992, com o PSD, quando da reforma dos cereais, é o facto de o Governo PS estar a aceitar "uma nova reforma feita produto a produto, ao sabor dos interesses casuísticos das economias dominantes", ao invés, como propõe o PCP, de uma "reforma global da PAC que respeite e estimule a diversidade e especificidade das agriculturas europeias". Lino de Carvalho acusou ainda o Governo de nada ter feito para modificar o que considerou ser "a inaceitável situação actual" em matéria de subsídios que leva a que em Portugal 90 por cento dos subsídios sejam absorvidos somente por três a cinco por cento das explorações agrícolas.

Trabalho a bordo



O Parlamento aprovou, com os votos favoráveis do PS e PP e a abstenção de todos os restantes, o texto final do diploma que

estabelece o regime jurídico do contrato individual de trabalho a bordo das embarcações de pesca. A abstenção do PCP - que depois de várias tentativas viu finalmente nesta sessão legislativa aprovado o seu diploma na generalidade -, foi justificada pelo deputado comunista Rodeia Machado pela circunstância de o texto final estar "longe de corresponder às legítimas expectativas iniciais". Com efeito, pese embora os aspectos inegavelmente positivos constantes no seu articulado, o diploma acaba por consagrar a proposta defendida pelo PS, PSD e PP (em consonância com as posições das associações de armadores) no sentido de remeter sistematicamente para a regulamentação colectiva de trabalho ou contrato individual de trabalho a concretização da quase generalidade dos princípios aprovados. Sucede, porém, como fez notar Rodeia Machado, que cerca de 80 por cento dos pescadores portugueses não têm qualquer instrumento de regulamentação colectiva, o que significa, advertiu, que se corre o "risco de manter o vazio legal para esta imensa maioria de pescadores".

Portagens na região Oeste



O secretário de Estado das Obras Públicas reafirmou no Parlamento a intenção governamental de aplicar portagens nos futuros troços do IC1

Negociata com grupo Mello

Governo sacrifica interesses de Almada

O Grupo Parlamentar do PCP acusou o Governo de ter acordado numa negociata de contornos obscuros com o grupo Mello, lesiva do erário público e adoptada em desrespeito pela autonomia do poder local e com prejuízo do desenvolvimento do concelho de Almada. O assunto foi suscitado numa das sessões plenárias da passada semana pelo deputado comunista Joaquim Matias que a este propósito chegou mesmo a referir estar em causa uma "complexa e ardilosa manobra de engenharia financeira" do grupo Mello, relativamente à qual o Governo revelou uma "completa submissão".

O resultado desta "promiscuidade entre o Governo e este grupo económico", para utilizarmos a expressão do deputado do PCP, traduziu-se não apenas no referido desrespeito pelas competências do poder local expressas na lei, como também, do seu ponto de vista, num ataque aos direitos legais das organizações de trabalhadores.

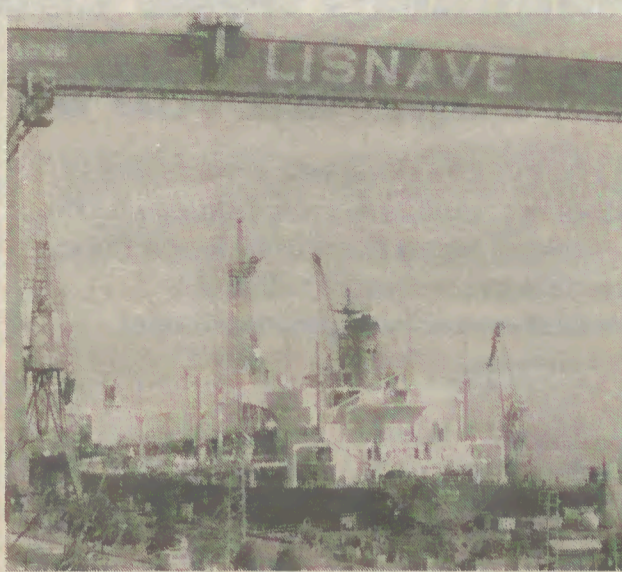
Na perspectiva de Joaquim Matias, para quem o "acordo fere a legalidade do Estado de direito democrático", em síntese, dele saem gravemente lesados a população de Almada e da Península de Setúbal, os direitos dos trabalhadores da Lisnave, os interesses do sector de construção e reparação naval e os interesses nacionais.

Tudo começou, recorde-se, com a recusa pelo anterior Governo de ratificar o PDM (Plano Director Municipal) de Almada invocando o falso argumento que o Plano não respeitava a delimitação da Reserva Ecológica Nacional (REN). Quando a questão parecia estar sanada, com a revogação da resolução do anterior governo, eis que é aberto "um novo e mais absur-

do" conflito com a Câmara de Almada, desta feita pelo actual Executivo PS.

De um modo que Joaquim Matias não hesita em considerar "ilegítimo, incompreensível e injustificável do ponto de vista técnico", o Governo excluiu do PDM a área dos estaleiros da Lisnave e a área do Plano Integrado de Almada.

Esta decisão é tanto mais



A Lisnave é o primeiro estaleiro a nível europeu e o terceiro a nível mundial

absurda quanto é certo que o processo de elaboração do PDM foi objecto de um larguíssimo debate e participação pública, seguindo escrupulosamente todas as tramitações

legais e encaminhamentos processuais e sempre acompanhado por representantes da administração central que nunca levantaram quaisquer objecções ao ordenamento e ao regi-

me de uso nele definido para as áreas da Lisnave e do Plano Integrado de Almada.

E o que o ordeamento consagra é precisamente o de espaço industrial no que se refere à área das instalações da Lisnave (dada a sua importância na economia do concelho e no plano nacional), prevendo simultaneamente a requalificação de outras áreas, designadamente pela localização de novos equipamentos colectivos

Ora é todo este trabalho de planeamento que o Governo PS insiste em pôr em causa, ao validar um acordo celebrado pelo seu antecessor com o grupo Mello, o qual prevê o encerramento do estaleiro da Margueira e a divisão da Lisnave em três empresas e a concretização para o local de um plano de especulação imobiliária na ordem dos 40 milhões de contos.

Manigância nas contas da Defesa

A Assembleia da República aprovou a proposta de lei de revisão da segunda Lei de Programação Militar (LPM). Contando com os votos favoráveis das bancadas socialista e popular (PCP e PSD optaram pela abstenção e o Partido "Os Verdes" votou contra), o diploma visa nos seus objectivos centrais, segundo o ministro António Vitorino, "permitir a introdução de mecanismos de flexibilização financeira" nas Forças Armadas. Com esta revisão da LPM, que terá apenas "como horizonte" o corrente ano, ainda de acordo com as afirmações do ministro, aberta está igualmente a possibilidade de "contemplar programas de reequipamento orientados para a satisfação de missões denominadas de interesse público".

Para o deputado comunista João Amaral, que começou por analisar o diploma a partir dos seus "pressupostos formais", designadamente no plano financeiro, a proposta do Governo encerra "uma espécie de truque contabilístico com o qual se procura transformar o seu verdadeiro conteúdo", o qual é, observou, "o de uma redução real de verbas".

Com efeito, como tratou de explicar João Amaral, a proposta de lei pretende consumir dois golpes no financiamento da programação militar. O primeiro, disse, processa-se através do "corte efecti-

vo de verbas atribuídas para este ano de 1977 na lei de programação militar aprovada em 1993", corte orçamental este que ultrapassa os 30 por cento. "O segundo golpe", para utilizarmos a expressão por si empregue, situa-se na apropriação pelo Governo dos saldos da lei existentes no fim do corrente ano. Por outras palavras, o que não for gasto até 31 de Dezembro de 1997 da verba disponível não poderá já ser aproveitado pelas Forças Armadas, como assinalou o deputado do PCP, que apelidou esta apropriação dos saldos da lei de "manigância inqualificável".

"Constitui uma espécie de ultimato, de diktat às Forças Armadas", concluiu, numa afirmação de revolta pelo que considerou ser uma medida governamental que na sua óptica é "ilegal, politicamente inaceitável e feita fora de tempo" e que só encontra explicação por estar ferreamente subordinada ao "cumprimento dos critérios de Maastricht".

Verberado por João Amaral, já no domínio do conteúdo do diploma, foi o facto desta revisão da segunda Lei de Programação Militar se inserir "numa perspectiva para a Defesa Nacional e Forças Armadas que privilegia a inserção das Forças NATO e UEO e a participação em operações realizadas fora do território nacional, pondo em segundo lugar as necessidades específicas de Defesa Nacional, designadamente a defesa da integridade territorial e o controlo das zonas marítimas de jurisdição ou interesse nacional".

Milho geneticamente manipulado

PCP e "Verdes" querem audição parlamentar

Os Grupos Parlamentares do PCP e do Partido "Os Verdes" solicitaram em proposta conjunta à Comissão Parlamentar de Agricultura a realização de uma audição parlamentar sobre as manipulações genéticas em produções animais e vegetais, bem como sobre as condições da sua importação e comercialização e os seus efeitos na cadeia alimentar.

Esta proposta surge na sequência da entrada no nosso país de 30 mil toneladas de milho transgénico dos EUA destinado à indústria de rações, importação esta que gerou justificadas preocupações na opinião pública e nas associações de defesa dos consumidores e do ambiente.

Os deputados que subscreveram o pedido de audição parlamentar assinalam concretamente

que estão por estudar os efeitos desta manipulação genética sobre a cadeia alimentar, facto que levou alguns países como a Áustria, o Luxemburgo e o Reino Unido a oporem-se à entrada destes cereais no seu território, enquanto a França, por seu lado, exigiu a sua clara rotulagem.

Recordada no texto da proposta é ainda a doença das «vacas loucas» e as suas eventuais consequências para a saúde pública, cuja origem, observam, por razões "de busca a todo o custo de aumentos de produtividade", é indissociável igualmente de "alterações dos sistemas de alimentação naturais com consequências a nível genético e com a co-responsabilidade de governos e Comissão Europeia".

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Acordo PS/PSD de revisão constitucional A subversão dos sistemas político e eleitoral

O Grupo Parlamentar do PCP considerou que o acordo estabelecido entre o PS e o PSD em matéria de revisão constitucional veio permitir a este último a satisfação de muitas das "suas velhas reivindicações", garantindo-lhe "aquilo que não conseguiu enquanto governo e maioria parlamentar", o que constitui mais um sinal da "persistente derrapagem política e ideológica do PS".

O presidente da bancada comunista, Octávio Teixeira, em conferência de imprensa realizada faz amanhã oito dias na Assembleia da República poucos minutos depois de o PS e o PSD terem selado o "negócio secretista", admitiu abandonar a Comissão Parlamentar para a Revisão Constitucional se o PS e o PSD o quiserem "impor abruptamente".

Classificando o acordo como "uma inaceitável convergência de posições do «bloco central» contra princípios básicos" do regime político-constitucional português, Octávio Teixeira anunciou a intenção do PCP de utilizar "todos os locais e todas as tribunas", no Parlamento e fora dele, para "denunciar a substância do acordo", esclarecer a opinião pública e criar movimentos de opinião que possam evitar a "concretização em sede de revisão da Constituição dos aspectos mais negativos do acordo assinado entre as cúpulas partidárias do PS e do PSD".

Na perspectiva do líder parlamentar comunista resulta claro que o acordo "assenta num atentado à democraticidade e pluralismo do sistema político e do sistema eleitoral", pondo em causa a "legítima e democrática proporcionalidade e representatividade da Assembleia da República".

Bipartidarizar o sistema

Ao criar círculos uninominais, o texto assinado pretende a "instalação de um sistema bipolarizado" e garantir a redução do número de deputados a eleger, impossibilitando a "indispensável representação regional do Parlamento", sustenta o Grupo comunista, que acusa o PS e o PSD de sobreporem "à indispensável democraticidade e representatividade do sistema eleitoral o seu desejo incontido de imporem uma bipartidarização administrativa dos sistemas político e eleitoral".

O PCP contesta também a possibilidade de este acordo permitir o "voto indiscriminado dos emigrantes" por considerar que na sua maioria eles estão "desinseridos" da vida política portuguesa, do mesmo modo que verbera a alteração proposta para os executivos camarários, que em sua opinião subverte a representatividade, proporcionalidade e pluralismo do poder autárquico.

Octávio Teixeira salientou ainda que com este acordo o PS e o PSD pretendem "criar dificuldades à regionalização", promover o "enfraquecimento constitucional dos direitos e garantias dos trabalhadores" e permitir a "desconstitucionalização da

existência obrigatória de um sector público de economia". Este aspecto, segundo Octávio Teixeira, revela a "completa adesão do PS ao neoliberalismo económico".

"A desresponsabilização do Estado e do sector público na garantia de direitos económicos, sociais e culturais", "a consagração constitucional do segredo de justiça possibilitando limitações ao direito de informação", "a subordinação das Forças Armadas aos com-



Octávio Teixeira não poupou críticas, em conferência de imprensa, ao acordo PS/PSD que em sua opinião constitui um atentado à democraticidade e pluralismo do sistema político e do sistema eleitoral

promissos internacionais no âmbito da NATO e da UEO e a desconstitucionalização do Serviço Militar Obrigatório", "a permissão de extradição de portugueses para países onde seja prevista a pena de morte e prisão perpétua", constituem outras tantas áreas onde é particularmente visível a natureza negativa do acordo PS/PSD.

O PCP manifestou ainda a sua "viva reprovação" por o acordo ter sido assinado numa "cerimónia privada" na Assembleia da República e por considerar que "foi negociado e concluído à margem da comissão" parla-

mentar criada para o efeito. "A escolha do Parlamento para este cerimonial teve por objectivo uma indistintível manobra de simulação política, procurando dar-lhe a aparência de um acto parlamentar que manifestamente o não é", denunciou Octávio Teixeira.

Muito duro nas suas críticas, o líder parlamentar comunista observou ainda que o acordo "desmente de forma categórica todas as juras que o grupo parlamentar do PS fez de que a

alcançados. No mesmo dia, em declarações após a assinatura do acordo, destacou a consagração do voto dos emigrantes nas presidenciais como a maior conquista do futuro texto fundamental. Marques Mendes acentuou que "termina com este acordo o escândalo de os portugueses residentes no estrangeiro não poderem votar em eleições presidenciais".

"Foram 20 anos de luta pelo voto dos emigrantes. Uma luta que o Dr. Sá Carneiro iniciou, que o Prof. Cavaco Silva reforçou e que termina, com sucesso, sob a liderança e com o empenho do Prof. Marcelo Rebelo de Sousa", salientou, não sem expressar a "satisfação particular" do seu partido por esta alteração, que, acrescentou, só por si, "já justificaria uma revisão da Constituição".

Pelo mesmo diapasão afinou o líder do Partido Socialista, António Guterres, ao afirmar que o acordo de revisão constitucional é "um passo muito positivo no sentido de dar aos cidadãos uma verdadeira capacidade de intervenção na vida política", considerando ainda que o "mais importante de tudo é a aproximação entre os cidadãos e o poder".

Para Maria José Nogueira Pinto, por sua vez, o acordo de revisão constitucional assinado pelo PS e PSD é "um mero contrato partidário" celebrado à revelia dos portugueses. "Ao assinarem um acordo, nos termos em que o fizeram, optaram por transformar este desafio nacional num mero contrato partidário feito à revelia dos portugueses representados neste Parlamento", denunciou.

entre Torres Vedras e Bombarral e entre esta cidade e as Caldas da Rainha. Questionado sobre esta questão pelo deputado comunista António Filipe, na habitual sessão de perguntas ao Governo que preenche a sessão plenária das sextas-feiras, Crisóstemo Teixeira revelou assim uma completa insensibilidade ao pedido das populações da região Oeste para que não haja portagens, uma vez que a construção daquele via, por eles há muito reivindicada, é a única alternativa ao seu gravíssimo problema de acessibilidades.

Conselho de Fiscalização do SIS



Robin de Andrade, o único dos membros do Conselho de Fiscalização do SIS eleito pelo Parlamento, tomou posse na

passada semana, mantendo-se o impasse quanto à eleição dos restantes elementos daquele órgão. Na mesma eleição em que o seu nome foi aprovado, recorde-se, os deputados rejeitaram Luís Silveira, proposto pelo PS, e o antigo director da Polícia Judiciária, Marques Vidal, proposto pelo PSD, apesar de cada um dos partidos se ter comprometido a eleger o candidato proposto pelo outro. O PSD tem reafirmado a intenção de manter a candidatura de Marques Vidal, enquanto o PS ainda não tomou qualquer iniciativa no sentido de avançar com outro nome, já que Luís Silveira se manifestou indisponível para se recandidatar.

Vital Moreira renuncia



Vital Moreira invocou "divergências quanto ao processo e conteúdo" do acordo de Revisão Constitucional para justificar a renúncia, consumada na passada semana, ao mandato de deputado. Em carta enviada ao secretário-geral do PS, na qual diz ter entendido "não poder continuar a exercer o cargo de deputado", aquele constitucionalista declara ser "o primeiro a lamentar este desenlace, bem como os eventuais prejuízos causados". Sublinha, por outro lado, que a sua decisão e a divergência que a motivou "não afectam", pela parte dele, "a disponibilidade para continuar, noutras áreas, a cooperação com o PS". Em documento dirigido aos deputados socialistas, o ex-presidente da Comissão Eventual de Revisão Constitucional dá a conhecer o seu ponto de vista sobre o acordo subscrito pelo PS e PSD, considerando-o "um iniludível triunfo" deste último. Não esconde de igual forma o seu descontentamento pela consagração de "soluções inaceitáveis", de entre as quais destaca a cedência do PS no voto dos emigrantes para as presidenciais e na admissão da redução do número de deputados.

No próximo dia 19 PCP interpela Governo sobre moeda única

No próximo dia 19, quarta-feira, o Grupo Parlamentar do PCP promove uma interpelação ao Governo sobre política geral, centrada nas consequências económicas e sociais decorrentes da eventual participação de Portugal na Moeda Única.

Esta interpelação ao Governo insere-se no quadro da campanha nacional em curso promovida pelo PCP para o esclarecimento dos portugueses sobre a moeda única, jornada em que a par da reafirmação do não à moeda única é exigida a realização de um referendo nacional para que os portugueses possam esclarecida e livremente expressar a sua vontade.

Com esta iniciativa, como salientou em declarações ao "Avante!" o presidente da bancada comunista, Octávio Teixeira, pretende-se igualmente mostrar, uma vez mais, "as consequências nefastas que uma participação de Portugal na moeda única teria para a economia e para os trabalhadores portugueses". Simultaneamente, revelou, os deputados comunistas não deixarão de confrontar o Governo PS e o primeiro-ministro "com a prioridade absoluta e cega que atribuem à moeda única, em prejuízo do crescimento económico, do emprego e da melhoria do nível de vida dos portugueses e em particular dos trabalhadores".

Planeamento familiar

A necessidade de integrar o planeamento familiar nos cuidados primários de saúde foi defendida pelo Grupo Parlamentar do PCP. Interpretando-o como um direito, que é de todos, embora por alguns possa não ser entendido como tal, para os deputados comunistas o planeamento familiar não pode dissociar-se de outros direitos sociais, como sejam, por exemplo, o direito ao trabalho, ao ensino, a uma vida digna.

Introduzida nestes termos pela deputada comunista Odete Santos, no debate sobre esta matéria suscitado pelo PP numa das sessões plenárias da semana transacta, esta perspectiva do problema estabeleceu de forma notória diferenças relativamente aos que "apoiando as políticas económicas neoliberais que levam à não intervenção do Estado na área dos direitos sociais, impõem a esse mesmo Estado a vigilância sobre os quartos de dormir".

Referia-se Odete Santos, numa alusão ao PP, aos que "despertam para os problemas da contraceção sempre na altura em que se debate a despenalização do aborto". Tal posicionamento, em sua opinião, não diverge de quantos se identificam, "lá no fundo, com os que, menos encapotadamente, entendem que a contraceção servirá a promiscuidade sexual". E que, lembrou, há tabus na sociedade portuguesa que ainda não foi possível arredar, "tabus inadmissíveis num Estado de Direito Democrático que a todos tem de reconhecer o direito à sexualidade".

Foi a partir deste enquadramento, pois, que Odete

Santos situou a posição da sua bancada no debate, para sublinhar que o planeamento familiar é indissociável da educação sexual e assume um importante papel no combate ao aborto clandestino - "é uma condição necessária", enfatizou -, embora não seja suficiente para resolver o grave problema de saúde pública das mulheres que é o aborto clandestino.

Por si lembrados, a este respeito - apesar dos muitos avanços ocorridos em matéria de planeamento familiar -, foram alguns "retrocessos mais recentes", de entre os quais destacou o "fim das valências de contraceção", "o fim das consultas para jovens", "as dificuldades sentidas pelos profissionais de saúde que não dispõem de tempo para a execução de um programa de planeamento familiar", as carências de meios anticoncepcionais à disposição dos casais nos serviços de saúde, ou a falta de médicos de família.

Daí, concluiu, que toda esta situação tenha de ser alterada, integrando de facto o planeamento familiar nos cuidados primários de saúde e garantindo que todos os meios anticoncepcionais devam ser gratuitos.

INTERNACIONAL

Guatemaltecos contestam presidente

Mais de 150 mil guatemaltecos exigiram a demissão do presidente Alvaro Arzu e o fim da política neoliberal levada a cabo pelo seu governo numa grande manifestação realizada na sexta-feira na capital do país. Os manifestantes acusaram o executivo de não cumprir as promessas eleitorais e de governar contra a população, exigindo a supressão de impostos e das privatizações das telecomunicações, electricidade, portos e aeroportos.

Assédio sexual através da Internet

De acordo com uma instituição norte-americana, o assédio sexual a mulheres através do correio electrónico é quatro a cinco vezes mais frequente do que as ameaças de origem racial ou étnica. Um estudo levado a cabo pelo Instituto do Preconceito revelou que 10 por cento das mulheres inquiridas afirmaram ter recebido ameaças pela Internet, enquanto três por cento dizem ter recebido declarações de carácter racista.

Protestos na França

No passado dia 6, a França foi mais uma vez palco de uma jornada de protestos contra a redução do poder de compra e os despedimentos de funcionários do Estado. Ao mesmo tempo que se realizava uma greve no sector público, ocorreram numerosas manifestações em todo o país. Segundo os sindicatos, 25 a 40 mil pessoas participaram nas jornadas de Paris, enquanto que em Marselha os manifestantes ultrapassaram os 10 mil e em Toulouse rondavam os 10 mil.

Chernobil depois de 2000?

Apesar do compromisso assumido há alguns meses, as autoridades ucranianas ameaçam manter em funcionamento a central nuclear de Chernobil depois do ano 2000, caso os prometidos 1.200 milhões de dólares de ajuda internacional não forem recebidos até Julho. Em entrevista a um jornal, o ministro da Segurança Nuclear, Yuri Kostenko, afirmou que essa quantia é necessária para a construção de duas novas centrais atómicas. O Banco Mundial de Reconstrução e Desenvolvimento adiantou que essa construção não pode ser aprovada do ponto de vista económico.

Miguel Urbano Rodrigues

Os governos do Peru e de Cuba não divulgaram informações sobre os contactos diplomáticos que precederam a visita de Fujimori a Havana no início de Março.

A chegada do presidente peruano foi totalmente inesperada. Mas o fracasso da «Operação Santo Domingo», ainda envolvida em mistério, somente na aparência terá sido determinante para a iniciativa cubana de Fujimori.

Na opinião de dirigentes da esquerda peruana, o presidente estava antecipadamente convicto de que o governo da República Dominicana não tinha condições para receber como exilados políticos os militantes do Movimento Revolucionário Tupac Amaru - MRTA que, ao ocuparem em Dezembro a Embaixada do Japão em Lima, se tornaram protagonistas do mais retumbante sequestro do século.

Fujimori sabia que os EUA se opunham a que o comandante Nestor Cerpa e os seus companheiros fossem recebidos por qualquer república latino-americana. Clinton nunca ousou defender publicamente uma solução militar por temer as suas consequências. Se morressem reféns poderia explodir uma crise de gravíssimas consequências, susceptível de levar à queda do presidente. Mas Washington

não aceitava também que o MRTA fosse tratado como organização revolucionária. Clinton, colocado perante uma situação dilemática, em que todas as saídas se lhe afiguravam negativas, adoptou, por isso, uma postura distanciada e ambígua. O disfarce não convenceu: teve de engolir alguns sapos.

Fujimori estava seguro de que o Japão se opunha intransigentemente à solução militar.

Mas, para se dirigir a Cuba, tinha de demonstrar que lhe fechavam as outras portas. Daí a ida a Santo Domingo. Poderia ter sido a Costa Rica ou ao Uruguai: o México não, porque, se concedesse o asilo, surgiriam novos problemas num momento em que as suas relações com os EUA atravessam uma fase muito delicada.

Restava Cuba. O presidente Alberto Fujimori apareceu tenso na conferência de imprensa que fechou a sua visita de 8 horas. Respondeu apenas a quatro perguntas, uma das quais (por escolha sua) em inglês. Manifestou apreço e gratidão por Cuba, disse ter grande respeito por Fidel Castro e esclareceu que, em caso de ser necessário, o governo da Ilha receberá os membros do comando que tomou a

Embaixada do Japão se tal pedido lhe for apresentado. Escolheu cuidadosamente cada palavra e não pronunciou o nome do MRTA.

Fidel, muito discreto, mas descontraído, informou, em conversa informal com os jornalistas, no aeroporto, que o asilo será concedido por motivos humanitários na hipótese de o governo do Peru o solicitar. «É um dever moral - sublinhou -, não é uma questão de conveniência.»

Foi um jogo de palavras de fácil desconfirmação.

O desfecho pode ainda tardar. Mas se for aquele que tudo, agora, faz prever, Cuba alcançará mais uma vitória diplomática.

O MRTA sairá fortalecido e prestigiado desta longa e dramática crise.

Os EUA terão sobrados motivos para insatisfação. Fujimori não tomou iniciativas sem o consentimento, constrangido, da Casa Branca. Washington não tinha solução própria viável.

Alberto Fujimori viu aumentar o seu isolamento nestas semanas. Manteve a serenidade, foi prudente e até hábil. Mas o mundo está hoje melhor informado sobre a trágica situação a que a sua política conduziu a sociedade peruana.

Simultaneamente, centenas de milhões de pessoas em todo o planeta dispõem, agora, de elementos novos para formar opinião sobre os combatentes do Movimento Revolucionário Tupac Amaru. Durante anos, Fujimori esforçou-se por apresentar o MRTA como um perigoso bando de criminosos acumpliciados com o narcotráfico, um grupo de terroristas sanguinários pouco diferentes dos membros da monstruosa seita do Sendero Luminoso. Nos presídios recebem um tratamento igual ou pior do que o reservado aos delinquentes comuns.

A prolongada ocupação da Embaixada japonesa em Lima permitiu, através das atitudes assumidas pelo comandante Nestor Cerpa e pelos seus companheiros, transmitir ao mundo outra imagem do MRTA - a de uma organização revolucionária que, independentemente de erros de percurso (quem os não comete?), se mantém fiel aos objectivos e ideais que a ligam pelo nome a José Gabriel Tupac Amaru, o herói nacional do Peru, que em 1780 dirigiu a grande insurreição dos índios, nos Andes, contra o império espanhol.

Zaire

Escrever paz com minúsculas

As Nações Unidas conseguiram finalmente abrir uma porta para as negociações entre o governo zairense e os rebeldes. Resta saber se alguma das partes a fecha.

No sábado, o líder da rebelião admitiu negociar um cessar-fogo, com base no plano de paz proposto pela ONU. «Aceitamos adoptar o plano de paz como ponto de partida para as negociações. Não vemos porque é que não haveríamos de aceitar e, por isso, vamos negociar o plano», afirmou Laurent-Désiré Kabila. Contudo, a questão do cessar-fogo deverá ser discutida «sem quaisquer condições iniciais».

Dias antes, o governo de Kinshasa aceitou igualmente o plano de paz, sob o crescente aumento da pressão no terreno por parte dos rebeldes e as exortações internacionais, nomeadamente do Conselho de Segurança das Nações Unidas e da União Europeia.

O plano da ONU exige o fim imediato das hostilidades, a retirada de todas as forças estrangeiras (incluindo mercenários) e a reafirmação do respeito da soberania e integridade territorial do Zaire e dos outros Estados da Região. Outro ponto do plano prevê a protecção e segurança de todos os refugiados e deslocados.

A situação é considerada muito grave no terreno. Kisan-gani, a terceira maior cidade zairense, está prestes a ser tomada pelos rebeldes. Várias toneladas de explosivos foram colocadas em redor das pistas do aeroporto, protegida por novos reforços, nomeadamente mercenários contratados pelas autoridades.

120 a 160 mil à deriva

A situação dos refugiados degrada-se de dia para dia. Entre 120 e 160 mil pessoas de dois campos de deslocados de Tingi Tingi e de Amisi, perto de Lubutu, fugiram há cerca de duas semanas quando foi noticiada a chegada dos rebeldes. A coluna humana mede mais

de 50 quilómetros. O número de refugiados em movimento não foi confirmado, mas sabe-se que existiam cerca de 120 mil e 40 mil refugiados nesses campos, respectivamente.

As organizações humanitárias continuam a chamar a atenção para as constantes violações dos Direitos Humanos na região dos Grandes Lagos. No seu último relatório, a Amnistia Internacional afirma que «a população das cidades e aldeias em várias zonas do Zaire vivem sob o medo permanente das acções dos soldados zairenses que impunemen-

te roubam, violam e matam». De acordo com a mesma organização, registou-se um «sensível» aumento das violações dos Direitos do Homem no Ruanda desde o afluxo de refugiados obrigados a abandonar os campos no leste do Zaire e na Tanzânia.

A França afirmou que estas informações são «infelizmente credíveis». O porta-voz do Ministério dos Negócios Estrangeiros francês defendeu a realização de um inquérito internacional sobre a realidade no terreno.

Também a UNICEF lançou

um pedido de socorro em nome das crianças ruandesas dispersas pela região. Só no acampamento de Tingi Tingi aquele organismo das Nações Unidas recenseou 8.800 crianças não acompanhadas, órfãs ou separadas das suas famílias. «Muitas mulheres e crianças estão em muito más condições físicas e psicológicas e têm medo de regressar ao Ruanda», declarou Marie de la Soudière, responsável pelo Programa de Apoio a Crianças Não Acompanhadas, em conferência de imprensa na semana passada.



Albânia

Promessa de eleições não acalma confrontos

O presidente Sali Berisha e 10 partidos albaneses assinaram domingo um acordo para pôr fim à crise que mergulhou a Albânia numa situação de guerra civil. O acordo prevê um governo de «reconciliação nacional» e a realização de novas eleições antes de Junho.

Apesar dos esforços diplomáticos, em que participa uma delegação da OSCE, a situação continua explosiva na Albânia, desconhecendo-se até que ponto o acordo entre Berisha e os partidos da oposição terá repercussões no terreno.

De acordo com informações da France Presse, no fim-de-semana, o líder da rebelião de Saranda, Xhevat Kociu, um coronel reformado, terá rejeitado a proposta de depor as armas em troca da promessa de eleições antecipadas dentro de 45 dias. Kociu assegura não ter «qualquer confiança» em Berisha e considera que «de qualquer maneira, nunca seria possível realizar as eleições num prazo de 45 dias».

A OSCE, por seu lado, defende a realização de novas eleições na Albânia, mas sem fixar uma data.

As últimas eleições legislativas de 1996 foram marcadas por fraudes e a oposição boicotou o Parlamento após aquela data.

Depois de, há mais de uma semana, o Governo de Tirana ter decretado o recolher obrigatório e imposto a censura à imprensa, dezenas de pessoas morreram em resultado dos confrontos no sul do país.

A Itália lançou entretanto uma nova iniciativa de mediação na Albânia, com uma reunião entre o seu embaixador em Tirana, Paolo Foresti, e representantes dos rebeldes, que decorreu na fragata italiana «San Giorgio». Segundo notícias da Lusa, o governo italiano pretende «consolidar» e «acelerar» os acordos assinados domingo em Tirana. As informações contraditórias. Os rebeldes de Vlora terão prometido «colaborar na entrega ime-

diata das armas em poder da população», numa declaração assinada com o embaixador Paolo Foresti. Na declaração, os representantes do comité da população de Vlora pedem à Itália e à comunidade internacional uma ajuda urgente e comprometem-se a «assegurar a ordem pública com um regresso gradual à normalidade administrativa da cidade».

Os signatários também exigem «garantias de uma aplicação correcta, rápida e pacífica dos nove pontos do acordo concluído domingo em Tirana» entre a oposição e o Governo.

Uma tarefa que se afigura difícil, tanto mais que se soube entretanto em Tirana que à frente da insurreição se encontram

agora oficiais de reserva ou demitidos pelo Governo, o que dá bem a dimensão do generalizado repúdio pela política de Berisha.

Para além de Xhevat Kociu, que dirige a sublevação em Saranda, onde cinco mil a seis mil armas de todos os tipos foram entregues à população, confirma-se a presença de Agim Goozeica, um general demitido por Berisha há três ou quatro anos, à frente dos rebeldes em Cjirakstra. Goozeica goza da reputação de ser um «verdadeiro democrata». Em Vlora, é o general reformado Skandar Sera quem controla a situação.

Não menos sintomático é o facto de a generalidade das forças armadas não opor resistência aos insurrectos, que se têm

vindo a apoderar de armas em aquartelamentos com a maior das facilidades.

Exemplo disso foi a tomada, domingo, de Berat, 70 quilómetros a sul de Tirana, e de Permet, 200 quilómetros a sul da capital, bem como de Kucova, a cerca de 10 quilómetros de Berat, e Corovod mais no interior do país, abandonadas pelo exército governamental. Nas últimas cidades, o exército começou a retirar após o entre Berisha e a oposição política em Tirana, e as populações amotinadas apoderaram-se de armas abandonadas pelos soldados.

Em Kucova, a base aérea foi abandonada e os rebeldes, utilizando camiões, rebocaram mesmo três caças MIG de fabrico chinês para os esconder.

Ajuda alimentar à Coreia do Norte

Respondendo aos apelos lançados pelas autoridades de Pyongyang, pelas Nações Unidas e pelo Programa Alimentar Mundial, os Estados Unidos e a Coreia do Sul anunciaram que vão disponibilizar verbas para ajuda alimentar aos norte-coreanos. Washington vai enviar arroz, milho e soja no valor de 10 milhões de dólares para as crianças com menos de cinco anos e para as vítimas das inundações ocorridas em 1995 e 1996. Seul, por seu lado, doa seis milhões de dólares destinados à compra de 20 mil toneladas de arroz.

Movimentações na UNITA em Angola

Segundo uma fonte anónima pertencente ao governo angolano citada pela agência Lusa, a UNITA destruiu deliberadamente a ponte do rio Cutato, na província de Bié, para impedir o acesso do destacamento de capacetes azuis e observadores das Nações Unidas nas zonas de Clunginga e Andulo, onde pretensamente o partido de Jonas Savimbi concentrou artilharia de longo alcance e efectivos militares. Segundo a mesma fonte, a UNITA está a revitalizar cinco bases, construindo novas casernas e recrutando jovens nas aldeias. A ONU não desmente estas afirmações, acrescentando que nas áreas referidas existem obstáculos à livre circulação de pessoas e bens.

O Estado da Rússia

Reagindo ao discurso sobre a nação russa proferido por Boris Ieltsin na quinta-feira passada, Guennadi Ziuganov, líder do PC russo, considerou que a mensagem do presidente foi «oca e de conteúdo muito geral». «O único ponto com que se pode concordar é o facto de ele reconhecer que tudo o que fez até agora foi errado», acrescentou, concluindo que «Ieltsin reafirmou que continuará fiel ao curso político corrente, enquanto nós pretendemos mudar este curso nefasto». No dia 27 deste mês, vai iniciar-se uma onda de protesto na Rússia à escala nacional promovida pela oposição. Greves, piquetes, manifestações e comícios serão algumas das iniciativas levadas a cabo.

Europa

Renault no centro da contestação

Ao mesmo tempo que as vozes dos trabalhadores da Renault se levantam contra os anunciados despedimentos, os eurodeputados comunistas acusam a empresa de violar as regras comunitárias.

Apesar da forte contestação internacional, a Renault prepara-se para encerrar a sua fábrica de Vilvore, na Bélgica. Na terça-feira, cerca de 10 mil pessoas manifestaram-se em frente à sede da empresa em Paris protestando contra o previsto corte de quase seis mil empregos na Europa. Franceses, belgas, espanhóis e alguns portugueses participaram na iniciativa.

A manutenção da Renault em Vilvore foi uma das principais reivindicações. Outra medida exigida pelos trabalhadores e sindicalistas passa pela redução do horário de trabalho como forma de preservar os postos de trabalho, de acordo com a francesa «Lei Robien».

No fim de Fevereiro, a administração da empresa anunciou a liquidação, além dos 3.100 postos de trabalho na Bélgica, de 2.764 empregos em França durante este ano. Em 1996, a construtora automóvel despediu 1.640 pessoas.

Os eurodeputados comunistas já tomaram

posição sobre a questão e subscreveram uma proposta de resolução apresentada pelo Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia-Esquerda Verde Nórdica (GUE-GVN), cuja discussão estava agendada para a sessão plenária do Parlamento Europeu a decorrer em Estrasburgo.

A proposta condena a «decisão brutal e unilateral» da direcção da Renault, levada a cabo de uma forma que «constitui uma violação flagrante» de várias directivas comunitárias e exige à Comissão Europeia que proponha o reforço das regras comunitárias em matéria de despedimentos colectivos, encerramentos, reestruturações e de deslocalizações de empresas.

«A liquidação da sede de Vilvore da sociedade francesa Renault está a provocar um verdadeiro abalo, não apenas na Bélgica mas em toda a Europa. Esta situação exige respostas fortes, à altura deste novo golpe desferido ao emprego e à economia europeia. A opinião pública espera naturalmente uma reacção dos responsáveis políticos de acordo com os acontecimentos», afirmou José Manuel Fernandez, secretário do GUE-GVN.

Ontem, os deputados do grupo confederal encontraram-se em Estrasburgo com representantes sindicais da Renault vindos da Bélgica, França, Espanha e Portugal.

Alemanha

Os resíduos da discórdia

Apesar da forte contestação dos ecologistas, os seis contentores com 90 toneladas de resíduos radioactivos de duas centrais nucleares alemãs e de uma estação de reciclagem atómica francesa foram descarregados no seu depósito provisório em Gorleben, na quinta-feira. Segundo fontes oficiais, os custos do transporte rondam os sete milhões de contos.

As estradas foram bloqueadas, as vias de caminho de ferro vedadas, voaram pedras e «very-lights» iluminaram os céus, foram erguidas barragens com tractores, troncos de árvores e fardos de palha, túneis foram abertos sob o macadame. Mas a caravana com os resíduos nucleares chegou ao seu destino, sob uma fortíssima escolta de milhares de elementos das forças de segurança.

Os ecologistas sofreram as consequências da sua convicção, sob a forma de canhões de água e

bastões policiais. Cem pessoas ficaram feridas entre os 10 mil manifestantes que se encontravam no trajecto entre Dannenberg e Gorleben. As lágrimas assolaram os olhos de muitos deles no momento da chegada dos detritos ao depósito.

Numa recente sondagem realizada na Alemanha, 54 por cento dos inquiridos mostraram-se a favor das posições dos ambientalistas e 39 por cento manifestaram-se contra as suas formas de luta (as sabotagens).

Os resíduos nucleares alemãs são tratados em França, na Holanda e na Inglaterra antes de serem armazenados, visto na Alemanha não existirem instalações para tal.

Recentemente, a ministra do Ambiente alemã, Angela Merkel, admitiu que até ao ano 2005 o seu país vai libertar 120 contentores de lixo radioactivo.

Médio Oriente

Negociadores demitem-se

Com a construção de um novo bairro judeu de Har Homá em Jerusalém oriental, Israel arrisca todo o processo de paz do Médio Oriente. A equipa negociadora palestina já se demitiu em protesto contra o desempenho do governo de Netanyahu e «a forma como eles pretendem ditar condições». «Reagiram desta forma porque o comité não podia prosseguir as negociações. Não está em causa um problema técnico, mas um problema político essencial. Isto não é maneira de negociar», afirmou Yasser Abed Rabbo, ministro da Informação palestino.

Yasser Arafat afirmou na segunda-feira que as negociações «atravessam uma verdadeira crise», acrescentando que Israel «viola os acordos firmados» ao decidir evacuar somente nove por cento das zonas rurais da Cisjordânia e construir um novo colonato.

Mais uma vez a crise política reflecte-se no terreno. Nesse mesmo dia em Hebron, cem palestinianos foram feridos por militares israelitas que protegiam a abertura de uma estrada de ligação ao um colonato judeu. Na semana passada realizou-se na Cisjordânia uma greve geral de protesto contra o novo colonato, numa resposta maciça ao apelo lançado por Arafat.

Entretanto, na sexta-feira os Estados Unidos vetaram um projecto de resolução europeia apresentado no Conselho de Segurança da ONU que criticava a expansão dos bairros judeus. O documento recordava o carácter ilegal dos colonatos nos territórios ocupados e pedia a Israel que se abstivesse de «todo o acto ou medida que modifique os factos no terreno».

Depois do veto do documento subscrito por Portugal, França, Grã-Bretanha e Suécia, a Autoridade Palestiniana e os países árabes pediram a convocação de uma assembleia extraordinária da Assembleia Geral da organização.

Bill Richardson, embaixador norte-americano nas Nações Unidas, diz que o seu país não concorda com a decisão israelita, mas que o Conselho de Segurança não é «o local apropriado» para discutir questões «estritamente bilaterais».

Texto: Margarida Folque
Fotos: Jorge Caria
e Sérgio Moraes

8 de Março - Manifestação de mulheres Alegria e luta

Muitos milhares de mulheres, vindas de vários pontos do país, desfilaram no sábado passado, em Lisboa, entre a Praça Marquês de Pombal e os Restauradores, comemorando o Dia Internacional da Mulher. Iniciativa pioneira no nosso País, esta manifestação - convocada pelo Movimento Democrático de Mulheres e pela Comissão Nacional de Mulheres da CGTP-IN - foi bem o reflexo da determinação de luta das mulheres pela igualdade.

Uma manifestação diferente. Esta talvez a melhor definição para a jornada. Diferente pela forma de participação, pela espontaneidade e alegria. Grupos de mulheres das mais diversas regiões trouxeram a sua nota particular. E enquanto um grupo coral do Alentejo cantava e um rancho folclórico do Algarve dançava, as mulheres da Marinha Grande desfilavam de bicicleta, com um cesto de flores no assento de trás. Almadia trazia enormes e garridas flores. Grandes papoilas vermelhas davam cor à representação de Aveiro. Para além destas representações do MDM e do movimento sindical, diversas organizações - Mulheres Comunistas, Juventude Comunista Portuguesa, UMAR, entre outras - marcavam também a sua presença.

Muitos homens, solidários com a luta das suas companheiras, integravam a manifestação, gritando a seu lado as mesmas palavras de ordem.

«Direitos conquistados devem ser efectivados», «40 horas sim, vigiarice não», «Aborto - o crime está na lei» foram algumas das palavras de ordem mais ouvidas. Foi, no entanto, esta última

a que com mais frequência e veemência era gritada, reflectindo a indignação ainda muito viva entre as(os) participantes pela recente reprovção na Assembleia da República do projecto de lei do PCP visando a legalização do aborto.

A manifestação chegaram saudações de Lígia Amâncio, presidente da Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, e de Sylvie Jan, presidente da Federação Democrática Internacional de Mulheres. Também dezenas de Câmaras Municipais, Juntas de Freguesia e outras organizações - Associação Abraço, Associação O Ninho, Federação das Colectividades de Lisboa, Associação de Moradores de Santo António dos Cavaleiros, Associação A Mulher e o Desporto, Organização das Mulheres Comunistas, Departamento das Mulheres da UDP, UMAR, Sociedade Odivelense - se associaram à jornada.

Dia M de Mulher

Já os oradores do comício - que entretanto havia começado nos Restauradores - iam no fim e a manifestação continuava a desfilar ao longo da Avenida da Liberdade.

Animado pela actriz Carmen Santos e apresentado por Maria José Gomes, dirigente do MDM, o comício decorreu com grande vivacidade e participação.

Rosa Xisto, do MDM, na sua intervenção, considerando que «permanecem as razões e se mantêm válidos os objectivos que nortearam e continuam a determinar a luta das mulheres», defendeu a necessidade de continuação «desta longa caminhada de 140 anos». «Apesar das grandes transformações que alteraram a situação das mulheres no decorrer deste século», as discriminações permanecem, atingindo em muitas zonas do mundo «níveis absurdos e revoltantes», disse.

Referindo, depois, a desresponsabilização do Governo na promoção de políticas económicas e sociais promotoras de emprego, esta dirigente do movimento feminino denunciou o facto de, tendo permanecido na lei a penalização da interrupção voluntária da gravidez, as mulheres continuarem a ser empurradas para o aborto clandestino, segunda causa de morte materna e primeira de infertilidade das mulheres.

Por fim, depois de informar que o MDM ia propor às outras Organizações Não Governamentais de mulheres a discussão da consagração do dia M - «espaço de intervenção, luta e reflexão sobre os caminhos comuns para a igualdade» - Rosa Xisto congratulou-se com a solidariedade manifestada pelos homens, garantindo que as mulheres iriam sair daquela manifestação com «forças redobradas» para afirmar a sua luta.

Desemprego - mulheres as mais atingidas

Para Graciete Cruz, membro da Comissão Nacional de Mulheres da CGTP-IN, «longe vai o ano de 1891 e da publicação da primeira lei sobre o trabalho das mulheres e dos menores. Mas o sentido das preocupações nele contidas - admissão nas empresas, horas de trabalho e descanso, trabalho nocturno, trabalhos subterrâneos, higiene e segurança, creches, ensino, etc. - tem ainda, e muito, que ver com os problemas dos nossos dias». Por isso a luta pela igualdade entre homens e mulheres é «essencial e constante» no nosso tempo.



Concretizar a igualdade

A igualdade de direitos e de oportunidades «não se concretiza numa sociedade marcada pelo aumento da exploração da mão-de-obra, pela desvalorização permanente dos direitos de quem trabalha, pelo aumento do desemprego e da precariedade», diz a Resolução aprovada pelas participantes na manifestação comemorativa do 8 de Março.

Valorizando embora os «avanços positivos», o reconhecimento na lei «dos direitos fundamentais das mulheres» e o papel que elas hoje desempenham «no trabalho, na família e nas comunidades onde se inserem», a Resolução condena as políticas económicas e sociais desenvolvidas desde há 20 anos por sucessivos governos, que objectivamente «invertem» o caminho iniciado em Abril.

Não basta que a lei estabeleça os direitos para que eles vigorem na vida, afirma ainda a Resolução, «é preciso vontade política». Por isso, as «mulheres portuguesas esperam e lutarão por efectivos sinais de mudança por parte do Governo», que correspondam «às expectativas da larga maioria das mulheres e do povo português».

As discriminações a que as mulheres estão sujeitas no emprego, a recente legislação relativa às

40 horas, a política de contenção salarial e os recentes aumentos de preços, a posição pública assumida pelo primeiro-ministro contra a legalização do aborto, são aspectos da política governativa que merecem a condenação das mulheres e homens presentes na Manifestação de 8 de Março.

É tendo em conta essa realidade que as manifestantes apresentaram aos órgãos de soberania oito reivindicações prioritárias: a aplicação da lei que consagra o estatuto de parceiro social às organizações femininas; a adopção de medidas que fomentem o emprego feminino e garantam a aplicação dos direitos específicos das mulheres; a elevação do poder de compra dos salários e pensões; a garantia do direito à segurança social e à saúde e a consagração da idade da reforma aos 62 anos para mulheres e homens; a concretização das 40 horas semanais de trabalho; a alteração da lei que permite a IVG, acompanhada da aplicação efectiva das disposições sobre Planeamento familiar e educação sexual; criação de estruturas sociais de apoio à família; a regulamentação e aplicação da lei que garante protecção às mulheres vítimas de violência.



Não vale a pena «dourar a pilula» - disse Graciete Cruz -, com a constatação de que a taxa de actividade feminina está a aumentar, que a mulher está presente em profissões que antes lhe estavam vedadas e em novas profissões, ou que é cada vez maior o seu grau de escolarização. A verdade é que a elevação da taxa de actividade feminina se deve essencialmente ao aumento da precariedade e da insegurança no emprego; que o trabalho parcial e o desemprego atingem as mulheres em primeiro lugar; que a remuneração das mulheres é cerca de 3/4 da dos homens; ou que,

por exemplo, sendo as mulheres quase metade dos trabalhadores por conta de outrem, são menos de 1/4 dos quadros dirigentes.

Graciete Cruz denunciou ainda as políticas «geradoras de desemprego e da destruição do aparelho produtivo» e o acordo sobre a revisão constitucional entre o PS e PSD. «Foi por tudo isto», disse, «que hoje aqui estivemos». Como mulheres de Abril «a reafirmar os seus ideais e a validade do seu projecto transformador».

Por fim, a actriz Carmen Santos pôs à aprovação dos participantes uma proposta de Resolução do MDM e da Comissão Nacional de Mulheres da CGTP (ver nesta página), longamente aplaudida.

A encerrar o comício, e depois da cantora e actriz Simone de Oliveira ter optado por cantar a «Desfolhada» sem música, apenas acompanhada do coro entusiástico da assembleia, actuaram os «Cantares de Évora».



A palavra aos jovens

Quase um quarto de século passado sobre a revolução de Abril e o reconhecimento na lei da igualdade homem/mulher, por que gerações de mulheres e homens progressistas lutaram, justificar-se-á continuar a comemorar o Dia Internacional da Mulher? O «Avante!» quis saber o que sobre isso pensam os mais novos, os que não tendo felizmente vivido sob o fascismo não têm por sarar feridas abertas pelas mais profundas desigualdades e injustiças.

Maria Oliveira, 20 anos, empregada de hotelaria, entende justificar-se inteiramente que se continue a comemorar o 8 de Março. Serve para avivar memórias e

discuti o aborto. Senão, passava em claro!

Susana Duarte, estudante de Sociologia, 22 anos, pensa também que se deve comemorar o dia 8 de Março. Não por ser um dia diferente dos outros mas para não deixar esquecer algumas conquistas alcançadas. E as que estão por alcançar... Apesar de a igualdade ser entre a juventude um dado praticamente adquirido, a verdade é que a realidade o não confirma, diz Susana. Ela - que já trabalhou - sabe o que é a discriminação. É, aliás, no emprego que as discriminações mais se fazem sentir. A existência de um Dia da Mulher é, pois, mais um pretexto para intervir e esclarecer os jovens.

A igualdade é já reconhecida por todos. É certo que a lei que a consagra não é cumprida e que as discriminações permanecem... mas trata-se de uma questão que tem que ser resolvida por mulheres e homens.

Rita Dias, 20 anos, estudante de História de Arte defende a comemoração do 8 de Março. O desinteresse que existe por parte de muitos jovens em relação a esta problemática, especialmente dos que provêm de meios sem dificuldades económicas e com um certo nível de instrução, deve-se ao facto de a maior parte deles pensar que os problemas estão todos resolvidos. Naturalmente, as raparigas destes meios encontram menos problemas do que aquelas que, sem poder económico e sem habilitações literárias, se vêem obrigadas a cedo integrar o mercado de trabalho onde, para além dos problemas a ele inerentes, serão ainda confrontadas com discriminações em função do sexo. A denúncia de casos específicos de discriminação - que geralmente reflectem uma realidade muito mais vasta - pode ajudar a sensibilizar os jovens para esta problemática.

suscitar a discussão que habitualmente não se faz sobre determinados problemas. E para justificar o que diz, lembra o caso largamente noticiado pela comunicação social, no passado dia 7, acerca de uma mulher que vítima de aborto clandestino se encontra em estado de coma no Hospital de S. João. Isto só é noticiado, garante Maria Oliveira, porque muito recentemente se

Sónia Duarte, 24 anos, professora, veio à manifestação porque pensa que os seus objectivos são justos. Mas não

No que deu a «consciência social» do Eng.º Guterres

■ Domingos Abrantes
Membro da Comissão Política

LARGOS sectores da população e em particular os trabalhadores, sentindo duramente as consequências da política guterrista, dão-se conta do logro em que se tornaram as promessas eleitorais do PS e que os espinhos do governo rosa (desemprego, contenção salarial, destruição do aparelho produtivo, aumentos significativos de bens e serviços essenciais, intranquilidade e insegurança públicas) não são menos dolorosos que os do cavaquismo.

A rapidez e a frequência com que se sucedem as manifestações de descontentamento, o alastrar da conflitualidade social, são a expressão concreta dessa realidade, realidade que o Primeiro-ministro teima em não querer ver, refugiando-se nas suas certezas e na arrogância própria dos iluminados que constroem a realidade na sua própria cabeça.

Confrontado em Coimbra, aquando de mais um «Governo em Diálogo», com o protesto de vários sectores profissionais e de agricultores que desesperam por não verem resposta aos seus graves problemas, o Primeiro-ministro revelando algum nervosismo por lhe estarem a ensombrar a operação demagógica com que vai iludindo a resolução dos problemas, concluiu facilmente que os protestos não se justificavam e que não existiriam se não houvesse ali a mão do PCP.

Já em Dezembro a Comissão Política do PS, surpreendida com o avolumar das manifestações de protesto e a ingratidão dos trabalhadores para com os novos senhores da governação, acusava em comunicado, que nos fez lembrar velhos tempos, os que protestam contra a política governativa de serem irresponsáveis e de estarem a prejudicar o país.

Mascarar os problemas

Nada disto nos surpreende. Acontece que quanto mais se acentua a crise social e se avolumam os problemas do país, mais o Primeiro-ministro e membros do Governo recorrem ao cinismo político e intelectual, transformado em critério ideológico dos principais dirigentes do PS.

É assim que, por um passo de mágica, a política seguida pelo PSD e classificada de catastrófica pelo PS quando oposição, se revela cheia de virtualidades e apologeticamente teorizada como inevitável e sem alternativa.

É assim que uma sociedade em que se procede à crescente mercantilização dos serviços sociais fundamentais, à intensificação da exploração, ao domínio dos grandes grupos económicos, passa a chamar-se «economia social de mercado».

É assim que, em nome de uma pretensa esquerda moderna e realista os membros do Governo e dirigentes do PS, activos propagandistas e fiéis executores das teorias e políticas neoliberais, acusam as garantias sociais e jurídicas dos trabalhadores de constituírem grilhetas do desenvolvimento económico, do bom funcionamento do sacrossanto mercado em vez de, na tradição da esquerda, denunciarem e combaterem as chagas do capitalismo.

É assim que esta gente, em nome do combate ao dito arcaísmo do sector público e da própria noção de serviços públicos para todos os cidadãos em matéria de saúde, ensino e segurança social, o que faz é espalhar a insegurança e a exclusão, fazendo da precariedade da grande massa dos cidadãos a forma normal de vida.

É assim que vemos o Eng.º Guterres verberar o papel de instituições mundiais como o FMI, o Banco Mundial, etc., ao mesmo tempo que segue religiosamente as orientações desses directórios do capital financeiro mundial.

É assim que o Governo do Eng.º Guterres consegue o milagre de reduzir o horário de trabalho semanal aumentando o tempo de trabalho para muitos trabalhadores. Hoje está mais claro o alcance e o significado das palavras do patrão da CIP, Nogueira Simões, ao referir a compreensão do «nosso amigo, o Governo» (Diabo, 6/2/96), a propósito das alterações ao horário de trabalho.

O amigo da CIP

Amigo, eis uma coisa que os trabalhadores não poderão dizer deste Governo, confrontados com uma dificuldade incontornável que é o facto de o Primeiro-ministro e o seu Governo terem dois grandes amores: o grande patronato e sectores da Igreja ligados à alta finança.

No discurso à fina flor dos patrões portugueses em Santa Maria da Feira, receoso de que pudesse passar por aquelas cabeças algumas dúvidas a respeito da sua fidelidade aos interesses do grande capital, o Primeiro-ministro primou em deixar bem claro que não havia razões para duvidar que o patronato tem neste Governo um verdadeiro e sincero amigo. No discurso de Paris, a fidelidade aos interesses do capital foi tão despidorada que até o patronato francês, que como é sabido de ingénuo não tem nada, se interrogou se o Eng.º Guterres não seria um socialista extraterrestre.

A frequência com que alguns ministros se dirigem a Fátima para participar em iniciativas da Igreja onde se reclama mais e mais dinheiro e a entrega à Igreja de funções sociais do Estado, a facilidade com que um Governo e um Estado laico vai entregando importantes alavancas do aparelho de Estado a elementos da Igreja, a subserviência com que o Governo satisfaz as exigências do patronato em matéria de benesses fiscais, de liquidação de direitos dos trabalhadores, agora mais ameaçados com o acordo de revisão da Constituição, de desmantelamento do sector público, mais fazem do Governo PS/Guterres um Conselho de Administração dos sectores financeiros da Igreja e do grande patronato, do que um verdadeiro Governo da República.

O entrelaçamento da acção governativa com os interesses do patronato e da igreja marcam profundamente a natureza de classe da política deste Governo, acentuando o fosso entre «cidadãos e excluídos», expressões que o engenheiro Guterres utiliza para não falar em classes e luta de classes, arcaísmos que abomina embora essa realidade esteja viva e bem viva no nosso viver quotidiano, um viver que é cada vez mais marcado pela mercantilização dos serviços sociais básicos, a austeridade salarial e das despesas públicas, uma maior desregulamentação das relações laborais, ao fim e ao cabo a grande linha estratégica para a moeda única, a grande paixão do Primeiro-ministro.

Os trabalhadores europeus

Esta política não pode deixar de continuar a gerar justos protestos e nisso o Eng.º Guterres não está sozinho. Por toda a Europa desenvolve-se um amplo movimento de protesto contra as consequências da globalização das políticas neoliberais. Soam cada vez mais alto as vozes que reclamam que se enterre Maastricht.

Na Alemanha o movimento de protesto contra o Plano de Austeridade do Sr. Kohl, com greves e manifestações de rua abrangendo centenas de milhares de pessoas, só tem paralelo com o que se passou há 40 anos. Na Inglaterra têm estado em luta os maquinistas, os trabalhadores dos portos, dos correios e da saúde. As greves do ensino, do metro, dos correios e dos estivadores mobilizaram, respectivamente, 120 mil e 150 mil trabalhadores. Na Grécia as greves gerais sectoriais e a greve geral contra o orçamento geral associada à luta dos agricultores mobilizaram milhões de pessoas. Na Bélgica a greve geral, articulada com várias semanas de gre-

ves sectoriais (transportes, metalúrgicos, portuários, administração pública, ensino, etc.) e com manifestações de rua de grande combatividade e amplitude, impuseram a renúncia ao Pacto Social, acordado entre o patronato e os colaboracionistas sindicais, obrigando à colocação de reivindicações conformes com os interesses dos trabalhadores. Na Espanha as greves e manifestações de massas, com destaque para a greve da administração pública contra a política de austeridade e o Orçamento de Estado, são consideradas as maiores acções dos últimos dez anos. Na França há mais de dois anos que se desenvolve um poderoso movimento social que tendo por base a luta grevista dos trabalhadores, se estende a amplos sectores da população. A lista poderia ser alargada a vários outros países da Europa e a muitos outros países do mundo.

Este movimento é rico em ensinamentos. Ele confirma serem os trabalhadores e a classe operária as forças mais consequentes e determinantes na luta pelo progresso social, desmentindo todos aqueles que apressadamente e tomando os desejos por realidade, já tinham decretado o esgotamento do seu papel como força transformadora.

Esta política não pode deixar de continuar a gerar justos protestos e nisso o Eng.º Guterres não está sozinho

A acção de massas que percorre a Europa revela um novo despertar da consciência de classe, mostra quanto cresce a compreensão da importância da acção colectiva e da organização sindical, a qual se reforça na medida em que é capaz de dar expressão à vontade de luta das massas. A acção combativa dos trabalhadores tem aberto profundas brechas no sistema dito de consensos sociais para a austeridade e a limitação de direitos. Ligando a luta por reivindicações de carácter imediato à luta pela defesa dos sectores públicos e dos direitos democráticos, o movimento social de protesto revela-se de grande importância para a defesa dos próprios regimes democráticos.

O protesto social, pelo tempo que já dura, pela combatividade e diversidade das formas de luta, por se ter generalizado a todos os países, por colocar de forma cada vez mais nítida, a exigência de uma outra política e de profundas transformações sociais, torna claro que se não trata de um movimento de natureza conjuntural.

Nestes dias as atenções centram-se na luta dos trabalhadores da Renault, uma luta que suscita enormes solidariedades, uma luta que ultrapassa as fronteiras da França e da Bélgica, uma luta que pela sua natureza é de todos os trabalhadores da Europa contra as políticas que destroem postos de trabalho em nome da competitividade e dos ganhos da bolsa.

É evidente que o caminho a percorrer será difícil. A ofensiva do capital está longe de ser estancada e porventura mais direitos poderão ser liquidados, mas é igualmente claro que a hora é de acção e de unidade contra as políticas neoliberais e que os trabalhadores estão determinados a lutar para defender os seus interesses.

A grave crise em que está mergulhado o capitalismo, o desenvolvimento e as características de que se reveste o actual movimento de protesto social prefiguram um acumular de forças do movimento operário e prenunciam a sua passagem à ofensiva. O movimento operário ao articular as reivindicações imediatas com a exigência de profundas transformações sociais afirma-se como força portadora de um projecto de sociedade alternativa que ponha cobro ao cortejo de miséria imposto para que se acumulem grandes fortunas.

Os trabalhadores portugueses com a sua experiência, reforçando a sua unidade e as suas organizações de classe, vão continuar a resistir à política de direita e darão uma importante contribuição para derrotar a política de Maastricht.

São más notícias para o Governo PS/Guterres.

O PS à direita novo espaço à esquerda

T
R
I
B
U
N
A

A crise que emergiu à luz do dia dentro do Partido Socialista nas últimas semanas não é de agora. Há muito que ela «habita» os corredores de S. Bento, onde se foi desenvolvendo surdamente. A crise salta para a luz do dia quando os guterristas quiseram mostrar quem tem o poder e quem manda no PS. Fizeram-no a propósito do aborto, da questão das 40 horas e do acordo de revisão constitucional.



■ João Amaral

Nestas questões, e numa linha de continuidade das opções fundamentais da acção governativa, António Guterres redesenha o PS como um partido de direita, neo-liberal, com preocupações com as situações-limite de marginalização social. Desembaraçando-se da herança laica, republicana e maçónica e das componentes históricas antifascistas, o PS ressuscita no espaço de uma espécie de partido democrata-liberal de inspiração social-cristã. É uma verdadeira revolução, feita de pequenos passos, da política dos factos consu-

um mês, na Assembleia da República, quando foi debatida a petição apresentada pela Aliança Evangélica Portuguesa, solicitando a adopção de legislação que termine com a discriminação em matéria fiscal existente entre a Igreja Católica e as demais confissões religiosas. Todos os partidos reconheceram a existência de discriminações, não só a fiscal, mas também de outras. Todos os partidos apontaram a necessidade de superar essas discriminações. Todos... excepto o PS, que justificou a desigualdade de tratamento fiscal e defendeu-a. Mas, não só: quem falou em nome do PS afirmou que o tratamento preferencial da Igreja Católica era necessário além do mais porque a Revolução Liberal e a República a tinham «espoliado». É preciso que o PS já tenha mudado muito para que a sua direcção sustente publicamente tais posições! Mas não é preciso muito conhecimento da história do PS para saber que há dez anos este discurso era impensável. Mesmo há cinco anos, ele não era possível!

A crise era assim inevitável. Mas provavelmente vem tarde de mais para as pretensões da oposição interna. Vem quando os postos-chave no Partido e no Governo estão tomados pelo guterrismo e por aqueles que confluem com o guterrismo no

mesmo estrato étario, fazem o núcleo duro do aparelho governamental.

Os que tomaram a iniciativa dentro do PS de combater a sua colocação no «centro da direita» fizeram-no já debaixo do anátema de que eram «históricos», e portanto, vozes do passado. Não mostraram capacidade de responder, e deixaram assim catalogar como anacronismo o património de referências próprias que invocam como característico do PS.

O «novo mundo» de Guterres

A evolução do PS não tem só consequências no plano interno. Tem-nas, fundamentalmente, no plano externo, no plano do relacionamento com as outras forças políticas. Consolida-se uma nova arrumação de forças políticas, que coloca **novos desafios**. Algumas das apreciações feitas sobre o PS e o Governo têm que ser focadas nesta nova dimensão em que o PS se situa. Refiro três questões.

A crise não é entre «ideologistas» e «pragmáticos». O embate é entre duas «ideologias», ou melhor, entre duas experiências ideologicamente diferentes. No «novo mundo» de António Guterres, não cabe nenhum sector público, o aparelho social e de intervenção económica do Estado é incómodo e indesejável, as políticas sociais públicas são substituídas por «política de solidariedade» para com os «excluídos», a força da economia mede-se pela força dos grandes grupos económicos que gera. Para este «novo mundo», o PS não deve arvorar-se em partido classista, nem mesmo em partido interclassista, mas em força política de garantia do funcionamento livre do mercado, num quadro de normal exercício da cidadania, designadamente com a resposta mínima às situações de exclusão, que esse funcionamento livre do mercado provoca. Neste «novo mundo», nem a redistribuição típica do modelo social democrata, já tem cabimento.

Esta evolução ideológica deixa sem substância a observação muitas vezes feita (particularmente no período pré-eleitoral e eleitoral) de que esta direcção do PS moldava o seu programa nas exigências do eleitorado flutuante que votava ora PS, ora PSD. Chegou a falar-se de uma espécie de «ditadura» desse eleitorado, que marcava simultaneamente o comportamento do PS e do PSD. Mas, a evolução do PS não é feita a

reboque desse eleitorado. Pelo contrário, procura conformá-lo à negação das teses que fazem o património clássico da esquerda, tratand-o essa negação como se fosse uma inevitabilidade, uma exigência da lógica do sistema. É curiosa a constante invocação no PS da «queda do muro de Berlim» como prova da falência da intervenção do Estado na economia e como justificação para a defesa do neoliberalismo como «modelo vencedor». É o PS que perde referências com os acontecimentos que abalaram o Mundo na última década. Por alguma razão, os ex-comunistas saídos

do PCP nessa mesma época ganham crescente influência e poder dentro desse PS desarmado de referências!

É também esta evolução que marca o novo estilo de relações do PS com o PSD. Aquilo que pode parecer fragilidade da liderança do PSD em conseguir marcar distâncias é afinal o resultado do posicionamento do PS no mesmo exacto espaço político-programático do PSD. Quando o líder do PSD tentou marcar diferenças, por exemplo na moeda única, pareceu que Guterres o conseguia aprisionar com facilidade, obrigando o PSD a fazer juras públicas de co-responsabilização no processo de adesão, através da subscrição pelo bloco PS/PSD de uma moção conjunta na Assembleia. Na realidade, carcereiro e prisioneiro não se distinguem: estão ambos com opções firmes na mesma política. O que alguns chamam de «oposição fraca» do PSD, é o produto da confluência programática e política, que atinge a sua maior expressão no acordo de revisão constitucional.

Bloco central

Analisando o conflito dentro do PS a propósito do caso do aborto, a jornalista Maria João Avillez compara a situação de Guterres em relação ao Grupo Parlamentar do PS com a situação de Sá Carneiro em conflito com as Opções Inadiáveis, para concluir que Guterres já percebeu que terá de «sobreviver sem estes Deputados». A análise é dura e crua, e por isso irritou alguns desses Deputados. Helena Roseta acusa M.J. Avillez de pretender uma bancada socialista domesticada, à imagem do que aconteceu ao PSD no tempo de Cavaco Silva. Mas, a realidade é que a Assembleia da República está hoje tão governamentalizada como nesse tempo: o Governo agenda o que quer e quando quer (às vezes nem a proposta entrou na Assembleia) e a bancada do PS vota na sua maioria tudo o que o Governo lhe põe à frente, e da forma que o Governo quer. Foi assim no Totonegocio (que depois Guterres veio dizer que era excessivo). Foi assim na lei da flexibilidade, no aborto, na reforma das mulheres. Não será assim na revisão constitucional? O centro da vida política não está no hemisfério de S. Bento, está na Residência Oficial do Primeiro-Ministro.

O espírito e a prática do bloco central PS/PSD dominam a cena política e criam um problema do regime mesmo para os que acham suficiente (e desejável) a mera alternância.

Neste quadro, inevitavelmente vai-se abrindo um espaço à esquerda do PS, não ocupado partidariamente. O que levanta um desafio de uma grande complexidade, o da ocupação desse espaço. As tentativas vão começar a aparecer.

Esse espaço pode perder-se no desencanto, no desinteresse, no conformismo. Pode também perder-se em qualquer dos modelos de radicalismo verbalista que a panóplia da pequena política esquerdista sempre oferece.

Ou pode ser ganho. Para a construção de uma alternativa coerente, de esquerda, que assuma os valores da esquerda e corporize um projecto de esquerda.

É o desafio que temos pela frente.



1



2



3

mados, da persistente ocupação dos lugares do aparelho, das subtis alterações programáticas realizadas com a omnipresente chantagem da modernidade. É uma ruptura sem choques mas com muitas rasteiras, sem empurrões mas com muitos «abraços de urso»: uma revolução de sacristia.

As três questões que mais fortemente fizeram transparecer a crise não são questões isoladas. Em muitos domínios, os sinais das mudanças dentro do PS eram bem visíveis. Bastava querer vê-los. Às vezes eram mesmo grosseiramente evidenciados. Dou um exemplo, que ocorreu há

objectivo da «cristianização» do PS e da sua conversão ao neoliberalismo. Mesmo no Grupo Parlamentar, o maior peso vai nesse sentido. Quem olhar para um certo tipo de novas «estrelas parlamentares» do PS e analisar o seu percurso, o seu pensamento e o seu comportamento parlamentar, vai ter dificuldades em perceber o que significa a sua opção pelo PS, em vez do PSD. Mas são esses, em que avulta boa parte da geração do PS na casa dos 30/40 anos, que neste momento ocupam os lugares mais fortes do aparelho partidário, ao lado dos que, bebendo das mesmas origens e no

O acordo de revisão consti

Roteiro das principais questões

O acordo celebrado entre o PS e o PSD não é, como afirmaram os seus subscritores, um facto «normal em democracia», resultante da necessidade de entendimentos entre partidos políticos com um suposto sentido de Estado e um sentido de responsabilidades, que sabem colocar o interesse do país acima dos interesses e guerrilhas partidárias, como proclamam as respectivas propagandas. Pelo contrário, quer o processo negocial, quer a forma do acordo, quer o seu conteúdo, atestam desprezo pelas instituições e papel próprio da Assembleia da República, a hipocrisia política e o incumprimento de promessas eleitorais e outras por parte do PS, a falta de verticalidade nas relações com outros partidos e organizações representativas dos trabalhadores e de outros sectores sociais, a abdicação política e ideológica do PS perante valores e objectivos da direita, a profunda convergência de objectivos com o PSD. Este ainda hoje se deve beliscar para saber se não estará a sonhar e se será mesmo verdade que o PS foi tão longe...



Apesar da pompa e circunstância em que foi assinado, nas instalações da AR, o acordo entre o PS e o PSD não é, como ambos afirmaram, um «facto normal em democracia»

O processo negocial

A primeira questão que se coloca neste aspecto diz respeito ao próprio processo. Durante meses, o PS proclamou repetidamente que nunca faria um acordo com o PSD para a Revisão da Constituição à margem da Comissão Eventual para a Revisão Constitucional e da Assembleia da República (CERC).

Assumi como um erro de direcções passadas o procedimento do PS em anteriores revisões, designadamente como representando um atentado à sede institucional própria para proceder à revisão, a Assembleia da República.

Prometeu que nunca mais se repetiria o erro. Mesmo depois de iniciados os contactos com o PSD, violando as suas declarações anteriores, manteve um primeiro encontro com outros partidos parlamentares para salvaguardar as aparências. Depressa se cansou...

Em vez dos trabalhos da CERC, em que ficou amplamente demonstrado serem possíveis muitos acordos, o PS estabeleceu um acordo extraparlamentar, que não se limita a tratar tal ou tal aspecto concreto que os trabalhos da CERC na chamada «primeira leitura» não permiti-

ram resolver e que tenha ficado em aberto. E é importante notar, insista-se, que ao longo de dezenas de horas todas as questões foram tratadas e sobre muitas dezenas verificaram-se acordos, ou a procura destes. Por vezes, foram propostas do PCP e de outros partidos que estiveram em causa como base de soluções alternativas ou aditamentos ao actual texto constitucional. Em vez de respeitar o princípio de decidir essencialmente em trabalhos participados por todos os partidos e abertos à comunicação social, porém, o PS e o PSD preferiram interromper os trabalhos da CERC durante uma dezena e meia de semanas e remeter tudo para negociações reservadas e mesmo porventura para acordos secretos. A ignorância que os próprios grupos parlamentares dos partidos envolvidos parece terem tido dos passos destas negociações é elucidativa de uma mentalidade e da má consciência dos negociadores.

A escolha do Parlamento para o cerimonial da assinatura do acordo é inadmissível, mas é a consequência lógica da total desfaçatez que leva a tentar disfarçar o atentado à dignidade da Assembleia da

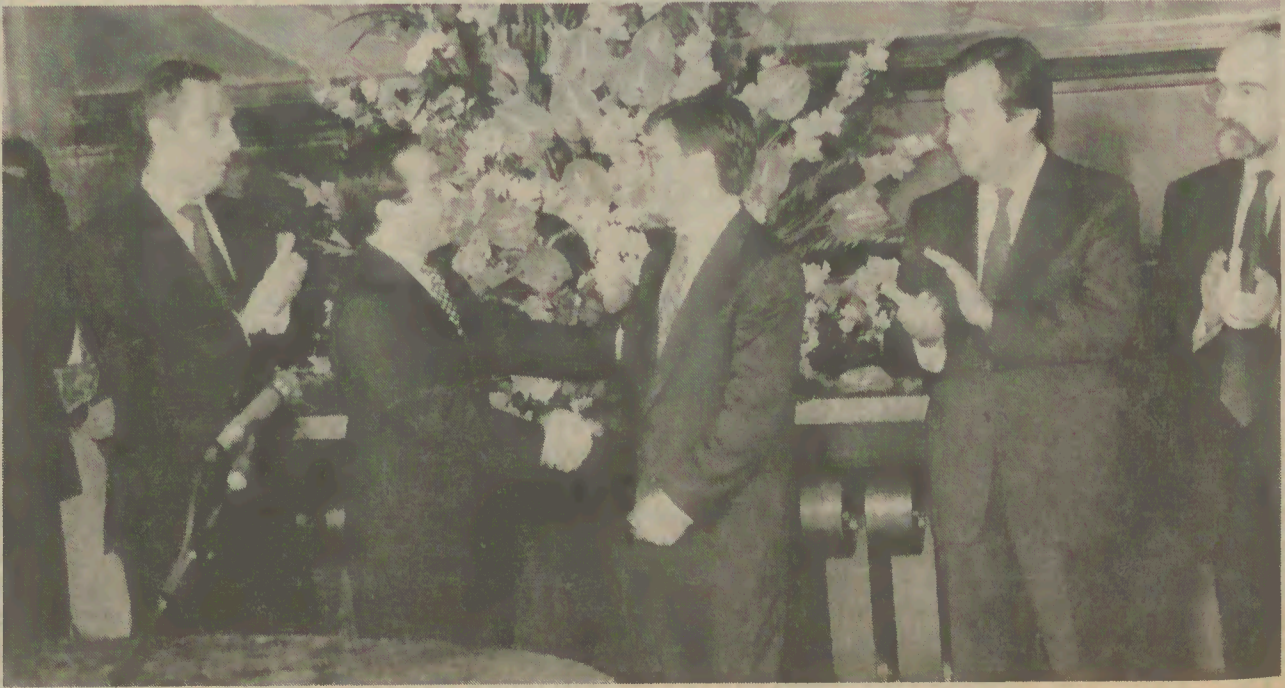
República fazendo crer que se trataria de um acto parlamentar o que foi, manifestamente, um acto contra o Parlamento. Com efeito, face à opinião pública, este poderá aparecer como uma mera conservatória de registo de contratos privados celebrados à sua revelia...

A presença do Primeiro-Ministro e do líder e de praticamente toda a direcção nacional do PSD na cerimónia, ao mesmo tempo que do grupo parlamentar do PS surgiam vozes de protesto e descontentamento com o conteúdo mas também com o processo negocial, ilustra o facto de não se tratar de um acordo parlamentar mas de um processo negocial e de um acordo de menorização do parlamento.

Mais: não há que criticar só o facto de, em vez do debate e acompanhamento público, se verem negócios privados e secretos. Trata-se também de terem sido recebidos na CERC muitos sindicatos e comissões de trabalhadores aos quais foi afirmado pelo PS que os direitos dos trabalhadores seriam intocáveis, tranquilizando as suas inquietações, para depois se ver o presente panorama e o mais que pode acontecer...



O acordo atesta a hipocrisia política do PS e a sua abdicação ideológica perante a direita. O PSD ainda hoje se deve beliscar para saber se não estará a sonhar...



Constitucional PS/PSD

A forma

O acordo inclui o que já estava acordado na CERC, mesmo pequenos pormenores, sobretudo o que se pode apresentar como melhorias pontuais do texto constitucional, de importância menor em face da gravidade de tudo o que está desenhado. Foi aquilo a que o ex-Presidente da CERC chamou «chover no molhado», mas que teve um propósito específico: esconder aquilo em que o acordo inova negativamente, e que constitui a sua essência e verdadeiro conteúdo, atrás de aspectos que em rigor lhe são estranhos, exactamente por não serem um produto do acordo, mas sim de contribuições diversificadas e sobretudo de muito trabalho conjunto na CERC. Procura-se, assim, fazer crer que as negociações tiveram outra finalidade e conteúdo

do que não a de tratar em segredo o que é, ou pode ser, vergonhoso e prejudicial discutir em público...

Mas, por outro lado, o acordo resolve em sentido diferente do que aparentemente o tinham sido diversas questões já tratadas na CERC, dando o dito por não dito, mesmo em questões em que o PS havia aí afirmado que estava a dizer a «última palavra». Está neste caso a mudança de posições do PS naquilo que tinha afirmado que eram «questões de princípio», tais como a recusa de restringir os direitos dos trabalhadores. É também o caso de outras matérias nas quais o PS afirmou estar indisponível para introduzir alterações, tais como o número de deputados da AR.

Um dos aspectos mais graves do acordo, entretanto, é desenhar a perspectiva de retirar da Constituição matérias fundamentais, remetendo para lei ordinária, mesmo aprovada por maioria qualificada. É a desvalorização da Constituição, bem como a perspectiva de o PS e o PSD virem a estabelecer acordos no futuro sobre matérias agora desconstitucionalizadas, ou em que é grande (e inadmissível) a imprecisão. Está neste caso o sistema de eleição da Assembleia da República e das câmaras municipais. Em muitas outras matérias é utilizada uma linguagem propositadamente imprecisa, de onde pode vir tudo menos tranquilidade. E quando a imprensa fala em aspectos secretos do acordo, mais razões para inquietação podem ainda existir...



O casamento político. Assinam os noivos, com a bênção dos padrinhos

Sobre o sistema político

O acordo tem como um dos objectivos fundamentais tentar criar um sistema bipolarizado, assente no PSD e PS, com prejuízo para a democraticidade e pluralismo do sistema eleitoral.

Em vez da proporcionalidade e representatividade da Assembleia da República privilegia a «governabilidade», mesmo que violentando a vontade popular e com carácter artificial. Escondendo que Portugal tem uma das maiores relações entre deputado e eleitor, abre caminho à redução do número de deputados. Prejudica não só a representação dos diferentes partidos, como diminuirá a representação de regiões mais sacrificadas (há círculos como os alentejanos, em que hoje Beja e Évora já têm quatro deputados, Portalegre três ou outros como Bragança e Guarda, que também têm quatro, além de muitos outros que têm 5). Serão os mais sacrificados...

É certo que o novo líder parlamentar do PS afirma que o acordo prevê a redução do número de deputados, mas esta pode não se verificar. Está confrontado com deputados do seu próprio grupo parlamentar que temem perder o lugar e não com a defesa de princípios. Mas o que é evidente é que, nesta matéria como noutras, a Constituição ficará desguarnecida com este acordo e o PS remetido para um processo negocial contínuo de leis ordinárias em que estará submetido a uma pressão permanente do PSD a que já demonstrou não saber ou não pretender resistir, ou com cujos objectivos fundamentais frequentemente coincide.

O acordo abre caminho também à criação de círculos uninominais para o próprio

apuramento eleitoral, como um dos instrumentos para a referida criação artificial de um sistema bipolarizado. O pretexto é a aproximação do deputado ao eleitor, completamente hipócrita da parte de quem subalterniza de tal forma o Parlamento e os deputados (como aconteceu neste acordo) e faz campanhas para a AR em torno da eleição dos «candidatos a Primeiros-Ministros. A concepção do deputado é a de que lhe cabe trazer para Lisboa as «cunhas» dos notáveis do círculo? É a de que não deve existir Poder Local (e regional) suficientemente forte para tratar aí o que é local? É a de quem esconde que uma região fica melhor representada respeitando a sua diversidade do que transformando o deputado de um partido em procurador de todos e deixando os adeptos de todos os outros partidos sem se sentirem representados? No fundo, talvez a questão não seja a de se pretender um debate sério, mas sim a da brutal ganância eleitoral: por exemplo, o PS a querer prevenir a sua quebra de votos e ficar com maior representação apesar de futuras perdas, o PSD a querer absorver os votos de toda a direita onde tal for possível...

O acordo atenta, igualmente, contra a democraticidade da eleição do Presidente da República, na medida em que permite o voto dos emigrantes na sua eleição, sem cuidados e contrariando a posição de sempre do PS. Este partido sabe que estes estão na sua grande maioria desinseridos da vida política portuguesa e que vivem em condições em que a igualdade de oportunidades dos diferentes candidatos e as possibilidades de fiscalização e de impedir fraudes

estão excluídas. O futuro PR pode perder autoridade e representatividade e a direita, que perdeu várias eleições presidenciais, por vezes tangencialmente, vai tentar aproveitar agora para ganhar o que não ganhou em eleições genuínas...

A mesma questão se pode colocar, aliás, a respeito dos referendos.

A alteração da forma de eleição do Presidente e executivos camarários que o PS e PSD acordaram pode afectar a representatividade, proporcionalidade e pluralismo dos municípios.

O PS e PSD já acordaram igualmente criar dificuldades à Regionalização, com soluções insustentáveis e que só podem favorecer os que a combatem.

As soluções definidas em relação às regiões autónomas procuram igualmente favorecer a criação de um estatuto de apagamento do Ministro da República e envolvimento da figura do Presidente da República na política presidencial, procurando um estatuto para as regiões diferente do que lhes cabe no quadro de um Estado unitário parcialmente regionalizado. Assim, por exemplo, quando o PR tem poderes para dissolver as Assembleias Legislativas Regionais em caso de crise, o que se pretende é atribuir-lhes um estatuto próximo de estados federados. Os deputados do PSD da Madeira adiantavam uma proposta da mesma família ao apresentarem no seu projecto de lei de revisão constitucional a proposta de que as regiões autónomas se passassem a chamar «Estados Regionais» e os Estatutos respectivos se chamassem constituições regionais...

Direitos fundamentais

O acordo PS/PSD visa igualmente o enfraquecimento constitucional de direitos e garantias dos trabalhadores. Está em causa, em particular, o direito à greve, que pode ser restringido, e o controlo de gestão.

Está em causa igualmente a desresponsabilização do Estado e do sector público na garantia de direitos económicos, sociais e culturais que são hoje incumbência prioritária do Estado. Este facto pode traduzir-se igualmente na abertura à privatização de serviços públicos a pretexto da concretização desses direitos através da «iniciativa da sociedade civil».

No plano da política de justiça, e apesar de várias formulações diferenciadas, prevalecem as cedências em matéria de politização e tentativa de menor autonomia do Ministério Público

Vitória do neoliberalismo

Na mesma linha poderá ir a desconstitucionalização da existência obrigatória de um sector público da economia. Trata-se de mais um elemento ilustrativo da adesão do PS ao neoliberalismo económico, que seria suposto ser característico dos sectores mais radicais de direita e não de um partido que se diz socialista.

Subordinação

Refira-se como uma das manifestações de uma política de subordinação, a escandalosa permissão da extradição de portugueses requerida por outros Estados.

Refira-se ainda, no plano da defesa e da política externa, a subordinação das Forças Armadas aos compromissos internacionais no âmbito da NATO e da UEO e a desconstitucionalização do Serviço Militar Obrigatório.

A não permissão de realização de um referendo sobre a Moeda Única e sobre o conjunto da revisão do Tratado da União Europeia é outra manifestação da preocupação cimeira dos dois partidos, a de não criar nenhuma dificuldade ao processo de transferência da soberania nacional.

Estas críticas são as principais que o texto do acordo permite. Mas certamente não ficariam por aqui se fossem conhecidas todas as intenções dos negociadores, muitas delas escondidas através de palavras ambíguas e às vezes até aparentemente bem sonantes.

Só uma estratégia de luta permitirá enfrentar este acordo e a tentativa dos seus desenvolvimentos futuros. Luta que terá de decorrer na CERC, na AR e no quadro do movimento popular.



Cumpra-se mais um «desígnio nacional» de Guterres. Ao fundo, os vendavais esperam

Tarrafal Preservar a memória

Meio século depois, o Tarrafal é ainda uma memória capaz de emocionar os que lhe sobreviveram.

- Aqui o famigerado Seixas ameaçou Faustino de Campos, a quem tinha morrido a mulher, deixando cinco filhos por criar;

- Ali era o pomposo Matadouro;

- Acolá o «Porta-aviões»;

- Aqui o «talho»;

- Aqui as «oficinas»;

- Aqui o refeitório;

- Lá em baixo a «enfermaria» com a casa para onde levavam os doentes já sem esperança para morrerem, para evitar que os companheiros de barraca se apercebessem... depois lhes diriam que os tinham enviado para o Hospital da Praia;

- Além a maldita «frigideira»... Vamos ver se já morreram, e a mão perde a força para fazer rolar o fecho....

Não é difícil imaginar como as imagens devem ter ocorrido em catadupa a Sérgio Vilarigues no seu «regresso» ao Tarrafal, a convite do primeiro-ministro António Guterres, em recente visita de Estado a Cabo Verde.

O Campo da Morte Lenta, há muito abandonado, continua à espera que das suas ruínas nasça o prometido Museu que guarde a memória dos povos português e cabo-verdiano na sua luta contra o fascismo e o colonialismo.

A vontade de concretizar a iniciativa, sempre reafirmada, não passa por enquanto de um projecto à espera de meios. E no entanto, como afirma Sérgio Vilarigues - apresentado por Guterres ao seu homólogo de Cabo Verde como uma «glória do PCP» - bom seria que às gerações futuras fosse deixada uma obra que lhes mostrasse o que foi «a vida de centenas de homens que entregaram tudo, incluindo a própria vida, à luta pela grande causa da liberdade, da democracia, à luta contra o fascismo, o colonialismo, a guerra, à luta pela paz».

Para que campos como o Tarrafal Nunca mais!

Há memórias que não se podem apagar. Há memórias que não se devem apagar.

- Estive lá quatro anos, saí em 1940. Agora nem sequer tive tempo para percorrer o campo de um extremo ao outro e lembrar tempos e momentos dolorosos para contar aos acompanhantes. Reconheci a caserna onde estive um «tempinho», mas o Campo está diferente, parece que fizeram um presídio dentro do campo de concentração, onde nos últimos anos do fascismo eram presos os patriotas das ex-colónias. Se calhar foi por isso que no programa da viagem se referia a visita ao «presídio» do Tarrafal, o que me surpreendeu.

Para Vilarigues, como para todos os ex-tarrafalistas, aquele será sempre o campo de concentração que realmente foi e onde perderam anos de vida os que tiveram a sorte de não perder ali a vida.

Por isso também é importante preservar a memória. Para que se saiba. Para que não se esqueça.

- Era o tempo em que tudo servia de pretexto para espancamentos;

- Era o tempo da «Sua Ex^a determina e manda publicar que...» Não sei se haveria qualquer determinação que determinasse a pena máxima de 20 dias na «frigideira», mas lá que o famigerado João Silva arranjava sempre maneira de fazer crescer o tempo, arranjava. Chegava a aplicar de uma só vez duas «sentenças»...

- Era o tempo de arrancar pedra, carregar pedra, arrancar pedra, carregar pedra...

Há memórias que não se esquecem.

- Já lá vão 60 anos que entrei naquele mil vezes maldito Campo da Morte Lenta num ambiente de verdadeiro terror, que já vínhamos vivendo, uns desde Lisboa, outros desde a Fortaleza de S. João Batista de Angra do Heroísmo, bastantes com penas que lhes tinham sido ditadas pelo célebre Tribunal Militar Especial - incluindo eu - cumpridas há muito. Um deles, que até tinha sido absolvido, veio a morrer no Tarrafal.

Há memórias que não temos o direito de esquecer.

- A «brigada brava», o doutor Alberto Araújo - tuberculoso - torturado física e moralmente;

- A fome... terrível...

- E depois era a morte. Quando chegava a «perniciosa» era tramado. Ainda me lembro do primeiro morto da minha barraca...

No Tarrafal, a «enfermaria», a «frigideira», já não existem. O Campo, com todo o seu passado de horror, persiste apenas na memória dos homens, de alguns homens. O melhor tributo que lhes podemos prestar é preservar essa memória, transmiti-la aos vindouros, para que Nunca Mais haja outro Tarrafal.

Macau nas relações Por

Texto: Carlos Brito

O futuro de Macau voltou a merecer as atenções, nem sempre as mais serenas e isentas, da parte da imprensa do nosso país. A razão próxima foi a recente visita do Presidente da República, Jorge Sampaio, àquele território ainda sob administração portuguesa e à República Popular da China. O tema central da visita consistiu naturalmente nas questões ainda não resolvidas da transferência da administração do território para a plena soberania chinesa, que ocorrerá em 1999.

Todas as notícias indiciam que houve um positivo avanço nestas questões e além delas foram inauguradas ou consolidadas novas formas de cooperação entre Portugal e a China nos planos cultural, científico e económico.

Acresce que, apesar das circunstâncias excepcionais decorrentes do luto em que a China foi mergulhada pelo falecimento de Deng Xiaoping, as autoridades chinesas insistiram na realização da visita e capricharam nas manifestações amistosas para com o Presidente português.

Por tudo isto, não se percebem as nuvens negras que certos meios quiseram acastelar a propósito da viagem presidencial, nem as atribulações que inventaram ou as peripécias que exageraram para lhe empanar o brilho.

A visita confirmou, é certo, o propósito de Jorge Sampaio de intervir mais fortemente no governo de Macau e parece ser esta circunstância que irrita de modo especial certos lobbies ligados aos chodudos negócios do território e a sua projecção na imprensa nacional.

Vale a pena, pois, tentar apreciar mais de perto os principais momentos da viagem presidencial e a sua influência nas relações Portugal-China, no que respeita sobretudo ao futuro de Macau.

Muito pouco se tem avançado na difusão da nossa língua. Está atrasada a regulamentação do português como língua oficial, que se manterá para além de 1999, nos termos da Declaração Conjunta. Continua a não haver ideias muito claras sobre o que será a Escola Portuguesa, a partir daquela data. Há atrasos injustificáveis, acompanhados de radicalismos nos dois sentidos, em relação à regulamentação dos direitos, liberdades e garantias. Não se definiu ainda uma orientação realista e consistente em relação à questão da nacionalidade e dos passaportes portugueses.

A falta de clarificação destas matérias não facilita a negociação com a parte chinesa no Grupo de Ligação. Entretanto, o que mais tem dificultado os trabalhos deste Grupo parece ser a questão da Fundação Oriente, acusada de ser uma criação para sacar dinheiros do território. A superação da questão implica, ao que se diz, a criação de uma nova fundação, com o acordo das duas partes - a portuguesa e a chinesa - e a revisão do contrato sobre o jogo.

Há também problemas, não resolvidos, em relação aos portugueses que tencionam ficar e aos que pensam regressar a Portugal, especialmente no que toca aos funcionários públicos e às questões de equiparação nos vencimentos e reformas.

A resolução de todos estes problemas é da máxima importância para, quando chegar ao fim a administração portuguesa, se possa operar a transferência de poderes com a maior dignidade para o nosso país.

Sendo assim, só parece de louvar que o Presidente da República, a quem a Constituição confere especiais responsabilidades em relação a Macau; queira acompanhar muito de perto a fase derradeira da administração portuguesa e a conclusão das negociações com a República Popular da China. O que se deve estranhar é que haja quem se sinta afrontado com esse facto.

Deng Xiaoping e a concepção «um país, dois sistemas»

O acolhimento especialmente amistoso que as autoridades chinesas reservaram a Presidente Jorge Sampaio constitui um dado

Território de prodígios

A abundância de novos e agigantados edifícios e de imponentes obras públicas é aquilo que mais impressiona quando se chega a Macau. E se não é a primeira vez que ali se vai, o que mais impressiona então é o ritmo com que se constrói.

No pouco mais de um ano que se seguiu à inauguração do aeroporto - e referindo apenas as obras mais importantes - foi construída a segunda ponte para a ilha de Taipa e muito adiantada a terceira ponte, esta para território chinês; foi construído o estádio que o Presidente Jorge Sampaio inaugurou; foram lançados novos aterros e construídos muitos milhares de apartamentos, 50 mil dos quais se encontram devolutos.

Entre as primeiras impressões regista-se também a sensação de que não falta dinheiro naquela terra, o que se compreende melhor quando nos informam que mais de 60 por cento das receitas públicas do território provêm do jogo e do «turismo» que lhe está associado, que inclui naturalmente a prostituição. A corrupção de que tanto se fala é quase visível a olho nu e exala o seu cheiro característico de certos empreendimentos urbanísticos, como a floresta de torres da ilha da Taipa.

Nada disto quebra, no entanto, o mágico ambiente de contrastes e de rara combinação dos elementos orientais dominantes e do elemento ocidental persistente que faz o encanto das ruas de Macau, onde, ao contrário do que se insinuava em certas notícias sobre questões de segurança, se pode passear com toda a tranquilidade, como foi largamente testemunhado pela delegação que acompanhou o Presidente da República.

Novelo de problemas

A febre da construção imobiliária não parece ser acompanhada noutras áreas fundamentais para o futuro das populações do território e para a conservação e dignificação da presença portuguesa.



Uma rua do Centro Histórico de Xangai

muito favorável ao bom encaminhamento dos problemas de Macau, que seria um erro histórico não ter em conta.

A natureza e a duração das entrevistas que os mais altos dirigentes da República Popular da China mantiveram com o Presidente da República do nosso país, as constantes notícias nas televisões e na imprensa sobre a sua visita, a própria recepção popular que lhe foi feita, especialmente na Manchúria, seriam sempre dignas de nota. Merecem, porém, ainda maior realce pelo facto de se terem verificado imediatamente a seguir ao profundo luto em que toda a China foi mergulhada pelo falecimento de Deng Xiaoping.

O infeliz atraso do telegrama de condolências de Jorge Sampaio às autoridades chinesas parece não ter tido afinal as consequências funestas com que especulou alguma imprensa nacional.

A delegação que acompanhou o Presidente pôde assistir nas diversas televisões da China, de Macau e de Hong-Kong, nos mais diversos jornais e até directamente, especialmente em Macau, às grandes manifestações de desgosto do povo e dos dirigentes chineses pela morte de Deng Xiaoping e até participou, quando visitava a «cidade proibida», nos três minutos de silêncio que foram guardados em toda a China pela sua memória.

O «Diário do Povo» de Pequim caracterizou o grande dirigente desaparecido e o que ele representa para a China actual, na síntese seguinte: «Foi um grande marxista, um grande revolucionário

EM FOCO

Fotografias: Pedro Canário

Portugal-China

proletário, um estadista, um estratega militar e um diplomata, um provado militante comunista. Foi o principal arquitecto das reformas da China socialista, da abertura e da via da modernização, o fundador da teoria e da construção do socialismo com características chinesas.»

O Presidente Jorge Sampaio foi o primeiro estadista estrangeiro a ser recebido, após os dias de luto, pelo Presidente da República Popular da China e Secretário-Geral do Partido Comunista chinês, Jiang Zemin.

Nesta entrevista, o líder chinês salientou, como refere o «China Daily» que «de acordo com a grande concepção de Deng Xiaoping "um país, dois sistemas", o Governo chinês atribui grande importância à forma apropriada de colocar as questões de Hong Kong e de



Vista da nova ponte para a ilha de Taipa

Macau, efectuando a transição segura do poder e mantendo a prosperidade e a estabilidade das duas regiões». Com este espírito, teriam sido abordados de forma muito construtiva os problemas concretos que se colocam à transição de Macau, incluindo, as liberdades, a Escola Portuguesa e a questão da nacionalidade.

Dias depois, num encontro com membros de Macau e Hong Kong do Comité Nacional da Conferência Consultiva da China, Jiang Zemin declarou, segundo a imprensa, que «uma boa solução para o retorno de Hong Kong facilitará o retorno de Macau em 1999 e uma eventual solução da questão de Taiwan e assim concluir a completa reunificação da terra mãe.»

dente da República permitiu, ao que tudo indica, reforçar as relações de amizade entre os dois países e abordar outras formas de cooperação.

No plano económico, merece destaque a fábrica de equipamentos eléctricos da EFACEC, de Liaoyang, uma «joint-venture» com a participação de tecnologia e capitais portugueses e que ocupa 800 trabalhadores. A visita à fábrica foi um dos momentos altos da viagem pela recepção cheia de simpatia que a população e as crianças das escolas dispensaram ao Presidente português.

Esta EFACEC resulta fundamentalmente de cooperação entre capitais públicos, mesmo os portugueses. A província onde fica situada - Liaoning, na Manchúria - é, no entanto, extremamente agressiva na captação de capitais estrangeiros para a indústria ligeira e não deixou de mostrar as possibilidades de investimento à numerosa delegação empresarial que acompanhou o Presidente.

Os empresários portugueses que participaram em muitas visitas e seminários pareciam, contudo, na sua generalidade (claro que havia muitas excepções) estupefactos e temerosos com as dimensões gigantescas daquele mercado e com os seus tremendos ritmos de crescimento.

Os números que circulavam para 1996 eram de 10 por cento de crescimento do PIB e de 16 por cento de crescimento na indústria. Na abertura da Assembleia Nacional Popular, Li Peng anunciou o crescimento de 8 por cento para o ano corrente, mas estas metas costumam ser sempre ultrapassadas na realidade.

Em matéria de crescimento, a maior impressão foi causada pelo Projecto para o Século XXI de Pudong, em Xangai, onde se prevê um investimento de 2 mil milhões de contos, onde 10 das 100 maiores empresas do mundo já estão implantadas e onde se constroem um aeroporto para 80 milhões de passageiros/ano.

No entanto, nem tudo são vitórias: o Vice-presidente da Câmara de Xangai contou à delegação as dificuldades com a reorganização industrial, havendo situações onde os trabalhadores estão nas fábricas recebem salário, mas não têm trabalho. Isto passa-se em fábricas do sector público, claro.

De qualquer maneira, a impressão que se colhe caminhando pelas ruas de qualquer das grandes cidades visitadas pela delegação, incluindo nas zonas mais populares, é a de que há uma elevação geral do nível de vida da população, particularmente saliente na forma como aparece vestida.

Salientemos para finalizar, que entre o reforço das relações de cooperação Portugal-China merecem destaque, no quadro desta visita presidencial, a assinatura do «Programa Intercâmbio Cultural 97/99» e a «Declaração de Entendimento de Investigação Científica e Tecnológica».



Inauguração do estádio de Macau com a floresta das torres da ilha de Taipa ao fundo



Vista do Museu dos Guerreiros de Terracota em Xi'an

Outras cooperações

Além das questões de Macau, a visita à China do Presi-

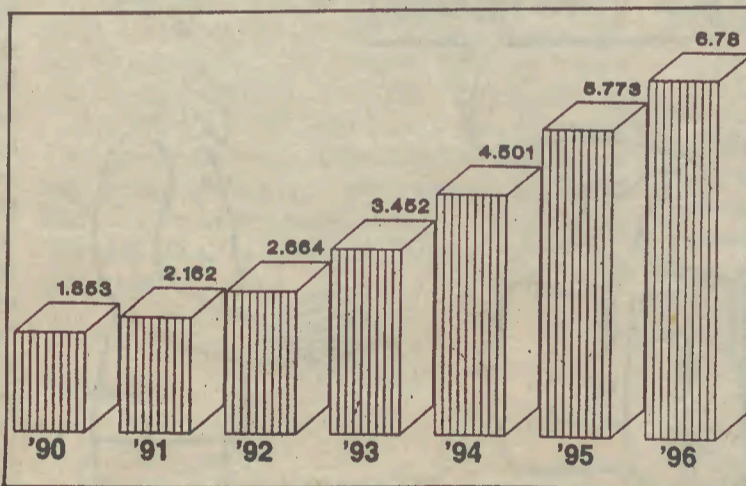


Imagem do crescimento do PIB na China, segundo o «China Daily», em triliões de yuan. Um yuan equivale a 20 escudos na nossa moeda, segundo os meios diplomáticos

Inauguração da fábrica da EFACEC, em Liaoyang, na Manchúria, com Jorge Sampaio e o Governador da Província de Liaoning a cortarem a fita simultaneamente



Operários chineses na fábrica da EFACEC



SON-DAGEM

Europeus preocupados com o futuro

A situação económica e social está à cabeça das preocupações dos europeus. Os mais preocupados são os franceses (86 por cento) e os alemães (85 por cento), seguidos pela maioria dos britânicos (58 por cento), país frequentemente apresentado como um «modelo» a seguir.

Os dados constam do primeiro barómetro trimestral das «tendências das opiniões públicas» realizado pelo Instituto IPSOS e a Agência France-Press, divulgado no início do mês em Paris. O inquérito visa apenas os cinco mais importantes países da União Europeia (Grã-Bretanha, Alemanha, Itália, França e Espanha).

Se a inquietação manifestada pela sondagem não espanta ninguém – sobejam motivos para que o futuro seja encarado com pessimismo –, o mesmo não se pode dizer quanto a outro dado agora apurado: um número crescente de inquiridos afirma-se disposto a agir em defesa dos seus interesses.

De acordo com o barómetro, um em cada quatro europeus (24 por cento) diz que «participará» num «grande movimento de contestação social» se algum se desenvolver no seu país. Esta proporção sobe aos 33 por cento na Alemanha e aos 30 por cento em França.

A crise de confiança dos europeus é preferencialmente dirigida contra os respectivos chefes de governo. O mais afectado é o chanceler Helmut Kohl, que recebe o apoio de apenas 23 por cento dos alemães. Segue-se Alain Juppé, com 33 por cento; John Major, com 30 por cento; Romano Prodi, com 36 por cento e José Maria Aznar com 34 por cento.

Mais de metade dos britânicos (51 por cento) deseja a vitória da oposição nas eleições legislativas; quanto aos franceses, as preferências pela esquerda estão quase a par com as da direita (43 por cento contra 41 por cento). A maioria dos europeus (54 por cento) tem o «sentimento» de que a democracia funciona actualmente «mal» no seu país. Os mais insatisfeitos são os franceses (59 por cento contra 39 por cento).

O inquérito foi realizado por telefone, de 7 a 17 de Fevereiro, junto de cinco amostras representativas de um milhar de pessoas maiores de 18 anos – 1012 na Alemanha, 1004 em Espanha, 947 em França, 993 em Itália e 1003 no Reino Unido –, ou seja, uma amostra global de 4959 pessoas, construída segundo o método de quotas.

■ A.F.

EM FOCO

Em nome da Moeda Única

Novos cortes nos Fundos Estruturais

■ Pedro Carvalho

O Parlamento Europeu tem agendada, para a sessão plenária a decorrer esta semana em Estrasburgo, a discussão e votação do relatório que estabelece as orientações para o processo orçamental relativo a 1998. Orientações que apontam para a continuação da política de austeridade orçamental.

A constatação imediata que se faz da presente proposta é que com ela se pretende, antes de mais, um aprofundar das prioridades que presidiram à elaboração do orçamento deste ano.

Mais do que uma excepção, devido ao cumprimento dos critérios de convergência, o documento de 1997 foi uma primeira amostra daquilo que se poderá esperar dos orçamentos até ao ano 2000, ou seja, um continuar de uma política de austeridade orçamental.

Assim, a grande prioridade é manter um orçamento de crescimento zero, ou seja, manter o nível das despesas equivalente às de 1997 (1,19% do PIB). Por outras palavras, exige-se um novo orça-

Comunidade), o que significa que haverá um patamar orçamental mais baixo para múltiplos programas ao nível social, cultural, ambiental e investigação.

O cumprimento desta meta visa acentuar os cortes, principalmente no que toca a pagamentos, tentando a Comissão manter as autorizações orçamentais, disponibilizando os pagamentos segundo as estimativas de execução de 1997. Neste sentido, tender-se-á a fazer novas poupanças ao nível dos fundos estruturais e regular as estimativas quanto às despesas agrícolas, como não poderia deixar de ser.

No caso dos fundos estruturais é exactamente isso que se pretende

ses da Comissão de Orçamentos do PE defenderam que terá de haver cortes nas autorizações, pois com as sucessivas transposições de pagamentos para orçamentos posteriores criar-se-á estrangulamento financeiro que colocará em causa a execução da programação financeira em curso. Ao verificar-se um corte nas autorizações, teremos um corte efectivo nos fundos estruturais, violando directamente as perspectivas financeiras traçadas no Conselho de Edimburgo de 1992.

Poupar... e privatizar

A segunda prioridade, também assumida pela Comissão Europeia, foi a criação de condições de poupança, dentro do tecto 1,27% do PIB, para financiar as questões relacionadas com o alargamento da UE. Esta situação, que se antevia em algumas propos-

tas e posições durante a discussão do processo orçamental de 1997, é agora claramente transposta como objectivo por parte da Comissão Europeia e apoiada pela Comissão de Orçamentos do PE. O objectivo é criar uma «almofada financeira» que possibilite financiar a pré-adesão prevista dentro dos limites de despesa definidos e não ultrapassando os famosos 1,27%, ou seja, financiar mantendo os mesmos recursos. Ideia que agrada principalmente aos alemães, principais contribuintes da Comunidade. Por isso estes querem conter as despesas orçamentais a níveis semelhantes a 1996 e 1997, ou seja, na ordem dos 1,19%/1,20% do PIB comunitário, angariando uma margem real/poupança de cerca de 0,07 pp do PIB comunitário, sem aumentar as suas contribuições. O que, entre outras coisas, afectará o futuro pacote Santer I, sobre as novas perspectivas financeiras após 1999, com reflexo directo no montante e redistribuição dos fundos estruturais.

Ainda em relação ao alargamento, os membros alemães da Comissão de Orçamentos do PE avançaram mesmo com a proposta de criação de um instrumento comunitário para financiar as despesas decorrentes da pré-adesão que devia ser sustentado, para começar, com 200 milhões de ecus do PHARE e 180 milhões do progra-

ma INTERREG adstrito ao PHARE.

Este instrumento contaria com uma linha orçamental na categoria 2 do orçamento comunitário, que iria permitir transferências de outras linhas dos fundos estruturais, como não podia deixar de ser, para esta nova.

Mas a ideia de poupança e rigor entra também na categoria 3 (políticas internas da Comunidade), onde para 1998 ocorrerão as avaliações de meio de mandato de alguns programas plurianuais comunitários. Neste campo não se quer só acabar com linhas mais pequenas e concentrar o grosso das verbas em linhas maiores, com o argumento destas possuírem uma *critical mass* e serem mais fáceis de controlar, mas também ter um programa de avaliações para definir que linhas devem acabar, limitando temporariamente a vida dos programas.

A questão dos cortes é tão prioritária que o presidente da Comissão de Orçamentos do PE, o alemão Detlev Samland, pediu à Comissão uma comunicação sobre os cortes a efectuar com as devidas justificações, suficientemente plausíveis para converter deputados de outras comissões, principalmente na área social e cultural.

Quanto à categoria 1, despesas agrícolas, quer-se manter as estimativas de poupança de mil milhões de ecus, repondo o financiamento dos 1,3 mil milhões de ecus do programa da BSE com os respectivos cortes nos cereais.

Ao nível das despesas administrativas, avança-se com um novo conceito, o da realocação de recursos, ou melhor, a criação de uma taxa de realocação que os serviços das instituições comunitárias terão que fazer anualmente de forma obrigatória, sob a pena de verem congelados o seu quadro de pessoal e recursos financeiros. Mas mais importante é o começar a falar-se em privatização de serviços ou criação de empresas mistas e/ou públicas para fazerem o controlo da implementação dos programas, como acontece nalguns Estados-membros.

O deputado do PCP, Joaquim Miranda, membro efectivo da Comissão de Orçamento do PE, irá apresentar um conjunto de alterações ao relatório visando sobretudo modificar a orientação geral de austeridade do mesmo, assim como salientar a importância da total e correcta execução dos fundos estruturais, segundo a programação decidida em Edimburgo em 1992. Outra proposta é a da criação de linhas orçamentais enquadradas no âmbito das políticas internas comunitárias, com dotações financeiras adequadas, para fazer face ao problema do desemprego e promover a criação de novos postos de trabalho.



mento de austeridade e rigor para este ano. O comissário Linkannen, responsável pelas questões orçamentais da Comissão Europeia, presente numa reunião da Comissão de Orçamentos do PE, chegou mesmo a salientar que as margens das rubricas para este ano serão maiores do que é costume nos anteprojectos da Comissão, principalmente nas categorias 3 e 4 (políticas internas e externas da

fazer, uma nova poupança ao nível dos pagamentos, apesar de se saber que muitos Estados melhorarão a implementação do seu Quadro Comunitário de Apoio (QCA) pois em 1999 chega ao fim a programação financeira decidida em Edimburgo em 1992. Ao nível das autorizações foi decidido no último conselho ECOFIN que não se pode alterar os valores das autorizações. Os deputados alemães e holande-

EM FOCO

■ Santos Silva

Liberalização e privatizações

— a realidade e os mitos

A cortina de fumo que constantemente se lança sobre a discussão acerca da liberalização e das suas consequências quase não nos deixa ver com clareza as alternativas. De facto, o que se discute na maior parte dos casos é qual a melhor maneira de liberalizar mas raramente se discute se é bom ou não, e em que circunstâncias.

(...) O conceito é simples: afirma-se que se liberaliza ou privatiza para dinamizar o sector ou empresa em causa, o que supostamente seria feito deixando actuar livremente as forças do mercado. Mas daqui decorre que só se liberaliza o que tem interesse para o mercado.

Portanto, se se pretende aliviar o Estado de uma responsabilidade, ou se há apetência para a privatização de uma empresa, de duas uma:

- ou a empresa é lucrativa e não é preciso fazer muito mais, a não ser talvez subavaliá-la para que possa ter muitos interessados na sua compra porque sabem que posteriormente as acções subirão rapidamente até ao valor que deveriam ter tido desde o início;
- ou a empresa não é lucrativa e então faz-se aquilo que seria suposto a privatização fazer: gerir melhor a empresa, ou seja, pô-la a dar lucro para que, quando já começou a dar lucro e portanto começou a contribuir de forma líquida para as receitas do Estado, seja mais apetecida e portanto mais disputada por eventuais compradores.

Claro que o que acima afirmámos é uma versão simplista, talvez mesmo caricatural, do problema. Até porque, bem vistas as coisas, se considerássemos única e exclusivamente os aspectos financeiros, teoricamente uma empresa poderia ser lucrativa e mesmo assim ser vantajoso para o Estado proceder à sua privatização, se por exemplo o encaixe da privatização permitisse lucros superiores aos gerados directamente pela actividade da empresa. Da mesma forma, entendemos como perfeitamente razoável um processo de privatização que esteja ligado ao facto de o Estado ter uma capacidade limitada de gestão e necessitar por isso de aliviar a carga excessiva de empresas estatais para concentrar a sua atenção naquilo que é estratégico. Só que, na esmagadora maioria dos casos, não é isso que acontece, e os métodos utilizados nas privatizações mostram, com excessiva frequência, que, nas decisões fundamentais, há uma mal disfarçada influência dos grupos económicos interessados na privatização.

É esta a questão central: «menos Estado» é bom porquê? O que é que o Estado faz mal que a gestão privada saiba fazer bem? E como é que o Estado pode assegurar o controlo sobre o desenvolvimento estratégico se não tem qualquer domínio sobre os seus sectores estratégicos?

A nossa opinião é que não pode. Vejamos quatro teses:

Tese 1 – a gestão privada pode transformar empresas não lucrativas em lucrativas, mas frequentemente à custa do agravamento dos problemas sociais

Tese 2 – na maioria dos casos, é do interesse dos consumidores, no curto prazo, que haja liberalização e concorrência. Mas a liberalização só faz acelerar a necessidade de intervenção do Estado para atenuar ou resolver os inúmeros problemas que ela própria cria

Tese 3 – liberalizar é concentrar o controlo da actividade económica

Tese 4 – o controlo do Estado sobre sectores estratégicos não conduz necessariamente a um aumento da produção, mas é a única forma de promover um desenvolvimento sustentado.

São quatro teses que exigem fundamentação conjunta, que de seguida ensaiaremos.

Empresas lucrativas

As empresas privadas podem mais facilmente ser lucrativas, devido fundamentalmente a dois mecanismos.

O primeiro é o que permite gerir melhor os incentivos aos gestores, aos quadros e aos trabalhadores, e uma muito maior flexibilidade na contratação de recursos de todo o tipo. Este é sem dúvida um aspecto que deveria ser estudado pela empresas públicas, depois de expurgado de tudo o que tem de mau, ou seja, a

excessiva individualização e acentuação da pressão para uma maior precarização do emprego.

O segundo está ligado ao facto de, ao contrário do Estado, que pelo menos em teoria pode gerir no interesse público, as empresas privadas só exercerem a gestão no interesse público na justa medida em que esse interesse alargue o seu mercado e lhe proporcione, portanto, mais lucros, único objectivo que assumidamente têm. Por isso mesmo, quando gerem os seus recursos humanos de forma «humana» fazem-no exclusivamente por razões de inteligência, ou seja, porque sabem que sem recursos humanos motivados não há empresas excelentes, e uma empresa mal gerida não sobrevive nos mercados competitivos de hoje.

Aparentemente tudo estaria bem. Mas a questão é outra. Quando muito, as empresas privadas «tratam bem» apenas os recursos humanos que são seus ou, mais concretamente, aqueles de que necessitam para intervir com mais produtividade, com mais inovação, com mais qualidade e menores custos, depois de se verem livres dos que consideram que estão a mais. E os outros, os que ficaram em excesso? Bem, esses, claro está, são colocados nas mãos do Estado para que cumpra o seu papel, que na opinião da esmagadora maioria dos patrões e dos liberais de serviço deverá ser o de resolver esse tipo de problemas.

A este respeito produzem-se as teorias mais fascinantes. Vejamos uma.

Quando uma empresa produz mal, com baixa produtividade, não está a servir nem a sociedade nem os seus trabalhadores. Por isso, é preferível ter menos trabalhadores mas bons do que ter muitos e não ter viabilidade. E, se a empresa produzir mais e melhor, está de facto a contribuir para que todos, mesmo os que nela não têm lugar, possam usufruir da riqueza criada.

Cativante, não é? E quem garante que o aumento de produtividade, o aumento da produção e a baixa de custos é exercida com base em produtos e serviços socialmente relevantes? E quem garante a gestão equilibrada dos recursos materiais disponíveis?

E, levado este raciocínio ao extremo, se todas as empresas fossem privatizadas e o mercado completamente liberalizado, se todas as empresas levassem ao limite os aumentos de produtividade com a consequente redução dos recursos humanos, o que faria a sociedade aos que não têm trabalho nem se espera que possam vir a ter?

Modelos

(...) Então, o que fazer?

Continuar a ignorar esta realidade, ou seja, continuar a defender que o desenvolvimento tem de assentar na iniciativa privada, numa sociedade cada vez mais liberal? Mas isso conduz precisamente ao oposto do que se pretende em teoria conseguir, porque



este modelo, ao criar cada vez mais problemas que não consegue resolver, faz afinal apelo a uma crescente intervenção do Estado para atenuar as consequências, por exemplo, da criminalidade e da exclusão social, cada vez maiores, mais estruturais e indissolvemente ligados ao desemprego sem solução.

E os interesses dos consumidores? Aparentemente só têm a ganhar com soluções que lhes dão cada vez mais produtos, com crescente qualidade e a preços cada vez menores. Mas só aparentemente.

Em primeiro lugar, porque modelos liberais são incapazes de produzir desenvolvimento sustentado e equilibrado, só possível com uma intervenção generosa de entidades reguladoras e normalizadoras, sem dúvida de inspiração estatal. O que se consegue é pois produzir mais, mas não melhor, se tivermos em conta os equilíbrios globais, cada vez mais ameaçados.

Em segundo lugar, porque conseguir preços mais baixos e maior atenção aos consumidores, factos normalmente associados à concorrência, não conduz necessariamente a soluções úteis se não houver reguladores que impeçam a concorrência de produzir necessidades falsas e portanto consumos absolutamente supérfluos.

Exemplo claro desta situação, em Portugal, é o que se passa nas redes de telefones móveis: consegue-se cada vez melhor e mais barato? Sem dúvida. Mas será que Portugal, sendo um dos países economicamente mais atrasados da Europa, precisa de uma das maiores redes móveis europeias? Esse facto tem alguma importância relevante para o desenvolvimento do país e o bem-estar dos portugueses? Não haverá outras prioridades económica e socialmente mais interessantes?

Moda sem futuro

(...) O problema é portanto este: a ideia liberal tenta arranjar soluções pontuais, sectoriais, para problemas que só podem ser resolvidos globalmente. E é por isso que, apesar de estar na moda, não terá futuro. É certo que nem sempre temos disponíveis, bem fundamentadas, as soluções alternativas mais convenientes, mas para resolvermos um problema temos menos de admitir que ele existe e não temos dúvidas sobre o facto de a ideia liberal para o desenvolvimento da sociedade ser um dos mais sérios problemas de todas as sociedades contemporâneas, para o qual é necessário encontrar solução.

É este o quadro, e o que se passou e passa no sector das telecomunicações confirma tudo o que acima se disse.

Em primeiro lugar, ninguém de boa-fé pode hoje dizer que a privatização da PT era necessária. Nem mesmo os enormes investimentos indispensáveis ao sector o justificam, porque a empresa gera riqueza mais do suficiente para suportar esse embate, como o ano de 1996 demonstrou à evidência.

Em segundo lugar, para preparar a privatização, avaliou-se a PT muitíssimo abaixo do seu real valor, pelo que o Estado encaixou por isso muito menos dinheiro do que poderia ter feito. Essa denúncia foi feita vezes sem conta e a prova está aí, com o crescimento aceleradíssimo do valor das acções.

Em terceiro lugar, garantiu-se aos trabalhadores um número significativo de acções, com lucros bastante significativos já concretizados, facto que constituiu um elemento central da estratégia de adormecimento das pessoas, para que se oponham com menos vigor a todos o processo.

Em quarto lugar, os aumentos de tarifas recentemente aprovados, numa situação de lucros fabulosos apresentados pela PT, põem à mostra, mais uma vez, que só têm como objectivo aumentar agora o mais possível para que, quando a liberalização for uma realidade, possam ser baixados alguns preços e ser apregoada a vantagem da liberalização. Trata-se de gato escondido com o rabo de fora, mas a verdade é que é uma estratégia que vem demonstrando historicamente resultados.

(Excertos da comunicação ao Seminário sobre Telecomunicações realizado no Centro Jean Monet em 27 de Fevereiro)

Os «tachos» de Braga

«Zangam-se as comadres, sabem-se as verdades» parece aplicar-se mais uma vez ao PS, agora em Braga e por causa do presidente da Câmara, Mesquita Machado, que foi acusado por Manuel Lopes Ferreira - um dos fundadores do partido no Distrito - de reconduzir sistematicamente para lugares remunerados e de gestão os mesmos militantes, com a agravante de vários deles já estarem em situação de reforma, o que tem levado Mesquita Machado ao passo seguinte: convidá-los para acumularem cargos. Pelos vistos, o complexo problema dos *jobs* para os *boys* está longe de apaziguamento, no buliçoso quotidiano do PS. E, entretanto, há *boys* que não beneficiam apenas de um *job* - já acumulam. O que, naturalmente, acaba por desencadear «injustiças» e deixar alguns de fora, dado que os dinheiros públicos são vastos... mas não infinitos.

A máquina nazi

Segundo um documento encontrado nos arquivos nacionais de Washington por Carl Dicks, antigo condutor de carros blindados em Nuremberga e historiador amador, toda a estrutura militar do III Reich começou a ser preparada muito antes da chegada de Hitler ao poder. Segundo a documentação agora revelada, a elite militar alemã começou a preparar a vingança logo após a derrota na I Guerra Mundial, organizando minuciosamente um exército composto por 102 divisões e um total de 2,8 milhões de homens comandados por 252 generais. As verbas necessárias para montar a máquina de guerra eram de tal forma elevadas que, a partir de 1920, a Reichwehr, nome das forças armadas alemãs entre 1919 e 1935, foi dotada com um orçamento secreto. Quando Hitler chegou ao poder encontrou um poderoso exército não apenas pronto para a guerra,

PONTOS CARDEAIS

mas desejoso dela, o que destrói o mito de umas forças armadas que apenas obedeceram cegamente às monstrosidades nazis por mero profissionalismo e disciplina. Carl Dicks considera que a minúcia com que tudo foi feito é de tal forma comprometedor que, se esta documentação tivesse vindo a lume antes do julgamento de Nuremberga, provavelmente todo o estado-maior nazi teria sido condenado por crimes contra a Humanidade. Acrescentemos, entretanto, outra interrogação: por que não apareceram então estes documentos antes do julgamento de Nuremberga, dado que foram agora encontrados nos arquivos nacionais de Washington? Será que apenas foram encontrados depois? É pouco provável, sabendo-se como se sabe que o governo norte-americano organizou a fuga ou o encobrimento de numerosos altos responsáveis

nazis no imediato pós-guerra. Não foi, aliás, por acaso que os dirigentes nazis queriam à viva força render-se aos americanos e não aos soviéticos...

O veto americano

Aliás, a «grande democracia» americana continua perita em caucionar ou proteger monstrosidades, como se viu de novo há dias, quando o representante dos EUA no Conselho de Segurança vetou um projecto de resolução da Comunidade Europeia que criticava o prosseguimento da colonização israelita em Jerusalém Oriental, subvertendo vergenhosamente os acordos de paz assinados sob o patrocínio, precisamente, do «amigo americano». Perante tanta imoralidade, a Comunidade Europeia meteu a viola no saco, enquanto o

representante da Palestina na ONU protestava, cheio de razão, que a comunidade internacional estava assim a legalizar a política de colonatos israelita. Com um pormenor: a «comunidade internacional» chama-se EUA. Até quando?

Os perdões de João Paulo II

Um tal Luigi Accatolli, correspondente religioso do jornal *Corriere della Sera*, deu-se ao trabalho de contabilizar as vezes que o papa João Paulo II já pediu perdão pelas faltas cometidas no decurso da História pelos papas, pela Igreja Católica e pelos cristãos, chegando ao impressionante número de 94. Faz bem, João Paulo II, em pedir perdão em nome dos papas e da Igreja Católica. Adianta serviço e alivia trabalho aos seus sucessores, que já terão bastante que fazer quando lhes chegar a

vez de pedir perdão pelas faltas cometidas por João Paulo II...

Beleza ilibada

A ex-ministra da Saúde, Leonor Beleza, já pode dormir descansada, pois não será mais incomodada com a averiguação das suas responsabilidades na morte de dezenas de hemofílicos vitimados com o vírus da SIDA, que o Ministério tutelado pela ministra de Cavaco Silva deixou introduzir no País entre 1986 e 1987 através de plasma sanguíneo contaminado, apesar das denúncias e advertências então formuladas. Perante a não assunção de responsabilidades de todos os altos responsáveis envolvidos, o juiz do processo, afirmando uma impotente perplexidade, viu-se forçado a arquivá-lo «por não haver indícios suficientes da contaminação do lote 810 536 com o vírus da SIDA e do conseqüente perigo para a vida dos hemofílicos». Pois claro. E as dezenas de hemofílicos vítimas mortais deste caso morreram numa expedição ao pólo.

PONTOS NATURAIS

No pelotão da frente...

Mário Carrião

Noé Monteiro

Um inquérito organizado pelo SBI, um dos maiores sindicatos da Suíça, veio apenas confirmar aquilo de que há muito tempo se suspeitava: na Suíça há trabalho infantil feito por crianças portuguesas. Embora algumas, poucas diga-se já, trabalhem na construção civil e na hotelaria, a grande maioria (o sindicato fala em algumas centenas) são raparigas de 11, 12 e 13 anos que vêm trabalhar para casa de famílias suíças e mesmo algumas portuguesas para tomar conta de crianças.

Manuel Beja (sindicalista)

Começaram por optar inicialmente por trazerem o primo, por trazer as primas com 11, 12 anos para se ocuparem de crianças de três, quatro e cinco anos. A partir daí já foi o vizinho, já foi o conhecido da sua aldeia que veio para aqui para a Suíça e este círculo foi aumentando, foi-se sempre alargando.

Noé Monteiro

Para além de terem de deixar a família e abandonar a escola, muitas vezes essas crianças vivem em condições precárias.

José Damas (testemunha)

Muitas tinham de dormir na cozinha e depois não podiam andar de noite pela rua, com medo

de serem vistas pela polícia. Só aos domingos e aos sábados é que eram acompanhadas. Durante a semana tinham de estar fechadas dentro do quarto, passavam a maior parte do tempo a ver televisão, com medo de saírem à rua e serem controladas pela polícia.

Noé Monteiro

O problema é real. Inclusivamente, a embaixada de Portugal em Berna já teve conhecimento de alguns casos.

Vítor Gil (conselheiro social)

Havia uma jovem com 14 anos que trabalhava numa família ocupando-se de três crianças, uma com dois meses, outra com dois anos e a terceira com seis anos de idade.

Noé Monteiro

Os pais dessas crianças que vivem em Portugal é que recebem o ordenado das filhas. O sindicato lança o alerta: o trabalho infantil é proibido por lei. Quem o fizer pode inclusivamente vir a ser condenado a uma pena de prisão efectiva que pode ir até aos cinco anos. O governo português foi esta semana convidado pelo sindicato suíço a participar num grupo de trabalho para aprofundar o problema

(Telejornal 8/3/97)



AGENDA

Plenários e reuniões

ALMADA

4ª Assembleia da Organização de Freguesia do Laranjeiro - Sábado, 15, às 15h, no Portão Verde Futebol Clube.

AMADORA

Plenário geral de militantes e amigos em empresas e outros locais de trabalho da Amadora: dia 13, 18h, CT. Plenário de militantes de Falagueira/Venda Nova: dia 14, 20h30, na sala da JF.

CANTANHEDE

Reunião da Com. Concelhia: dia 14, 21h30, casa Cam. Taraio (em Ançã).

CHAVES

Assembleia geral de militantes para discussão das Eleições Autárquicas: dia 14, 21h30, CT Chaves.

LISBOA

1ª Assembleia da Célula da Portugal Telecom - Sábado, dia 15, às 10h30, no CT da Av. Duque de Loulé, com a participação de António Andrez. 3ª Assembleia da Organização do Sector de Serviços da Cidade de Lisboa - Dia 15, 15h, CT Vitória. Ajuda - Plen. de militantes da Freg. e residentes organizados em Sectores Profissionais: dia 15, 15h30, com Carlos Grilo, antecedido de almoço.

LOURES

II Assembleia da Org. de Freguesia de Apeiação: dia 15, 15h, Centro de Dia dos Reformados, com Fernanda Mateus.

7ª Assembleia da célula do PCP no Município de Loures: dia 15, Cinema dos B.V. Loures, com Agostinho Lopes.

Caneças: dia 14, 21h30, CT do PCP.

MANTEIGAS

Reunião da Organização concelhia: dia 13, 21h, com João Abreu.

PORTO

Assembleias para debate e eleição de delegados à 4ª Assembleia da OR do Porto: em Baião (dia 16); Maia (dia 14, 21h30, CT de Vermoim); Matosinhos (organizações de Custóias, Leça do Balio, S. Mamede Infesta, Sra. da Hora, Empresas de Matosinhos: dia 15, 15h, Esc. Sec. Padrão da Légua, com Emídio Ribeiro); Valongo (dia 15, 18h, JF Valongo), Vila do Conde (dia 14, 21h30, CT, com Valdemar Madureira); Porto / Sector Empresas: (dia 15, 9h30, CT Boavista); Organ. Função Pública (dia 13, 18h, CT Boavista); Sector Intelectual (dia 17, 21h30, CT Boavista).

SINTRA

Montelavar - Plenário mensal de militantes: dia 15, 21h30, CT local. Queluz - Reunião da Com. de Freguesia do PCP: dia 13, 21h30, CT Queluz.

SETÚBAL

Reunião Distrital de Quadros sobre "As questões dos Imigrantes e o combate ao Racismo e Xenofobia": dia 15, das 15 às 19h, no CT do Seixal.

Tempo de Antena do PCP

dia 17

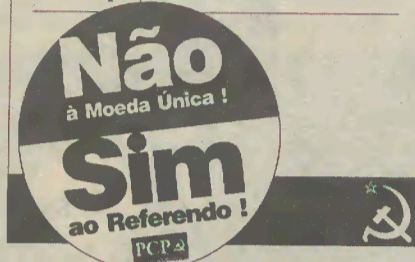
(2ª feira)

RTP-1

Após o Telejornal das 20.00 h

RDP-Antena 1

Após o Noticiário das 13.00 h



76º aniversário do PCP Convívios comemorativos

Alenquer - Almoço - Dia 15, 13h, na Romeira, com Octávio Pato. Algueirão/Mem Martins - Almoço - Dia 23, 13h, CT Algueirão (Inscr.: tel. 9214498). Almada - Almoço - Dia 16, CT Alberto Araújo. Almeida/Pinhel - Almoço - Dia 15, 13h, Rest. O Carricho, com Armando Morais. Almeirim - Jantar - Dia 14, 20h30, Salão do Moinho de Vento, com José Casanova. Anadia/Mealhada - Jantar - Dia 15, 20h, Rest. Chicote (Vilarinho do Bairro), com Vasco Paiva. Baião - Almoço - Dia 16, 13h, Rest. O Cruzeiro, com João Fonseca. Braga - Convívio no Monte da Consolação, Nogueiró - Dia 16, a partir das 12h. Bragança - Lanche e convívio musical - Dia 16, 16h, CT do PCP, com Mário Costa. Carcavelos - Almoço, seguido de visita à freguesia - Dia 15, 13h, no CT, com Carlos Rabagal, candidato à CM. Chaves - Almoço - Dia 16, 13h, Rest. Chave D'Ouro, com António Lopes. Couço - Almoço - Dia 15, 13h, CT do PCP, com José Casanova. Covilhã - Almoço - Dia 16, no Grupo Desportivo da Mata, com Aurélio Santos. Cuba - Almoço - Dia 15, 13h, Rest. O Lucas, com Luís Sá. Espinho - Jantar - Dia 15, 20h, Rest. Cristal, com A. Salavessa. Famalicão - Jantar - Dia 15, 20h, CT do PCP. Feijó - Almoço - Dia 16, Clube Recreativo do Feijó. Felgueiras - Jantar - Dia 15, 20h, Esc. Prep. de Felgueiras. Gouveia - Sessão e lanche-convívio - Dia 15, 14h30, CT de Gouveia, com Aurélio Santos. Guarda - Almoço - Dia 16, 13h, Rest. da pensão Aliança, com Domingos Abrantes. Lisboa - Almoço - Almoço - Dia 16, 13h, CT Vitória, com Odete Santos (Inscr.: tel. 3562715/Lurdes Correia). Lisboa/Célula da CML - jantar - Dia 21, 20h, CT Vitória, com Domingos Abrantes (Inscr. até 19/3). Lisboa/Sector Empresas - Jantar - Dia 14, 20h, CT Duque de Loulé. Matosinhos - Convívio - Dia 15, 17h, Esc. Sec. do Padrão da Légua, com Emídio Ribeiro. Moita - Almoço - Dia 15, 21h30, CT do PCP. Ovar - Jantar - Dia 15, 20h, Rest. A Toca, com Francisco Lopes. Pontinha - Convívio - Dia 15, Esc. nº 2, Bairro Falcão, com o grupo musical "3 de Abril". Porto Salvo - Debate Convívio - Dia 16, 15h30, CT local do PCP, com Carlos Grilo. Sacavém - Convívio/Noite de Fados - Dia 15, 21h30, CT do PCP, com "FADO DE ABRIL". S. João da Madeira/Arouca/Oliveira de Azemeis/Vale de Cambra - Jantar - Dia 15, 20h, Rest. Monte Peão, S. João da Madeira, com José Casanova. Seia - Almoço - Dia 16, 13h, CT de Seia, com Manuela Silva. Tortsendo - Almoço - Dia 15, Escola EB 2-3, com Aurélio Santos. Vendas de Azeitão - Almoço - Dia 16, 13h, no G.M.U.P., com Jerónimo de Sousa. Sintra/Sector Empresas - Almoço - Dia 15, 13h, CT de Rio de Mouro. Valongo - Jantar - Dia 15, 20h, Rest. Regional Valonguense. Vila Franca de Xira (Sectores Saúde da ORL/Saúde Vila Franca) - Jantar - Dia 14, 20h, CT A-dos-Loucos, com C. Aboim Inglez.

Em ALMADA

Complexo Municipal dos Desportos
Dia 15 a partir das 10h
2º Congresso Nacional do MURPI

Carlos Carolhas

em PORTEL e BEJA

Dia 16

12h30 - Inauguração do novo Centro de Trabalho do PCP e apresentação pública dos candidatos da CDU à CM e AM

13h00 - Almoço de Aniv. do PCP no Pavilhão da CM em Portel

16h30 - Visita à Ovibeja / Feira do Alentejo 1997, em Beja

19h30 - Jantar de Aniv. do PCP nos Bomb. Voluntários de Beja

Carlos Carolhas

em VILA FRANCA DE XIRA com a CDU

Dia 18, 3ª-feira

em visita de informação sobre problemas e realidades locais

- às 10h: recepção no Lg. da CM

- 11h: visita às piscinnas de Alverca

- 12h: visita ao Palácio e Parque Urbano da Quinta da Piedade (Póvoa de Sta. Iria)

- 12h40: visita às piscinas da Póvoa de Sta. Iria

ESPINHO

III Assembleia da Organização Concelhia

Sábado, 15, às 16 horas, no CT local,
com a participação de Francisco Lopes



LISBOA

4ª Assembleia da Zona Oriental de Lisboa

Sábado, 15, 14h30, JF de S. João, com Octávio Teixeira



Reunião dos naturais de Ourém e Ferreira do Zêzere residentes na zona de Lisboa

Dia 20 às 19h, no CT Vitória, com Francisco Lancinha

SETÚBAL

Apresentação da candidatura CDU

aos órgãos autárquicos da cidade de Setúbal:

Rest. "O Quintal",
quarta-feira, 19, às 20h,
com a participação de
Carlos Carolhas

ALMADA - "CDU presta contas" - nas freguesias de Feijó, Laranjeiro, Monte da Caparica e Trafaria dia 15; dia 16 na Charneca e Costa da Caparica. AMADORA - Visita de candidatos e eleitos da CDU: dia 14 às 10h à Igreja e Esquadra da Reboleira; dia 15 às freguesia da Falagueira; dia 15 às 9h30 ao

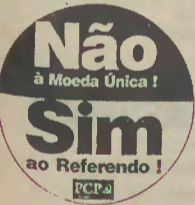
Mercado da Damaia, às 15h aos Reformados e às 16h aos "Metralhas". Almoço de apresentação dos candidatos à freguesia da Mina: dia 15 às 13h no Ref. dos Moinhos da Funcheira; apresentação dos candidatos à freguesia da Reboleira: dia 15, às 15h30, Pq. Armando Romão. MATOSINHOS - Visita de informação do

candidato da CDU à CM Matosinhos, José Cavalheiro, ao Bairro da Guarda, em Perafita: dia 15, a partir das 10h30. OEIRAS - Encontro-debate sobre a Saúde no concelho de Oeiras, com a participação de Dr. Arnaldo Pereira, candidato à presidência da CM e de outros candidatos e eleitos da CDU no concelho, de Bernardino Soares (deputado do



PCP) e do Professor Rui Pinhão, especialista em questões de saúde: dia 15 às 15h, no salão Nobre da AM (Moinho das Antas); visita da CDU ao Bº da Pedreira dos Húngaros, Linda-a-Velha: dia 15, 10h30, junto à Ass. Bento Gonçalves. PORTALEGRE - Encontro Distrital de Eleitos e Activistas: dia 6, a partir das 10h30, no Hotel Sor (Ponte de Sor) com a participação de Luís Sá. SINTRA - Juventude CDU -

Visita de trabalho ao concelho de Sintra, com a participação dos vereadores da CDU na CM: dia 15 Autocarro com partida às 10h junto ao gradeamento da E.S. Ferreira Dias. Almoço no Parque da Liberdade, em Sintra. Sessão-debate sobre questões locais em Agualva-Cacém: dia 14, 21h30, Salão da JF local. V. N. FAMALICÃO - Apresentação do candidato CDU à Ass. Municipal: dia 14, às 18h, na sede local da CDU.



Recolha pública de assinaturas pelo referendo sobre a moeda única:

Terça-feira, 18, às 17h, na R. Augusta em Lisboa com a participação do Secretário-geral do PCP Carlos Carolhas

Alcácer do Sal

Sessão pública com a participação de Joaquim Miranda na Biblioteca Municipal, dia 14 às 21h

Falando de música...
...e de música de intervenção

com Ruben de Carvalho no CT da Boavista - dia 14 às 21h30

Noite livre

no CT de Matosinhos - dia 15 às 21h30

Serões no Vitória

Ciclo de Debates "Ensino da Literatura"

Promovido pelo Sector de Cultura Literária do Sector Intelectual de Lisboa do PCP

Dia 19 às 21h30, com a participação dos Professores Teresa Almeida, João de Melo, Manuel Gusmão, Urbano Tavares Rodrigues.



TELEVISÃO



Mahler (a Sinfonia N.º 1, "Titan") sob a direcção de Bernstein, da série de gravações históricas feitas pelo maestro com a Filarmónica de Viena: sábado na RTP2

Quinta, 13

RTP 1

09.00 Notícias
09.10 Infantil
10.15 Tudo em Cima
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Em Jogo
13.55 Carmen
14.50 O Campeão
15.50 Seleção RTP
16.30 Emoções Fortes
17.00 Notícias
17.15 Canal Aberto
18.05 100% Natural
19.00 País País
19.40 País Regiões
20.00 Telegiornal
20.50 Enviado Especial
21.25 Vidas de Sal
22.45 Imparáveis
23.20 Polícias
00.20 24 Horas
00.50 RTP/Financial Times
01.05 Automobiliismo (Mundial de Ralis)
01.35 Olho Vivo
02.05 Bom Bordo

RTP 2

16.00 Informação Gestual
16.50 Euronews
17.15 Infantil
19.20 Reviver o Passado em Brideshead
21.15 Remate
21.30 Olhar Amargo
22.00 Jornal 2
22.35 Acontece
22.50 Com Elas Todo o Cuidado é Pouco (de Luigi Zampa, It./1978, com Laura Antonelli, Ursula Andress, Sylvia Kristel, Monica Vitti. Comédia / «Sketches»)
0.55 Falatório

SIC

10.10 Buêré
11.50 As Receitas do Dia
12.15 Tocaia Grande
13.00 Primeiro Jornal
13.40 O Juiz Decide
14.00 Os Donos do Jogo
14.30 Portugal Radical
14.40 Jô Soares
15.30 Buêré
18.00 De Corpo e Alma
19.00 Anjo de Mim
20.00 Jornal da Noite
20.55 As Aventuras de Camilo
21.25 O Rei do Gado
22.25 Casos de Polícia
23.30 Viva a Liberdade
00.35 Último Jornal
00.55 Vida de Casal
01.55 Portugal Radical
02.15 Vibrações

TVI

12.00 Animação
13.30 TVI Jornal
14.00 Laços de Amor
14.50 Quase Modelo, Quase Detective
15.45 Rio Selvagem
16.35 Cousteau - As Novas Descobertas
17.30 Trapos & C.º
18.10 Mãe Moderna
18.30 Os Caloiros
19.00 7 Ponto 15
19.30 TVI Jornal
20.15 Xica da Silva
21.05 Melrose Place
22.00 Os Olhos da Morte (de Gary Sherman, EUA/1991, com Bruce Boxleitner, Laura Johnson, Robert Culp. Telefilme / Policial)
23.45 TVI Jornal
00.20 A Balada de Hill Street

Sexta, 14

RTP 1

09.00 Notícias
09.10 Infantil
10.15 Tudo em Cima
11.00 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Em Jogo
13.55 Olho Clínico
14.30 Carmen
15.10 O Campeão
16.00 Os Principais
17.00 Notícias
17.15 Canal Aberto
18.05 100% Natural
19.00 País País
19.40 País Regiões
20.00 Telegiornal
20.50 Vidas de Sal
22.10 Dormindo com o Inimigo (de Joseph Ruben, EUA/1990, com Julia Roberts, Patrick Bergin, Kevin Anderson, Elizabeth Lawrence. Ver Destaque)
00.05 24 Horas
00.45 Magazine
01.15 Mesa à Portuguesa
01.45 A Guarda-Costas (de Richard W. Munchkin, EUA/1994, com Cynthia Rothrock, Daniel Vicar, Lydie Denier. «Thriller»)

RTP 2

16.00 Informação Gestual
16.40 Euronews
17.15 Infantil
19.30 Encontros Imediatos
20.00 Colditz
21.00 RTP/Financial Times
21.15 Remate
21.30 Carolina na Cidade
22.00 Jornal 2
22.35 Acontece
22.50 O Monstro (de Robert Benigni, It.-Fr./1994, com Roberto Benigni, Nicoletta Braschi, Michel Blanc, Dominique Lavanant, Jean-Claude Brialy. Ver Destaque)
00.30 Falatório
01.30 Rumo ao Sul

SIC

10.10 Buêré
11.50 As Receitas do Dia
12.15 Tocaia Grande
13.00 O Juiz Decide
13.00 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.00 Os Donos do Jogo
14.30 Portugal Radical
14.40 Vida de Casal
15.30 Buêré
18.00 De Corpo e Alma
19.00 Anjo de Mim
20.00 Jornal da Noite
20.45 Maluco do Riso
21.15 O Rei do Gado
22.15 Confissões
23.20 Os Donos da Bola
01.30 Último Jornal
01.50 O Ressuscitado
03.00 Vibrações

TVI

12.00 Animação
13.30 TVI Jornal
14.00 Laços de Amor
14.50 Quase Modelo, Quase Detective
15.45 Rio Selvagem
16.35 Cousteau - As Novas Descobertas
17.30 Trapos & C.º
18.10 Mãe Moderna
18.30 Os Caloiros
19.00 7 Ponto 15
19.30 TVI Jornal
20.15 Xica da Silva
21.10 Melrose Place
22.00 Ficheiros Secretos
00.35 TVI Jornal
01.10 A Balada de Hill Street

Sábado, 15

RTP 1

08.00 Sempre a Abrir
11.55 Cybermaster
12.25 Hollywood Pets
13.00 Jornal da Tarde
13.35 Top +
14.40 Amores e Rebelia
15.40 Jornal Jovem
16.15 2001
16.40 Festival RTP da Canção (Compacto)
18.15 Super Bébés
18.50 Há Horas Felizes
20.00 Telegiornal
21.00 Contra Informação (Compacto)
21.15 Futebol: Porto-Sporting
23.25 Serviço de Urgência
00.20 24 Horas
00.55 Tratado de Traição (de James Beckett, EUA/1994, com Linda Purl, Cary-Hirokyu Tagawa, Will Patton. «Thriller» / Espionagem)
02.30 Quando o Amor é Mais Forte (de Chris Thomson, EUA/1991, com Veronica Hamel, Lindsay Frost, Robert Desiderio. Ver Destaque)

RTP 2

09.00 Universidade Aberta
12.00 Oeste Selvagem
13.00 Spray
13.30 Mesa à Portuguesa
14.00 Parlamento
15.00 Desporto 2
18.00 Sinais do Tempo
19.00 Onda Curta: «Pas de Deux» (de Olivier Gérard, Co-Prod./1990, com Adam Kamien, Magdalena Wojcik, Claire Bloom. Curta-Metragem)



“Reviver o Passado em Brideshead”, que deu a conhecer ao grande público, através da televisão, o talento de Jeremy Irons, volta agora à RTP

19.30 Dinheiro Vivo
20.05 Foyer - «O Século do Cinema» (IX)
21.00 Semana ao Sábado
22.00 O Lugar da História
23.00 Deus Sabe Quanto Amei (de Vincent Minnelli, EUA/1959, com Frank Sinatra, Dean Martin, Shirley MacLaine, Martha Hyer, Arthur Kennedy. Ver Destaque)
01.35 Dirigindo Malher (Bernstein dirige a Sinfonia n.º 1)

SIC

08.30 Buêré
12.00 O Nosso Mundo
13.00 Primeiro Jornal
13.40 Tostões e Milhões
14.10 Cuidado com as Aparências
14.30 Shogun
15.20 Hércules
16.05 Raven
17.05 Rangoon (de John Boorman, EUA/1995, com Patricia Arquette, U Aung Ko, Frances McDormand, Spalding Gray. Ver Destaque)
19.00 Walker
20.00 Jornal da Noite
20.45 Clube VIP
21.20 Salsa e Merengue
22.20 Big Show Sic
01.45 Último Jornal
02.05 Marilyn e Bobby (de Bradford May, EUA/1993, com Melody Anderson, James Kelly. Telefilme / Dramático.)

TVI

09.30 Animação
11.30 Novos Ventos
12.00 Notícias
12.40 Cousteau: Os Grandes Rios
13.40 Contra-Ataque
15.10 Guerreiro do Tempo
16.50 Animação
17.10 Top of The Pops
18.10 Cybernet
18.40 Lar, Louco Lar
19.25 Futebol
21.20 Telegiornal
22.00 Xica da Silva (Compacto)
23.15 Fitzcarraldo (de Werner Herzog, EUA/1982, com Klaus Kinski, Claudia Cardinale, José Lewgoy, Angel Fuentes. Ver Destaque)
02.15 Notícias

Domingo, 16

RTP 1

08.00 Sempre a Abrir
12.00 Sem Limites
12.30 Repórteres da Terra
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Made in Portugal
14.45 Alta Voltagem
15.15 86-60-86
15.55 As Aventuras de Tarzan
16.50 Ilusões
18.05 O Regresso dos Marretas
18.35 Golos
18.40 Casa Cheia
19.20 Jet 7
20.00 Telegiornal
20.50 Os Principais
21.50 Vidas de Sal
23.30 Domingo Desportivo
01.30 24 Horas
02.05 Magacione
02.35 Máquinas

RTP 2

09.00 Caminhos
09.30 Novos Horizontes
10.00 70 x 7
10.30 Missa
11.20 Ciência e Tecnologia
12.10 Máquinas
12.45 Os 100 Melhores Vídeos
13.15 Desporto 2
17.35 O Crime da Aldeia Velha (de Manuel Guimarães, Port./1964, com Barbara Laage, Rogério Paulo, Mário Pereira, Maria Olguim, Glicínia Quartim. Ver Destaque)
19.30 Bom Bordo
20.05 Artes e Letras - «Cisnes Selvagens»
21.00 Charlie
22.00 Horizontes da Memória
22.30 Bailado: «Mayerling»

00.45 Vidas do Século: «Anne Frank Remembered» (I)

SIC

08.30 Buêré
12.00 BBC - Vida Selvagem
13.00 Primeiro Jornal
13.10 Internacional SIC
14.10 Shogun
15.00 Hércules
15.50 A Balada de Nova Iorque
16.40 Os Imortais
17.50 Um Príncipe na América (de John Landis, EUA/1988, com Eddie Murphy, Arsenio Hall, James Earl Jones. Ver Destaque)
20.00 Jornal da Noite
20.40 Chuva de Estrelas
21.40 Salsa e Merengue
22.50 Sob Suspeita (de Peter Yates, EUA/1987, com Cher, Dennis Quaid, Liam Neeson, John Mahoney, Joe Mantegna, Philip Bosco. Ver Destaque)
01.05 Último Jornal
01.25 Jô Soares
02.25 Portugal Radical

TVI

08.30 Animação
11.00 Angelus
11.10 Missa
12.30 O 8.º Dia
13.00 Notícias
13.20 Portugal Português
14.30 Cousteau: Os Grandes Rios
15.30 Ernesto Ataca de Novo (de John Cherry, EUA/1993, com Jim Varney, Ron K. James, Duke Ernsberger. Comédia)
17.25 O Céu Como Horizonte
18.20 O Detective das Mil Caras
19.30 Futebol: Parma-Inter
21.20 Telegiornal
22.00 Profiler
23.00 O Monte dos Vendavais (de William Wyler, EUA/1939, com Merle Oberon, Laurence Olivier, David Niven, Flora Robson, Geraldine Fitzgerald, Donald Crisp, Hugh Williams. Ver Destaque)
01.00 Notícias

TVI

12.00 Animação
13.30 TVI Jornal
14.00 Laços de Amor
14.50 Quase Modelo, Quase Detective
15.45 Rio Selvagem
16.35 Cousteau - As Novas Descobertas
17.30 Trapos & C.º
18.10 Mãe Moderna
18.30 Os Caloiros
19.00 7 Ponto 15
19.30 TVI Jornal
20.15 Xica da Silva
21.10 Em Resumo (Desporto)
21.50 Os Mistérios de Bill Cosby
22.45 PSI Factor
23.40 TVI Jornal
00.10 A Balada de Hill Street



A vida de Anne Frank e da sua família, reconstituída num documentário a passar na RTP2, neste e no próximo domingo

Segunda, 17

RTP 1

09.00 Notícias
09.10 Infantil
10.20 Tudo em Cima
11.00 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Em Jogo
13.55 Carmen
14.35 O Campeão
15.30 Seleção RTP
16.00 Os Polícias
17.00 Notícias
17.15 Canal Aberto
18.10 100% Natural
19.00 País País
20.00 Telegiornal
21.00 Isto... só Vídeo
21.25 Vidas de Sal
22.50 Leon, o Profissional (de Luc Besson, Fr.-USA/1990, com Jean Reno, Gary Oldman, Natalie Portman, Danny Ayello. «Thriller» / Policial)
00.50 24 Horas
01.20 RTP/Financial Times
01.35 Grandes Nomes

RTP 2

16.00 Informação Gestual
16.45 Infantil
18.55 Universidade Aberta
19.35 Encontros Imediatos
20.05 O Agente Secreto
21.15 Remate
21.30 Murphy Brown
22.00 Jornal 2
22.35 Acontece
22.50 Floresta Petrificada (de Archie Mayo, EUA/1936, com Leslie Howard, Bette Davis, Genevieve Tobin, Dick Foran, Humphrey Bogart, Joseph Sawyer. Ver Destaque)
00.20 Falatório

SIC

10.10 Buêré
11.50 As Receitas do Dia
12.15 Tocaia Grande
13.00 O Juiz Decide
13.00 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.00 Os Donos do Jogo
14.30 Portugal Radical
14.40 Portugal Radical
14.55 Conversas Secretas
16.00 Buêré
18.00 De Corpo e Alma
19.00 Anjo de Mim
20.00 Jornal da Noite
20.55 O Rei do Gado
21.55 Ponto de Encontro
22.55 O Beijo da Morte (de Barbet Schroeder, EUA/1995, com David Caruso, Nicolas Cage, Helen Hunt, Kathrynne Herb. Policial)
00.55 Último Jornal
01.15 Conversas Secretas
02.25 Vibrações

TVI

12.00 Animação
13.30 TVI Jornal
14.00 Laços de Amor
14.50 Quase Modelo, Quase Detective
15.45 Rio Selvagem
16.35 Cousteau - As Novas Descobertas
17.30 Trapos & C.º
18.10 Mãe Moderna
18.30 Os Caloiros
19.00 7 Ponto 15
19.30 TVI Jornal
20.15 Xica da Silva
21.10 Em Resumo (Desporto)
21.50 Os Mistérios de Bill Cosby
22.45 PSI Factor
23.40 TVI Jornal
00.10 A Balada de Hill Street

Terça, 18

RTP 1

09.00 Notícias
09.10 Infantil
10.15 Tudo em Cima
11.00 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Em Jogo
13.55 Carmen
14.25 O Campeão
15.20 Seleção RTP
16.20 Jet 7
17.00 Notícias
17.15 Canal Aberto
18.05 100% Natural
19.00 País País
20.00 Telegiornal
20.45 Vidas de Sal
21.45 Nós, os Ricos
22.20 De Par em Par
22.15 Maria Elisa
01.00 24 Horas -
01.30 RTP/Financial Times
01.45 Horizontes da Memória

RTP 2

16.00 Informação Gestual
17.00 Infantil
19.00 Rotações
19.35 Encontros Imediatos
20.05 O Santo
21.15 Remate
21.30 Será Legal?
22.00 Jornal 2
22.35 Acontece
22.40 Jezebel, a Insubmissa (de William Wyler, EUA/1938, com Betty Davis, Henry Fonda, George Brent, Margaret Lindsay, Richard Cromwell. Ver Destaque)
00.40 Falatório

SIC

10.10 Buêré
11.50 As Receitas do Dia
12.15 Tocaia Grande
12.30 O Juiz Decide
13.00 Primeiro Jornal
13.40 O Juiz Decide
14.00 Os Donos do Jogo
14.40 Portugal Radical
14.55 Conversas Secretas
16.00 Buêré
18.00 De Corpo e Alma
19.00 Anjo de Mim
20.00 Jornal da Noite
20.40 O Rei do Gado
21.45 Guinness
23.15 Esta Semana
00.20 Último Jornal
00.40 Escrita em Dia
01.50 Vibrações

TVI

12.00 Animação
13.30 TVI Jornal
14.00 Laços de Amor
14.50 Quase Modelo, Quase Detective
15.45 Rio Selvagem
16.35 Cousteau - As Novas Descobertas
17.30 Trapos & C.º
18.10 Os Caloiros
19.00 7 Ponto 15
19.30 TVI Jornal
20.15 Xica da Silva
21.10 Pontos nos ii
22.00 Medo Dentro de Casa (de Robert Iscove, EUA/1990, com Lindsay Wagner, Michael Nouri, Georgann Johnson. Telefilme Dramático)
23.50 TVI Jornal
00.20 A Balada de Hill Street

Quarta, 19

RTP 1

09.00 Notícias
09.10 Infantil
10.15 Tudo em Cima
11.00 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Em Jogo
13.55 Carmen
14.30 O Campeão
15.25 Seleção RTP
16.25 Nós, os Ricos
17.00 Notícias
17.15 Canal Aberto
18.05 100% Natural
18.40 País País
19.10 Futebol: Porto-Manchester
21.25 Telegiornal
22.20 Vidas de Sal
23.15 A Mulher do Sr. Ministro
01.00 24 Horas
01.45 Crime Violento

RTP 2

16.00 Informação Gestual
16.40 Euronews
17.15 Infantil
19.35 Encontros Imediatos
20.00 Shaka Zulu
21.15 Remate
21.30 Os Simpsons
22.00 Jornal 2
22.30 Acontece
22.50 Vitória Negra (de Edmund Goulding, EUA/1939, com Bette Davis, George Brent, Humphrey Bogart, Geraldine Fitzgerald, Ronald Reagan. Ver Destaque)
00.10 Falatório

SIC

10.10 Buêré
11.50 As Receitas do Dia
12.15 Tocaia Grande
13.00 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.00 Os Donos do Jogo
14.40 Portugal Radical
14.55 Escrita em Dia
16.00 Buêré
18.00 De Corpo e Alma
19.00 Anjo de Mim
20.00 Jornal da Noite
20.30 O Rei do Gado
22.30 A Noite da Má-Língua
00.30 Último Jornal
00.55 Toda a Verdade
02.15 Vibrações

TVI

10.00 Animação
13.30 TVI Jornal
14.00 Laços de Amor
14.50 Quase Modelo, Quase Detective
15.45 Rio Selvagem
16.35 Cousteau - As Novas Descobertas
17.30 Trapos & C.º
18.10 Os Julgamentos de Rosie O' Neill
19.00 7 Ponto 15
19.30 TVI Jornal
20.15 Xica da Silva
21.10 Melrose Place
22.00 Cristóvão Colombo: A Descoberta (de John Glen, EUA/Esp./1992, com George C. Scuff, Tom Selleck, Marlon Brando, Rachel Ward. Histórico)
00.10 TVI Jornal
00.45 A Balada de Hill Street

TELEVISÃO

Por isto e por aquilo...

Dormindo com o Inimigo

(Sexta, 22.10, RTP2)

Julia Roberts e Patrick Bergin são duas das mais famosas vedetas do cinema americano dos anos 90. E, neste filme, realizado já em 91 por Joseph Ruben (realizador fortemente inclinado para as personagens de criminosos psicopatas), a actriz foi substituída por Kim Basinger, a quem estava inicialmente destinado o papel de uma mulher que vive o drama de «procurar fugir do domínio de um marido paranóico». Com minutos de um suspense insuportável - às vezes constituindo pura exibição de violência física e psicológica - que acabam num final inesperado.

O Monstro

(Sexta, 22.50, RTP2)

Realizado por Roberto Benigni, um dos actores, argumentistas e realizadores italianos mais destacados dos anos 80 - e com destacadas participações em experiências cinematográficas fora do seu país, incluindo os EUA - este filme é o exemplo acabado da actual renovação da *comédia italiana*, género que foi objecto de um ciclo da RTP2 que hoje termina. E conta-nos a história das desventuras de um inofensivo marginal que é confundido com um *serial killer* de mulheres! Diz-se que o filme é hilariante. A descobrir.

Rangoon

(Sábado, 17.05, SIC)

Uma turista americana que procura ultrapassar diversos problemas de carácter emocional encontra-se de visita à Birmânia no âmbito de umas férias mas envolve-se emocionalmente com um ex-professor universitário que se vê forçado a fugir para a fronteira da Tailândia por motivos políticos. Realizado por John Boorman, este filme faz-nos acompanhar a tomada de consciência de uma cidadã americana que testemunha acontecimentos terríveis relacionados com a ditadura vigente naquele país. Um filme irregular (sobretudo, ao que se diz, pela desadequada distribuição a Patricia Arquette do papel feminino principal) mas politicamente empenhado.

Deus Sabe Quanto Amei

(Sábado, 23.00, RTP2)

«A música de Elmer Berns-

tein já o anuncia desde o género: trata-se de um drama. A intriga poderá ocasionalmente tomar o tom de comédia, mas ela terminará mal. Há essa saga do álcool, que liga o escritor ao jogador de poker, essas mulheres que se desejam porque pertencem à high society e as outras que são sujeitas à humilhação para se lhes não agradecer a terna fidelidade. Há (à) essa fronteira tênue entre o sonho e a realidade, o mal que se faz a si próprio porque não se pode fazer aos outros, as dúvidas, a fascinação pelo abismo, as rixas e a morte programada do amigo-que-nunca-tira-o-chapéu. Há, sobretudo, essa personagem de prostituta de enorme coração, capaz de se elevar acima da mediania pela magia da encenação, pela virtude das esplendorosas cores da noite. Ela torna-se pouco a pouco a personagem central; e o seu amor canino, ascende involuntária de quem não sabe exprimir o seu amor, porque um verdadeiro amor é inexprimível, acaba por vencer a mais feroz das resistências. É difícil ver Deus Sabe Quanto Amei sem ser comovido até às lágrimas.» Tal como seria difícil escrever qualquer coisa de mais definitivo que



Bette Davis e George Brent, em «Jezebel, A Insubmissa», de William Wyler

não fosse este texto de Alain Paucard, a propósito da obra-prima de Vincent Minnelli. Com Shirley MacLaine, Frank Sinatra, Dean Martin, Martha Hyer e Arthur Kennedy. A não perder.

Fitzcarraldo

(Sábado, 23.20, TVI)

Um engenheiro megalómano - Brian Fitzgerald dito Fitzcarraldo - apaixonado pela ópera, tem a ideia de construir em plena Amazônia um teatro dedicado ao *belcanto* onde pudesse ter o grande Caruso a cantar Verdi, e, para tal, mete-se em complexos negócios que pudessem ajudar a erguer o seu sonho impossível. Mas tudo lhe corre mal e as suas ambições ficam por terra... Tal como quase tudo correu mal a Werner Herzog - o realizador do filme - que teve inúmeras dificuldades em terminar este seu desmesurado projecto, também ele de certo modo megalómano e sobretudo prejudicado por notórias deficiências de montagem e pelas desgraçadas dobragens, mas que tem o fascínio das grandes aventuras, com o fabuloso Klaus

Kinski brilhando no protagonista principal.

O Crime da Aldeia Velha

(Domingo, 17.35, RTP2)

Baseado na obra homónima de Bernardo Santareno, o Crime da Aldeia Velha conta-nos a história de uma tragédia que se passou em Aldeia Velha no princípio do século quando a população decide imolar pelo fogo uma mulher que se julgava possuída pelo demónio e seria causadora de todos os males que afligiam a pequena comunidade. Um filme com alguma força dramática e plástica, encenado por Manuel Guimarães, um realizador que privilegiou a adaptação de grandes representantes do *neo-realismo* literário e ao qual um então jovem produtor do cinema novo português - António Cunha Telles - justamente foi proporcionar um merecido incentivo para filmar.

Um Príncipe em Nova Iorque

(Domingo, 17.50, SIC)

O jovem príncipe de uma família real africana vem até aos EUA para tentar arranjar uma esposa. Uma comédia «à maneira antiga», encenada com algum humor e com a desenvoltura que a indústria proporciona por John Landis e com Eddie Murphy numa personagem algo diferente do habitual, embora sem esquecer os inevitáveis *gags* em que é acompanhado por Arsenio Hall e James Earl Jones - ou seja, um «pacote» de alguns dos mais sonantes nomes afro-americanos do espectáculo e do cinema dos EUA. Mas filme está longe de ser novidade (tantas vezes já foi transmitido no pequeno *écran*) e a sua visão repetida parece deixar progressivamente a descoberto algumas graçolas de pendor racista...

Sob Suspeita

(Domingo, 22.50, SIC)

Não pode dizer-se que o argumento do filme seja absolutamente credível ou sequer convincente. Mas o facto é que o seu realizador, o veterano Peter Yates, sabe manejar competentemente os mecanismos do «thriller» policial a ponto de ser crescentemente interessante de seguir a evolução desta história vivida por uma delegada do ministério público a quem é atribuída a tarefa de defender um ex-combatente da Guerra do Vietname acusado de duas histórias paralelas de crime, empresa em que é, entretanto, ajudada por um dos jurados e descobre uma trama que a levará até às mais altas instâncias do poder... Um filme em que o destaque negativo vai para a menos feliz escolha de Cher para um papel que lhe é desajustado.

O Monte dos Vendavais

(Domingo, 23.00, TVI)

Aqui, estamos perante um filme que foi o principal despoletador do interesse pelo romance em que se baseou - a história homónima de Emily Bronte. Um drama de amor desenvolvido à volta de dois jovens, Cathy e Heathcliff, educados em conjunto desde a sua juventude, mas que as circunstâncias separam: Cathy é obrigada a casar com Edgar Linton, um verdadeiro *gentleman*, e Heathcliff, que entretanto enriquecera, contrai também matrimónio. Mas o verdadeiro amor é mais forte: os dois voltam a encontrar-se, para Cathy acabar por morrer nos braços do homem que sempre amara. Duas interpretações excepcionais de Merle Oberon e de Lawrence Olivier que superam, em loucura e romantismo, a encenação apenas perfeita mas (neste caso) sem chama de William Wyler. A não perder.

A Floresta Petrificada

(Segunda, 22.50, RTP2)

Um intelectual, Alan Squier, chega a uma estação de serviço em pleno deserto do Arizona e estabelece uma forte e imediata ligação com a empregada, Gabrielle, que é uma apaixonada pela poesia. Mas a estação de servi-



Uma imagem de «Fitzcarraldo», um filme de Werner Herzog

ço é também um local de refúgio de *gangsters*, entre os quais, o terrível Duke Mantee, que pretende atingir a fronteira com o México. Até que... Não contemos o resto da história, até porque, tratando-se ao que se julga de uma estreia na TV, vale a pena ver o filme sem qualquer pista à partida. Embora deva dizer-se que, como cinema, se trata de um trabalho absolutamente desajeitado dado que Archie Mayo, o realizador, manteve praticamente o tipo de cenário, marcação e movimentação dos intérpretes (que se ressentem disso) de uma forma eminentemente teatral, como se de um palco se tratasse, ou não fosse o filme uma adaptação da peça homónima escrita para a Broadway por Robert Sherwood. Com Bette Davis (em grande forma) e Leslie Howard e Humphrey Bogart a não conseguirem disfarçar os *tiques* teatrais...

Jezebel, A Insubmissa

(Terça, 22.50, RTP2)

Em Nova Orleães, em meados do século XIX, a jovem Jezebel provoca um escândalo ao aparecer num baile envergando um vestido vermelho - e não branco, como exigiriam as conveniências. Apaixonando-se por um *playboy*, a jovem acaba por casar com um rico banqueiro que é morto em duelo pelo seu irmão. Entretanto, uma epidemia é fatal para o primeiro amor de Jezebel e ela acaba por morrer a seu lado. Um filme admirável, com dois momentos de antologia como são a cena do baile e as sequências da epidemia. Bette Davis - aqui no segundo filme do ciclo que em boa hora lhe é dedicado pela RTP2 - tem uma interpretação que a colocaria definitivamente nos (merecidos) píncaros da fama. O filme tem ainda a recomendá-lo as excelentes interpretações de Henry Fonda e George Brent.

Vitória Negra

(Quarta, 22.50, RTP2)

Judith Travers leva uma vida em grande em Long Island mas é-lhe detectado um tumor cerebral ao qual é operada. Judith casa com o médico cirurgião, que se apaixonara por ela, já depois de saber que apenas lhe resta um ano de vida, que pretende aproveitar plenamente. Até que, aproximando-se a morte, se afasta do marido. Com uma interpretação fabulosa de Bette Davis, este *melodrama*, que se tornou um clássico do género, arrisca-se a ter envelhecido irremediavelmente. A descobrir.



Mais uma vez Bette Davis e George Brent, agora em «Vitória Negra», de Edmund Goulding

RTP, 40 anos

A Radiotevisão Portuguesa fez anos e as celebrações do aniversário tiveram, como é costume, o Festival da Canção como uma espécie de pérola da coroa de rainha pobre. Mas não apetece falar dele, do Festival. Houve tempos em que sim.

Primeiro, para rejeitar publicamente o que surgia como entronização do que era então qualquer coisa como a versão edulcorada e «soft» da actual música pimba. Mais tarde, porque até o Festival se tornou uma frente de resistência graças sobretudo à chegada de Ary dos Santos, mas não apenas dele. Por sinal, nem toda a gente percebeu isso desde logo, o que não é grave, porque não é obrigatório que toda a gente entenda tudo logo à primeira. Mais desagradável seria continuar a não perceber depois de, passados largos tempos, muita coisa se ter esclarecido; esperemos, naturalmente, que não aconteça. De qualquer modo, tudo isso passou, e ultimamente só por excepção o Festival tem sido apeteçível como tema de comentário, e ainda assim só por uma esporádica questão de relativo pormenor.

Por exemplo: quando, em 95, surgiu uma excelente canção de Nuno Gomes dos Santos e Ian Van Dijk, «Ainda é tempo», que passou relativamente despercebida. A regra geral, contudo, é um grande fastio a que gostosamente me rendo.

Ausentes também são história

Quanto aos aniversários propriamente ditos, o que desde sempre mais me impressionou foi a empenhada e irrestrita auto-estima com que a RTP tem vindo a referir-se, ano após ano, à sua biografia. É claro que se entende e aceita, em larga medida, esse apreço por si própria: se ela, a RTP, não o tiver, quem é que vai tê-lo? Porém, há que observar limites, e a questão é tão simples e tão grave como isto: ao longo dos seus primeiros dezassete anos de vida, que não são propriamente dezassete dias, a Radiotevisão Portuguesa foi cúmplice activa e empenhada de um regime político criminoso em vários planos. Lembrar isto não significa que os que então ali trabalhavam, ou sequer alguns deles, devam ser olhados como uma espécie de criminosos contra a humanidade, primeiros responsáveis por Peniches e Tarrafais, São Nicolaus e Wyriamus. Mas quando se assiste a que, como quase sempre tem acontecido, as linhas mais negras e sangrentas dessas dezassete páginas são completamente omitidas, substituídas pela enumeração de méritos reais ou supostos, pela espuma rala de factos

que se constituem em anedotário simpático, é inevitável pensar que, então sim, alguma coisa subsiste de uma antiga cumplicidade. Agora, porventura, mais grave porque já não é possível invocar o engano decorrente de janelas fechadas, de ignorâncias, de censuras. De onde a incomodidade sempre um pouco indignada que me toma, e decerto não apenas a mim, perante essas autobiografias expurgadas do que durante quase duas décadas foi, bem feitas as contas, o essencial da presença da TV no nosso país.

Este ano, ao que me pareceu, não foi tanto assim: embora ao de leve, quase apenas mediante alusões só para bom entendedor, foi referida a guerra colonial não só como suposta «missão patriótica» para defesa do alegado Portugal pluricontinental e multi-racial, como ainda hoje gostam de ouvir muitos dos que há trinta anos esbofeteavam o criado preto por dá-cá-aquela-palha quando não lhe faziam coisas bem piores, tendo sido também deixado entender que a guerra foi um ludíbrio feio em que a RTP colaborou. Quanto a colaboradores ilustres, a rubrica «RTP 40 Minutos» lembrou e homenageou Raul Machado, Nemésio, Villaret, David, e, entre os outros ainda vivos, Victorino d'Almeida e José Hermano Saraiva, esquecendo lamentavelmente (mas na verdade creio que não por mal) João de Freitas Branco. Porém, eu acho que da história dos 40 anos da RTP fazem parte não apenas as grandes figuras que por lá passaram mas também os que não estiveram lá porque lhes foi proibida a entrada. A título de exemplo, e de exemplo irrecusável, lembro apenas o nome de Aquilino Ribeiro, mas é claro que há muitos outros. Em casos destes, e neste concretamente, recordo sempre as palavras com que Carlos Oliveira registava em «O Aprendiz de Feiticeiro» este aspecto particular da repressão fascista sobre os escritores e artistas de esquerda: pelas proibições e interdições várias que os manietavam, eram espoliados até da sua própria biografia possível. A RTP contribuiu decisivamente para esse resultado, e tenho para mim como certo que esse dado não pode ser eliminado da sua história todos os anos recapitulada por esta altura e todos os anos omissa também quanto a isso.

Uma sinistra alquimia

Em todo o caso, parecem estar cheios de razão quantos afirmam que, perante as imagens e evocações que integraram «RTP 40 Anos», e confrontando-se com a actual realidade quotidiana, se fica à beira de concluir que a RTP do fascismo era em muitos aspectos mais interessante que a RTP democratizada (*ma non troppo*, como se sabe) de agora. A admissão desta hipótese apesar de tudo amarga é uma tentação que se

reforça, designadamente, quando assistimos às extremas dificuldades que a RTP exhibe em desvencilhar-se da teia de mediocridades ultrajantes em que se deixou enredar por força da concorrência com as estações que não só têm capitais públicos, o que é obviamente aceitável senão desejável, mas também não têm nem escrúpulos nem vergonha. Mas a situação explica-se: nas décadas de 60 e 70 ainda estava próximo o tempo em que era geralmente aceite, no mundo e, portanto entre nós, o projecto de uma Televisão socialmente útil, vocacionada para «informar, cultivar e distrair» como assumia a fórmula tríplice que se tornava lugar-comum e que foi agora recordada em «RTP 40 Minutos» (por Herman José, cuja boa prestação justifica a abertura deste parêntesis). Nesse tempo, a existência de uma TV empenhada na celerada alquimia da transformação da cretinização das teleplateias em ouro era, quando muito, uma realidade distante, situada lá longe, na selva negociada USA, e ainda assim sob denúncia e protesto de sociólogos locais. Assim, por cá a RTP seguia, ainda que com as extremas cautelas de quem pisa terrenos perigosíssimos, o modelo em princípio culturizante instalado, nomeadamente em Paris e em Londres. Era o tempo em que David Mourão-Ferreira, numa intervenção gravada em público, assinalava que na programação da RTP existiam como que ilhas de positivo valor cultural. Acrescentando, porém, que eram ilhas «rodeadas por um mar de ácido sulfúrico», aditamento este que os telespectadores nunca puderam ouvir, bem se adivinha porquê.

Agora é diferente: o que está a dar não é tanto o estar orgulhosamente só como o ser orgulhosamente ignorante. Porque, entre outras boas razões, cultura não dá dinheiro nem garante emprego, o que é verdade. Não é menos verdade, contudo, que o analfabetismo também não faz o mesmo milagre, e bem se pode dizer que desemprego e penúria são neste aspecto muito democráticos porque flagelam indiscriminadamente quem sabe alguma coisa e quem não tem interesse em saber coisa alguma. O que acontece, isso sim, é que quanto mais estupidificadas estão as gentes mais dóceis e submissas se mostram perante explorações e prepotências. Esse é, pois, um estado que convém a alguns, não digo quais. Digo, isso sim, que a TV cretinizante se reforçou enormemente entre nós após o advento das estações privadas, verificação que é feita aliás por toda a gente de boa-fé e alguma lucidez. Ora, é bem sabido e geralmente reconhecido que a RTP seguiu empenhadamente essa rota e que, mesmo com outra gente ao leme desde há um ano e picos, por aí continua ainda. A «cultural» TV2 serve-lhe, quando muito, de alibi ineficaz no plano das consequências. Também este aspecto faz parte da sua história mais recente. Resta a esperança de que já não seja assim quando se celebrar, daqui a um ano, o seu 41º aniversário.



ESCAPARATE

JAZZ

Concertos e Workshop em Loures

Dando sequência a uma tradição que já vem de anos anteriores, realiza-se, já a partir de amanhã até dia 27 do corrente, uma nova edição de «Loures Jazz», um certame que abrangerá a realização de concertos, uma projecção de vídeo e uma conferência



Charlie Parker (1920 / 1955) - uma conferência no âmbito do «Loures Jazz '97»

e, entre 22 e 27, do «V Workshop de Jazz» para músicos amadores locais em colaboração com a Escola do Hot Clube de Portugal e que decorrerá na Escola Secundária José Afonso daquele concelho. Com actividades distribuídas por três locais principais - Loja Municipal de Loures, Bar da Esplanada da Horta e Cinema de Loures - esta manifestação jazzística conta com concertos por grupos portugueses e estrangeiros, a saber: Sexteto de Tomás Pimentel (14, às 22.00), Trio de Stefano Dana - «Homenagem a Sonny Rollins» (15, 21.30), Quarteto de Nuno Ferreira (21, 22.00), Big Villas Band, do Hot Clube de Portugal (23, 22.30), e Quarteto de Rick Margitza (26, 23.00). Para além da exposição «Instantes do Jazz em Portugal», terá ainda lugar uma conferência sobre Charlie Parker, pelo Dr. António José Veloso, e a projecção do vídeo com a música do filme «Kansas City», do realizador Robert Altman.



Marguerite Duras, um ano depois

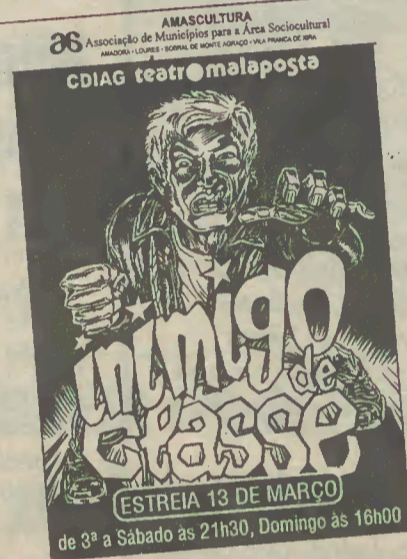
Com a projecção de «Moderato Cantabile» (1960), começou ontem e prolongar-se-á até 3 de Abril um ciclo organizado pelo Instituto Franco-Português (Av. Luís Bivar, Lisboa) e intitulado «Duras, Un An Après». Neste ciclo serão exibidas algumas das principais obras cinematográficas de Marguerite Duras, figura grada da cultura e da arte francesa falecida há um ano, «uma escritora precoce» que se sentiu atraída pelo cinema, não apenas enquanto argumentista para obras em que colaborou com outros cineastas (como Peter Brook ou Alain Resnais) como também atrás das câmaras, realizando algumas obras importantes da moderna cinematografia francesa. Com sessões realizadas sempre às 19 horas, está prevista para este ciclo a projecção dos seguintes filmes, todos eles realizados por Duras: «Nathalie Granger» (1972), na 2ª Feira, 24; «Índia Song» (1974), na 3ª Feira, 25; «Le Camion» (1977), na 4ª Feira, 26; «Agatha et les Lectures Illimitées» (1980), na 3ª feira, 1 de Abril; «L'Homme Atlantique» (1981), na 4ª Feira, 2; e, finalmente, «Les Enfants» (1984), na 5ª Feira, 3.

Paralelamente, terá lugar uma exposição fotográfica intitulada «Moderato Cantabile» (A Memória do Efêmero), cujo subtítulo «Marguerite D. por Margarida D.» desde logo desvenda o mistério: trata-se do olhar de Margarida Dias sobre o conhecido romance de Duras a partir dos trabalhos fotográficos por ela realizados durante os ensaios da produção do espectáculo homónimo apresentado em Junho de 96 no Teatro Nacional D. Maria II.

TEATRO

O GDIAC estreia nova peça

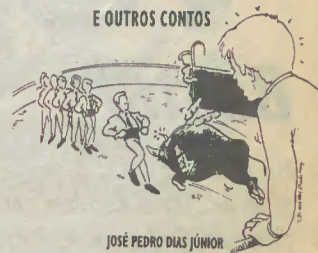
É já hoje à noite que tem lugar na Malaposta a aguardada estreia da peça «O Inimigo de Classe», de Nigel Williams. A acção passa-se numa degrada sala de aulas de uma escola da periferia de uma grande cidade onde se entrancheiram um grupo de adolescentes marcados pelo estigma da exclusão social. Significativamente, segundo os materiais de promoção do espectáculo, «para eles tudo é permitido, menos o que está expressamente proibido: só que não houve quem lhes explicasse o que era proibido»... A tradução desta peça é da autoria de Jorge de Carvalho e a encenação de Ana Nave, sendo os intérpretes Dinarte Branco, Jorge Estreia, Jorge Silva, Marcello Urgeghe, Paulo Lázaro, Pedro Martinez e Pedro Tavares. «O Inimigo de Classe», será apresentado no Centro Cultural Malaposta até final do mês de Abril, com espectáculos a realizar de terça-feira a sábado pelas 21.30 e aos Domingos pelas 16 horas, e tem cenografia e figurinos de Rui Silveiras, música de José Salgueiro e desenho de luzes de João Paulo Xavier.



LIVROS

TOURO DESEMBOLADO

E OUTROS CONTOS



JOSÉ PEDRO DIAS JÚNIOR

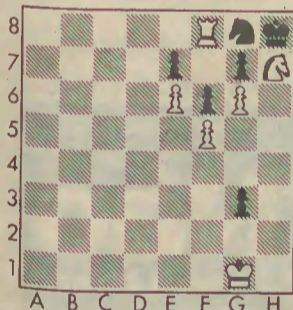
Touro Desemboado e outros contos

A Câmara Municipal de Alcochete editou recentemente este livro, da autoria de José Pedro Dias Júnior, prefaciado por Miguel Boieiro, o Presidente da autarquia, e pelo vereador da Cultura, Arnaldo Fernandes. É uma sóbria edição, com ilustrações de Jorge de Carvalho e Leonor Perry, reunindo nove contos do autor, que dedica o livro «a todos os trabalhadores que, pela sua combatividade na luta contra a opressão», o «ajudaram a encontrar o justo caminho na vida». Tal caminho encontrou-o José Pedro Dias Júnior bem cedo na sua já longa vida. Licenciado em Filologia Românica, professor em várias escolas do País, foi preso pela PIDE em 2 de Maio de 1959, no Porto, tendo saído em liberdade apenas em 1964 e sido expulso do ensino, onde foi reintegrado após o 25 de Abril, tendo feito parte da Comissão Instaladora do Sindicato dos Professores. Ler estes contos é tornar, com o autor a vivências e lugares onde o povo cresceu e se afirmou como protagonista de histórias exemplares.

XADREZ

DCII - 13 DE MARÇO DE 1997 PROPOSIÇÃO Nº 1997X11 Por: ALEXANDER WASILIEVITSCH GALITZIKI - 1893

Pr.: [6]: Ps. e7, f6, g3, g7 - Cg8-Rh8 Br.: [6]: Ps. e6, f5, g6 - Ch7 - Tf8 - Rg1



Mate em 7 (sete) lances

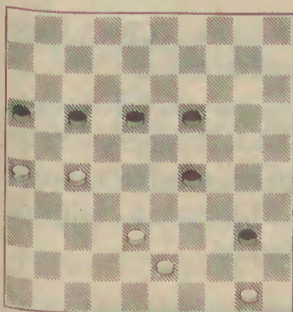
SOLUÇÕES DO Nº 1997X11 [A. W. G.] 1. Ta8!, g2; 2. Cf8, -; 3. Cd7+, -; 4. Cb8, -; 5. Cg6+, -; 6. Cd8, -; 7. Cf7++

A. de M. M.

DAMAS

DCII - 13 DE MARÇO DE 1997 PROPOSIÇÃO Nº 1997D11 Por: PAUL DEGUEE À LOMBRE DE MON CLOCHER - Bélgica, 1970

Pr.: [6]: 16-17-18-19-29-40 Br.: [5]: 26-27-38-43-50

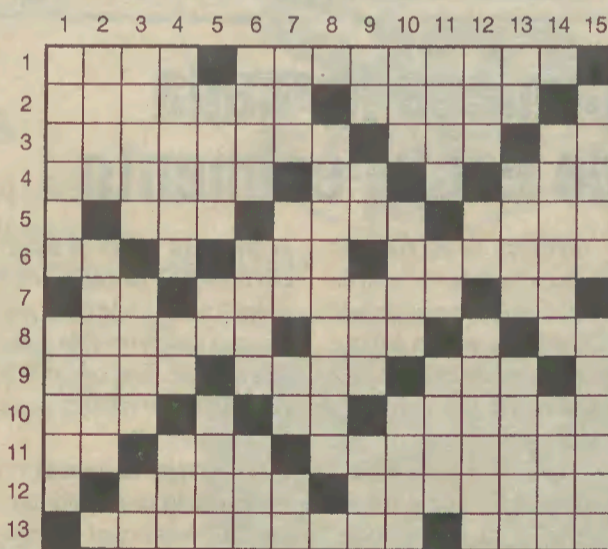


Branças jogam e ganham

SOLUÇÕES DO Nº 1997D11 [P. D.] 1. 50-44 (40x46=D); 2. 38-33, (49x21); 3. 38x11...

A. de M. M.

PALAVRAS CRUZADAS



HORIZONTAIS: 1 - Açafate de bambu; que se refere a pombo ou a pomba. 2 - Ter sabor amargo; monarquia. 3 - Combaterias; costume; polícia nazi (abrev.). 4 - Furiosos; duas de seis; lamentos. 5 - Estou; descerre; campo. 6 - Com saúde; folha de palmeira em que se escrevia; recusava. 7 - Cruel; vêem ao longe; rádio (s.q.). 8 - Vulto; de tal maneira; 1050 romanos. 9 - Desembaraçado; faisca; mangueira do Gabão. 10 - Negativa; pêlo de ovelha; içavam. 11 - Campeão; regressa; outonal. 12 - Pintor impressionista francês (séc. XIX-XX); cicatrizados. 13 - Terríveis; mulher de Abraão e mãe de Isaac.

VERTICAIS: 1 - Planta com flores de várias formas e cores (pl.); farol. 2 - Rio asiático; amantes. 3 - Caixas de folha; usura; prep. 4 - Furiosas; freg. do conc. de Azeméis; volta. 5 - Ave pernalta de arribação; atmosfera; dirige. 6 - Vais à terra; pôr ovos; oceano. 7 - Discursiva; naquele lugar; art. árabe; livro de poemas de António Nobre. 8 - Rei de Portugal. 9 - Antiga cidade da Caldeia; caminhar; tanto; costume. 10 - Pertence-me; homem muito pequeno; amarras. 11 - Repete; prep.; perfume. 12 - Que exprime naturalidade; Prata (s. q.); sacodes. 13 - Laço apertado; escrava egípcia de Abraão e mãe de Ismael; sófrega. 14 - Exercam; ave de rapina diurna. 15 - Esmonca; com limos.

VERTICAIS: 1 - Dátas; fanal. 2 - Amur; amigas. 3 - Lata; ágito; de. 4 - Irtados; Ul; vem. 5 - Cron; ar; rege. 6 - Cats; ovar; mar. 7 - Cra; ali; al; so. 8 - Ra. 8 - Figura; tão; ML. 9 - Agil; rati; obo. 10 - Bista; em; oior. 12 - Ino; Ag.; abanas. 13 - No; Ag.; rati; obo. 14 - Nô; Ag.; rati; obo. 15 - Assoa; limosa.

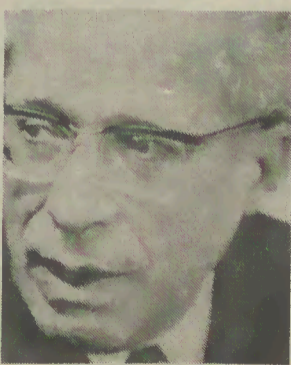
HORIZONTAIS: 1 - Dali; abrumbar. 2 - Amargur; reino. 3 - Lutarias; uso; SS. 4 - Irtados; ei; ais. 5 - Sou; abrumbar. 6 - Sã; oiar; negava. 7 - Mã; avistam; Ra. 8 - Figura; tão; ML. 9 - Agil; rati; obo. 10 - Bista; em; oior. 12 - Ino; Ag.; abanas. 13 - No; Ag.; rati; obo. 14 - Nô; Ag.; rati; obo. 15 - Assoa; limosa.

A. de M. M.

CLÁSSICA

Obras de Lopes-Graça em Lisboa

Organizado pela AMI, Assistência Médica Internacional - e com receita a reverter a favor desta Fundação - realiza-se na próxima 2ª Feira, 17, o chamado «Concerto do Inverno», preenchido com obras compostas por Fernando Lopes-Graça. ImproPRIAMENTE enquadrado, nos materiais de promoção, como sendo um concerto organizado «por ocasião



do 90º Aniversário do Compositor» - cujo mês de nascimento, ao contrário e como se sabe, é Dezembro - o concerto tem a participação da mezzo-soprano Dulce Cabrita, da pianista Helena Matos, do guitarrista Walter Lopes e da Orquestra de Almada sob a direcção do maestro Délio Gonçalves. Entre as obras que figuram no programa, destacam-se canções de Lopes-Graça para poemas de Luís de Camões, Florbela Espanca, Fernando Pessoa, Vitorino Nemésio, Eugénio de Andrade e Sophia de Mello Breyner Andresen. O local do concerto será a Aula Magna da Reitoria da Universidade de Lisboa, com começo marcado para as 21.30.

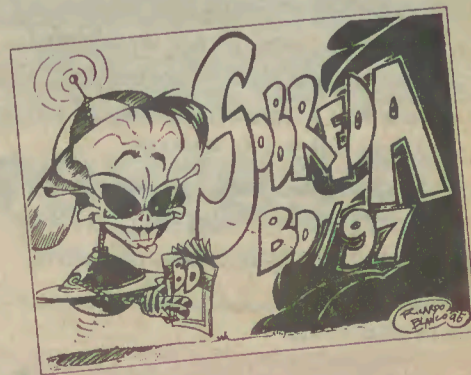
EXPOSIÇÕES

Preservação do Património em Nisa...

Inaugurada já no passado dia 4 do corrente, continua patente ao público até à próxima 5ª Feira, 20, a exposição «Repensar o Património do Concelho de Nisa - Que Outras Soluções», na qual podem ser apreciados desenhos, maquetas e dossiers descritivos que constituíram trabalhos de fim de curso de alunos da Faculdade de Arquitectura de Lisboa e da Escola Superior Artística do Porto. Estes trabalhos foram realizados na sequência de um protocolo estabelecido entre um departamento do município local - o Gabinete Técnico Local de Nisa (autor do Plano de Salvaguarda e Valorização do Centro Histórico de Nisa) - e aquelas Escolas Superiores de Arquitectura visando a execução de projectos de arquitectura e urbanismo em várias localidades deste concelho e discutir questões relacionadas com o património arquitectónico dos núcleos históricos de Nisa, Alpalhão, Montalvão e Amieira do Tejo.

... e Banda Desenhada na Sobreda

A chamada 9ª arte estará excelentemente representada na «XVI Jornada Internacional de Banda Desenhada / SOBREDA - BD '97» que está a decorrer no Solar dos Zagallos até 23 do corrente. Organizada pelo Grupo Bedéfilo Sobredense com a colaboração da Junta de Freguesia de Sobreda e o apoio da Câmara Municipal de Almada, este festival, já com grande repercussão internacional, integrará obras apresentadas por artistas de Portugal, França, Espanha, Brasil, Polónia, Rússia e Suíça. Este ano será homenageado o francês Didier Convard, enquanto a homenagem nacional caberá a José Antunes, aos quais será entregue o troféu «Sobredão / 97».



ÚLTIMAS

A TALHE DE FOICE

Basta!

Há qualquer coisa de profundamente revoltante no facto de Liseta Rosa ter ganho o direito à notoriedade justamente por ter deixado de existir. Em vida, esta mulher de 36 anos, mãe, trabalhadora, pobre, não teve direito a ser mais do que um número nas estatísticas, um número no bilhete de identidade, um número na caixa de previdência, um número nas finanças, um número nos cadernos eleitorais. Se é que chegou a ser tanto.

É muito provável que, em vida, Liseta Rosa tenha acreditado, contra todas as expectativas, em quantos lhe prometeram - a ela em geral, enquanto mulher - o que nunca lhe deram. Estou a lembrar-me de Paulo Mendo, na Assembleia da República, no recente debate sobre o aborto, a afirmar que o país dispõe dos meios e da vontade de garantir a devida assistência a todas as crianças que os pais não possam ou não desejem criar - Liseta tinha três filhos, um rapaz toxicodependente, de 18 anos, e duas filhas, de 15 e seis anos, e não se podia dar ao luxo de ter mais.

Estou a lembrar-se de Maria José Nogueira Pinto, falando em nome dos fetos por nascer - Liseta era empregada doméstica, sem outros apoios que o magro fruto do seu trabalho, não se podia dar ao luxo de mais um filho.

Estou a lembrar-me dos deputados socialistas, votando contra a despenalização do aborto nas primeiras doze semanas, por razões do 'fórum íntimo' - Liseta, abandonada pelo marido, sabia no seu fórum íntimo que não se podia dar ao luxo de mais um filho.

Estou a lembrar-me do deputado socialista cujo nome não se pronuncia para não provocar vômitos, que tendo subscrito a proposta de despenalização do aborto da JS votou contra ela - e Liseta, moradora num barraco, morreu pela diferença de um voto. Estou a lembrar-me de alguns discursos da Igreja Católica, que em nome da vida condena até os mais elementares métodos de contracepção, pouco cuidando da qualidade de vida dos filhos trazidos ao mundo por uma qualquer Liseta.

A 8 de Março, dia internacional da mulher - a vida tem destas ironias -, Liseta Rosa, 36 anos, morre em consequência de um aborto clandestino.

Num hospital do Porto, onde dá entrada em estado pré-comatoso, os médicos afirmam que noutras condições não teria corrido perigo de vida - Liseta abortou sozinha, dizem, e quando tudo se complicou a ciência foi impotente para a resgatar da morte. O que quer dizer tão simplesmente que Liseta morreu por lhe ter sido recusado o direito a uma vida minimamente digna, por lhe ter sido recusado tudo aquilo em nome do que uma maioria de direita rejeitou os projectos de despenalização do aborto, sem nada lhe oferecer em troca. No barraco onde vivia não chegaram nunca as belas preocupações sociais que enfeitam discursos políticos, e muito menos soluções para fazer face a problemas de vidas desamparadas como a dela certamente foi, três vezes mãe desde os 18 anos, a braços com a miséria que não deixa espaços para acalantos.

Liseta morreu vítima da hipocrisia dos que, em nome da vida, rejeitam às mulheres o direito a uma gravidez desejada e planeada, não lhes deixando outra alternativa que o aborto clandestino. Morreu vítima dos que hoje se calam, indiferentes à tragédia a que condenam milhares de mulheres.

Quem responde por esta morte? Quem responde por todas as mortes que inevitavelmente irão ocorrer enquanto persistir esta política discriminatória, sexista, desumana?

É tempo de dizer Basta!

■ AF

Aniversário do Partido impulsiona recolha de fundos

O sucesso das inúmeras iniciativas realizadas no passado fim-de-semana, no âmbito das comemorações do 76º aniversário do PCP, em que participaram milhares de pessoas, traduziu-se igualmente num forte impulso à campanha nacional de fundos que decorre até ao final do ano com o objectivo de reunir 200 mil contos.

Só no distrito de Setúbal, realizaram-se iniciativas em Alcochete, com mais de uma centena de pessoas; em Alcácer do Sal, com mais de 80 participantes; em Grândola, com 115 presenças; na Baixa da Banheira e em Alhos Vedros, com 90 e 52 pessoas, respectivamente.



A recolha de fundos foi ainda feita nos almoços em Ermidas, com cerca de meia centena de pessoas; na Quinta do Conde; com mais de 130 pessoas; e em Sines que registou 200 presenças.

Também na Quinta da Atalaia, durante um almoço de homenagem a Joaquim Gomes, por ocasião do seu 80º aniversário, foram recolhidas contribuições no valor de 120 contos.

Porém, foi no almoço realizado na Quinta da Valenciana, no concelho do Seixal, que juntou cerca de milhar e meio de participantes, que se atingiu o montante mais elevado - cerca de 370 contos.

A campanha tem como materiais de apoio um cartaz, uma carta/apelo, cupões de diversos valores e listas de fundos. Quem o desejar pode enviar a sua contribuição directamente para a conta da campanha na Caixa Geral de Depósitos nº 0680/002022431.

Mineiros alemães em luta

Milhares de mineiros alemães bloquearam as sedes de partidos políticos, auto-estradas, estradas nacionais e Câmaras de várias cidades, em protesto pelos cortes nos subsídios ao carvão que o Governo pretende implementar.

Após quatro dias consecutivos de protestos, calcula-se que nas diversas manifestações participaram cerca de 40 mil mineiros, das quais 20.000 no Sarre, e mais de 5.000 em Bona, que praticamente impediram a actividade normal nas repartições oficiais.

O chanceler federal, Helmut Kohl, propôs, sexta-feira passada, ao sindicato mineiro, baixar gradualmente os actuais 9.000 milhões de marcos de subsídios estatais ao carvão para um máximo de 3.800 milhões de marcos no ano 2005.

Uma redução orçamental que significaria, segundo o sindicato, a supressão de 50.000 dos actuais 85.000 postos de trabalho e o encerramento de mais de metade das minas de carvão do Ruhr e do Sarre. Ficariam ainda em perigo, nessas duas regiões, outros 70.000 empregos em empresas fornecedoras do ramo.

Os mineiros manifestaram-se nas ruas de Bona e outras cidades mineiras da bacia do Ruhr e do Sarre para mostrar o seu descontentamento com os planos do Governo e para apoiar o seu sindicato, que voltou entretanto a reunir-se com o chanceler Kohl para continuar a negociar uma solução para o problema.

PR recebe delegação do PCP

No encontro com o Presidente da República, a delegação do PCP manifestou a sua indignação e grandes preocupações com o acordo de revisão constitucional celebrado entre as direcções do PS e do PSD e abordou a situação social e económica do País



Começa jornada de esclarecimento

Arranca neste fim-de-semana a jornada nacional de esclarecimento promovida pelo PCP contra a moeda única e por um referendo que preceda a decisão sobre esta matéria de grande relevância para o futuro do País.

Esta acção, que se prolonga até dia 22, conta com o empenhamento de muitos militantes e dirigentes do Partido, em diversas iniciativas, algumas das quais são referidas na Agenda (pág. 27). As organizações vão proceder à distribuição de um folheto que aborda

as principais razões da oposição do PCP à moeda única e realça a necessidade de os portugueses serem ouvidos sobre esta questão. Por todo o País vão ser afixados cartazes mupis e pendões.

No âmbito da jornada vai ainda ser feita uma ampla recolha de assinaturas para o abaixo-assinado, recentemente lançado por 63 personalidades de vários quadrantes progressistas - e ao qual o PCP manifestou o seu apoio -, exigindo a realização de um referendo sobre a moeda única, que o acordo de revisão



constitucional firmado pelo PSD e o PS pretende inviabilizar.

Reformados em Congresso

O MURPI - Confederação Nacional de Reformados, Pensionistas e Idosos, vai realizar o seu II Congresso no próximo sábado, dia 15 de Março, no Complexo Municipal dos Desportos de Almada.

De par da eleição dos corpos sociais para o triénio de 1997/1999 e do relatório de actividades da Confederação, relativo aos últimos três anos, estarão em debate no Con-

gresso temas como: aumento intercalar de pensões; habitação e rendas de casa; saúde e medicamentos; Lares, centros de dia e centros de convívio; as eleições autárquicas e os reformados; programa de acção do MURPI para 1997/1999.

Uma delegação da CGTP-IN estará presente nos trabalhos, tal como diversas personalidades, nomeadamente a

presidente da Câmara Municipal de Almada.

Conta-se ainda com a participação de delegações estrangeiras, concretamente da CGT francesa e da UDP de Espanha.

